

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**INSTITUTO DE PSICOLOGIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E**  
**INSTITUCIONAL**  
**GRUPO DE PESQUISA TRAVESSIAS – NARRAÇÕES DA**  
**DIFERENÇA**



**ANDRESSA ERCOLANI DUARTE**

**PIPAS (PO)ÉTICAS: narrativas sobre o cuidado em saúde mental  
coletiva à adolescência e à juventude periférica**

**PORTO ALEGRE – RS**

**2020**

05.01.19

**ANDRESSA ERCOLANI DUARTE**

**PIPAS (PO)ÉTICAS: narrativas sobre o cuidado em saúde mental coletiva à  
adolescência e juventude periférica**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

**Orientadora: Dra. Analice de Lima Palombini**

**PORTO ALEGRE – RS**

**2020**

## **BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof.ª Dr.ª Analice de Lima Palombini (Presidente - Orientadora)**  
**Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)**

---

**Prof. Dr.ª Rosemarie Gartner Tschiedel (Banca)**  
**Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)**

---

**Prof. Dr.ª Andrea do Amparo Carotta de Angeli (Banca)**  
**Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)**

---

**Prof. Dr.ª Magale Camargo de Machado (Banca)**  
**Instituição Evangélica de Novo Hamburgo (IENH)**

*Para Mônica bebê.*

*Para minha irmã (in memoriam) e seu devir libélula...*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente ao meu pai Anadir e a minha mãe Lúcia, por todo amor dedicado e por sempre nos encorajar a estudar e traçar nossos caminhos profissionais - hoje inauguro a linhagem de nossa família como a primeira mestra e sou muito feliz em poder deixar esta história às minhas filhas;

Agradeço, especialmente à minha mãe Lúcia, por todo amor dedicado a mim e a minha irmã, à minha família e por seus incansáveis cuidados com a Mônica - sei que ela fará o mesmo com a Martina que está a caminho;

Agradeço a minha irmã Vanessa (*in memoriam*) por todos os seus ensinamentos, amor, por me permitir a experiência de ter e ser irmã e, compartilhar o mundo com alguém muito próxima e muito íntima - eu amo você e sei que onde você estiver, sempre estaremos juntas, nas memórias, nas casas, nas fotos, no café saboreado, no brinde celebrado!;

Agradeço ao companheiro da minha vida, meu amor, meu namorado - àquele que quando vi pela primeira vez já sabia que seria o pai de nossas filhas - por todo amor, cuidado e paciência dedicados, por sempre me apoiar e acreditar na minha potência de vida e de escrita, por compartilhar a criação de nossas filhas, por sempre estar presente e ser presença, por todas as suas contribuições para esta dissertação e por me acompanhar nesta aventura de tornar-se mãe, tornar-se pai, tornar-se família, tornar-se mestra, tornar-se... eu te amo meu amor e não vejo a hora de sairmos de mãos dadas a namorar pela cidade;

Agradeço à minha filha Mônica, por me estrear no mundo da maternidade e por ele ser revolucionada - minha PicNinha, minha primogênita - eu te amo e amo todas as transformações que vivenciamos a partir de tua chegada;

Agradeço à minha filha Martina, que está sendo gestada e muito amada já, por me escolher como mãe e por vir aumentar e continuar a nossa família;

Agradeço à minha orientadora Analice de Lima Palombini, pela acolhida em seu grupo de pesquisa e por suas contribuições a esta escrita;

Agradeço às professoras Rosemarie Gartner Tschiedel e Andréa do Amparo Carotta de Angeli, pelas contribuições e considerações para este trabalho, em banca de qualificação e defesa;

Agradeço ao grupo de pesquisa Travessias - Narrações da diferença - especialmente à Ana Carolina, Daniel Ecker, Douglas e Lívia - por todas as trocas, aprendizados e observações compartilhadas nesta aventura de produzir conhecimento;

Agradeço à minha querida equipe do projeto TIPO Assim!, campo de pesquisa deste trabalho, Laura, Tati e Júlia e à nossa querida coordenadora Magale, com quem pude ter o privilégio de aprender muito sobre escuta e ética profissional e, por suas contribuições e leitura atenta a esta escrita;

Agradeço aos adolescentes e jovens do projeto, que dão vida a esta escrita, por todos aprendizados, deslocamentos profissionais e invenções juvenis;

Agradeço a cada bairro, cada encontro, cada trajeto que me transformaram como pessoa e profissional da saúde mental coletiva;

Agradeço àquelas amigas que insistem em permanecer apesar do tempo, espaço, distância: Patrícia, Mara, Dinda Denise, Lara, Espuma, Emerson, Vini, Juliano, Gabis, Laís, Bruna, Jessica, Leca, Ale, Anna, Carol, Carine, Caren, Tânia, Simoni, Cristhian, Dê...

Agradeço à minha turma de mestrado, com quem também pude aprender e trocar sobre tornar-se mestra e sobre a afirmação de um conhecimento inventivo e não hegemônico.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional pela sua aposta em pesquisas-intervenções e pelo seu diálogo e aproximação com as cidades e as diferenças;

Agradeço por todas as dores, delícias e devires que a vida tem me proporcionado experimentar.

DUARTE, Andressa Ercolani. PIPAS (PO)ÉTICAS: narrativas sobre o cuidado em saúde mental coletiva à adolescência e juventude periférica. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação de Psicologia Social e Institucional – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

### RESUMO

Esta dissertação percorre as experiências da pesquisadora quando estava imersa no campo de cuidado da saúde mental e coletiva, tendo participado, por um ano e meio, como terapeuta ocupacional da equipe de um Projeto chamado T.I.P.O. Assim!, na cidade de Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul. A pesquisa propõe problematizar, a partir das narrativas da autora em suas práticas de cuidado, os planos do saber-poder em seus mecanismos de produção de controle e morte dos corpos dos adolescentes e da juventude periférica em bairros pobres da cidade metropolitana. Ao problematizar essa temática, traça possíveis caminhos que desviem deste Estado produtor de desigualdades e exclusões, criando composições de cuidado inusitadas junto à rede intersetorial dos bairros participantes do projeto e com os próprios adolescentes e jovens que integraram os grupos. Uma cartografia narrativa foi a eleita como bússola metodológica para pensar os processos de subjetivação que se passaram nos encontros com os jovens e bairros periféricos. Discute-se, a partir da tipologia de Gilles Deleuze sobre o pensamento de Michel Foucault - Saber-Poder-Fora -, do seu conceito de Biopoder e do conceito de Necropolítica de Achille Mbembe, a disciplinarização e regulamentação dos corpos e da vida desses adolescentes quando atravessados pelas instituições que formam o Estado, bem como a operação deste para a produção de mundos de mortes nestes territórios. Ainda, analisa-se as brechas nas quais encontram estratégias para a invenção de si e do mundo diante de tal realidade, produzindo dobras diante deste contexto em momentos de respiros e sonhos em seus cotidianos. Por fim, lança-se notas éticas e poéticas para um cuidado em saúde mental coletiva à adolescência e juventude.

**Palavras-chave:** Adolescência; Juventude; Processo de Subjetivação; Narrativas; Saúde Mental Coletiva.

DUARTE, Andressa Ercolani. (PO)ET[H]ICAL KITES: narratives on collective mental healthcare to peripheral adolescence and youth. Dissertation (Master's degree). --Institutional and Social Psychology Post-Graduation Program – Federal University of Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

### **ABSTRACT**

This dissertation dialogues with the experiences of the researcher when immersed in the field of collective and mental healthcare. For one year and a half the researcher participated on a project called 'T.I.P.O. Assim!' ["i.k.e. this"] as an occupational therapist staff, in the city of Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul. The purpose of this research is to, as from the author's narratives of her care practice, problematize the plans of the knowledge-power in its mechanisms of production of control and death of the bodies of the peripheral adolescents and youth in poor neighborhoods of the metropolitan city. By problematizing this theme, the author delineates possible paths that deviate from this State which is a generator of inequality and exclusion, creating original healthcare compositions alongside the intersectorial network of neighborhoods that participate on the project, and, more specifically, the adolescents and youth that integrated these groups. A narrative cartography was elected as the methodological compass to think the subjectivation processes that occurred during the encounters with the youth in peripheral neighborhoods. As from the typology of Gilles Deleuze about the thinking of Michel Foucault - Knowledge-Power-Outside -, his concept of Biopower, and the concept of Necropolitics by Achille Mbembe, the researcher brings a discussion on the disciplinarization and regulation of the bodies and the life of these adolescents when they come across the institutions that form the State, as well as the operation of this State as to produce universes of death in those territories. Also, the researcher analyses the breaches in which we find strategies for the invention of the self and of the world in the face of such reality, producing folds in the face of this context in moments of breaths and dreams in their daily life. Finally, the researcher casts ethical and poetical notes for a collective mental health care to adolescents and youth.

**Keywords:** Adolescence; Youth; Subjectivation Process; Narratives; Collective Mental Health.



DUARTE, Andressa Ercolani. COMETAS (PO)ÉTICAS: narrativas sobre el cuidado en salud mental colectiva a la adolescencia y juventud periférica. Tesis (Maestría). Programa de Posgrado de Psicología Social e Institucional – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

### RESUMEN

Esta disertación pasa por las experiencias de la investigadora cuando estaba inmersa en el campo de la atención en salud mental y colectiva, habiendo participado por un año y medio, como terapeuta ocupacional de la equipo de un Proyecto llamado *T.I.P.O. Assim!*, en la ciudad de Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul. La investigación se propone problematizar, con base en las narrativas de la autora en sus prácticas de cuidado, los planes del saber-poder en sus mecanismos de producción de control y muerte de los cuerpos de los adolescentes y jóvenes periféricos en barrios pobres de la ciudad metropolitana. Al problematizar este tema, se traza posibles caminos que se desvían de este Estado que produce desigualdades y exclusiones, creando composiciones de atención inusuales junto a la red intersectorial de los barrios que participan en el proyecto y con los adolescentes y jóvenes que formaron parte de los grupos. Se eligió una cartografía narrativa como brújula metodológica para pensar sobre los procesos de subjetividad que tuvieron lugar en los encuentros con los jóvenes de barrios periféricos. La discusión es planteada a partir de la tipología de Gilles Deleuze sobre el pensamiento de Michel Foucault - Saber-Poder-Fuera -, de su concepto de de Necropolítica de Achille Mbembe, la disciplinarización y reglamento de los cuerpos y de la vida de estos adolescentes cuando atravesados por las instituciones que forman el Estado, así como la operación de este para la producción de mundos de muertes en estos territorios. Además, se analizan las brechas en las que se encuentran estrategias para la invención de sí y del mundo frente a tal realidad, produciendo pliegues frente a este contexto en momentos de respiros y sueños en sus cotidianos. Por fin, se arrojan notas éticas y poéticas para una atención en salud mental y colectiva a la adolescencia y juventud.

**Palabras clave:** Adolescencia; Juventud; Proceso de Subjetivación; Narrativas; Salud Mental Colectiva.

## SUMÁRIO

Sobre o resistir poético.....	11
<b>1 – As marcas: sobre travessias e narrativas.....</b>	<b>12</b>
Escrita travessia.....	22
<b>2 – Narrar cartograficamente: encontros juvenis e a experiência do fora.....</b>	<b>23</b>
Foto 1.....	28
<b>3 – Infância, adolescência e juventude: a produção de um saber e suas repercussões na construção do cuidado.....</b>	<b>29</b>
E se nada der certo?.....	41
<b>4 – Juventude periférica e o plano do poder: diálogos sobre biopoder, necropolítica, subalternidade e lugares de fala.....</b>	<b>43</b>
4.1 – Analisando os lugares de fala: subalternidade e o biopoder.....	52
Foto 2.....	56
A cidade.....	57
<b>5 – Derivas, Devir e Ética da delicadeza: o Plano do Fora.....</b>	<b>59</b>
Foto 3.....	68
Memórias de um bairro que só queria dançar.....	69
Foto 4.....	72
<b>6 – Um Sonho Dentro de um Sonho.....</b>	<b>73</b>
Foto 5.....	82
Primavera Roselândia.....	83
<b>7 - Um conceito só vale pela vida que lhe é dada.....</b>	<b>89</b>
Foto 6.....	98
Foto 7.....	99
<b>8 – O seu olhar melhora o meu: entre olhares, cozinhas e pipas.....</b>	<b>100</b>
Foto 8.....	110
<b>9 – Pedras, rimas e pipas: algumas notas finais para o cuidado em saúde mental coletiva à adolescência e juventude periférica.....</b>	<b>111</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>115</b>
<b>ANEXO I.....</b>	<b>121</b>
<b>ANEXO II.....</b>	<b>124</b>

*Sobre o resistir poético*

*Cantar como quem resiste, resistir como quem deseja*

*Mover-se como o vento que empina pipas*

*Pipas que encontram vidas*

*Vidas profissionais*

*Vidas juvenis*

*Vidas...*

*Que cantam, cozinham, rimam, dançam*

*Por uma poética do viver*

*Por uma ética de vida*

## 1 – As marcas: sobre travessias e narrativas

Ao chegar em uma nova cidade, o viajante reencontra um passado que não lembrava existir: a surpresa daquilo que você deixou de ser ou deixou de possuir revela-se nos lugares estranhos, não nos conhecidos. (CALVINO, 1990, p.14)

Encontro-me do outro lado do país, da minha terra natal, na qual tenho referências ancestrais, familiares, profissionais, femininas e feministas. Paro e escrevo. Tenho a incumbência de finalizar uma dissertação no curso de uma pandemia crítica, seja pelo vírus, seja pela retirada de direitos de um governo genocida. Paro e escrevo. Me reencontro com um livro chamado Cidades Invisíveis, de Ítalo Calvino, em que um viajante narra suas histórias e encontros com outras cidades ao seu imperador. Cidades inventadas, criadas, encontradas. Narrações que dizem acerca da disposição dessas cidades, das pessoas que transitam por elas, seus comércios, suas trocas, cheiros, paisagens, encontros.

Rememoro os meus encontros com tantas cidades nas quais já transitei e que fizeram composições com a mulher, mãe e profissional que vou me tornando a cada passo dado. Sinto-me um pouco como este viajante. Narrar é condição de existência para mim. Paro e penso. Paro e escrevo. Tento encontrar ao longo dessa história vivida e construída em qual ponto me deparei com a adolescência e a juventude em suas questões. É necessário um esforço, uma cartografia das paisagens afetivas, das lembranças, memórias que marcam e movem meu corpo nesta escrita.

Lembro que em um filme clássico da luta antimanicomial, um interno de um hospital psiquiátrico, presenteia seu amigo recém chegado à internação com um guardador de memórias<sup>1</sup>. Este guardador de memórias é uma touca de lã. Segundo este senhor, que o está presenteando, ter um guardador de memórias é uma forma de resistir a todo aquele cotidiano manicomial, uma maneira de não esquecer as lembranças e memórias ao deixá-las guardadas, vivas em suas cabeças. É inspirada nestas cidades

---

<sup>1</sup> Filme O Bicho de Sete Cabeças, 2001.

invisíveis e neste guardador de memórias que desejo narrar sobre os encontros que tive com a adolescência e a juventude e como eles me trouxeram a este pesquisar.

Nesta tentativa de guardar as memórias, de mantê-las vivas, recordo de uma praça no centro da cidade de Santa Maria – RS, chamada de *Praça dos Bombeiros*, que, além do corpo de bombeiros da cidade, abrigava bancos, escadas, árvores e a presença de jovens em suas batalhas de rimas. Desta mesma praça saíam ônibus para a universidade federal da cidade, que se transformaria em minha casa durante a formação acadêmica e à qual sou imensamente grata por me conduzir ao movimento estudantil, com suas lutas e encontros.

Em 2010, eu, uma jovem adolescente, decidi prestar vestibular para um curso novo que abrisse na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), oriundo do REUNI<sup>2</sup>, pois já não estava contente com a minha formação em licenciatura em Filosofia iniciada no ano anterior. Desejava algo mais prático, em que “colocasse a mão na massa” e saísse um pouco do plano dos pensamentos apenas. Quando escolhi esta nova graduação não imaginava o tanto de prática que ela me traria, embora seu nome já contivesse o ocupacional, que diz respeito à ocupação humana e toda a sua complexidade.

Esse curso, como era novo na universidade federal, passou por momentos de fragilidades e sucateamentos, como a falta de infraestrutura, de professores, livros de graduação, e, quando estava no terceiro semestre, um grupo de estudantes do curso começou a se reunir para organizar um diretório acadêmico com a incumbência de elencar pautas e começar a pensar em uma solução coletiva a estes problemas. Foi neste momento que nos aproximamos do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Diretório nunca visto igual, pois, além de estar sempre presente nas lutas da cidade, pautando educação pública, assistência estudantil, acesso e permanência, estágios de vivência na realidade do SUS e na realidade agrária, abrigava a melhor boate de todos os tempos, a boate do DCE – localizada na casa do estudante universitário do centro de Santa Maria/RS. Boate com cerveja barata, música boa, encontros de jovens, lugar acessível, *um lugar do caralho*<sup>3</sup>! Foi em conjunto com este DCE que ocupamos a reitoria em

---

<sup>2</sup> Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), iniciado em 2008 que buscou ampliar o acesso e a permanência na educação superior. Todas as universidades federais aderiram ao programa e apresentaram ao Ministério da Educação, planos de reestruturação, de acordo com a orientação do Reuni. As ações previam, além do aumento de vagas, medidas como a ampliação ou abertura de cursos noturnos, o aumento do número de alunos por professor, a redução do custo por aluno, a flexibilização de currículos e o combate à evasão

<sup>3</sup> Alusão à música Lugar do Caralho de Júpiter Maçã.

setembro de 2011, reivindicando melhorias e infraestrutura para nosso curso e aos demais cursos da universidade. Aproximamo-nos das pautas da assistência estudantil, das cotas públicas, compreendemos o que significa ser estudante e o nosso papel como discentes de universidades públicas. Foi um belo exercício sobre a ocupação humana, o movimento estudantil, seus sentidos singulares e coletivos.

A partir deste encontro – estudante de terapia ocupacional-diretório acadêmico-DCE-movimento estudantil – a minha presença e postura, no ato de transitar pela cidade e seus espaços públicos, não foram mais as mesmas. A cada lugar que chegava – bairros, praças, instituições, espaços formativos – a ocupação humana, sua presença e o seu acesso a tais lugares, eram questões a serem levantadas. Foi nesta posição ética que, em meados do meu quinto semestre de graduação, iniciei algumas aulas práticas no CAPS ad Cia do Recomeço<sup>4</sup>. Estas aulas práticas faziam parte do nosso currículo da graduação desde o segundo semestre, com o intuito de ir aproximando o/a estudante de seus campos de práticas e trabalhos. Nestes breves encontros semanais, em espaços de ambiência e grupos terapêuticos, percebia que os usuários em sua maioria eram jovens, do sexo masculino, oriundos de bairros periféricos da cidade. Muitos deles eram encaminhados ao CAPS para cumprimento de suas medidas socioeducativas, devido ao seu envolvimento com o tráfico de drogas. Em uma das aulas práticas – junto com outras alunas do curso e com estagiários de psicologia do serviço – decidimos propor oficinas de *estêncil* para um fazer coletivo. Para o início desta conversa sobre estêncil e arte de rua, combinamos ainda de assistir o filme do *Banksy*<sup>5</sup>, um artista de rua inglês que, através de seus *estêncils*, deixa sua marca e seus protestos políticos pelas ruas das cidades do mundo.

A partir dessas oficinas pudemos conhecer melhor a história dos jovens usuários do serviço, de seus bairros e percursos pela cidade. Pudemos, ainda, construir com estes jovens espaços de ocupação da cidade, valendo-se dos estêncils que eram confeccionados nas oficinas. Estêncils – matrizes e marcas daquela juventude que frequentava o CAPS ad – para pintar os muros e pontes da universidade federal, articulados com materiais informativos acerca do uso de drogas e da redução de danos, para levar à batalha de rimas que acontecia na Praça dos Bombeiros.

---

<sup>4</sup> Este serviço destinava-se ao acolhimento e cuidado de jovens usuários de drogas, mais especificamente dos 12 aos 29 anos. Quanto à população adulta, o CAPS ad responsável era outro, chamado CAPS ad Caminhos do Sol.

<sup>5</sup> Exit Through the Gift Shop: A Banksy Film, Paranoid Pictures, Reino Unido, 2010.

A juventude periférica ocupava esta praça com sua presença, suas rimas e suas vozes, apoiada pelo Coletivo de Resistência Artística Periférica – CORAP – da cidade. As batalhas de rima colocavam a todo momento a questão da ocupação do centro da cidade pela periferia santa-mariense, pela juventude, pelo RAP, pelo ritmo e poesia da cidade. Nela, conhecemos muitos *Mcs*, *BBoys*, *BGirls*, artistas plásticos, adolescentes e jovens “aracnianos” e pudemos nos despir um pouco de nossa graduação para pensar em como poderiam ser agenciados espaços terapêuticos e de cuidados para adolescentes e jovens de territórios periféricos, em uso de drogas. Foi necessário colocar a mão na tela, construir estêncil, marcas e matrizes para nos aproximarmos e compreendermos um pouco mais da realidade destes sujeitos, pensar o seu cuidado em saúde. A partir destas experiências – ocupação de reitoria com movimento estudantil e composição de oficinas de estêncil no CAPS – que comecei a construir a minha trajetória profissional e a descobrir e perceber o campo de práticas no qual desejava trabalhar, estudar, escrever, compor: a saúde mental coletiva.

Uma pausa, o momento para a primeira travessia...

Ainda, como estudante de graduação e militante do movimento estudantil – seja no Diretório Acadêmico do curso, seja no DCE – aproximo-me de um estágio de vivências e formação chamado VER-SUS. Este estágio tinha como preceitos a aproximação de estudantes de graduação, de qualquer área, com a realidade do Sistema Único de Saúde (SUS). Um estágio de imersão em que conhecíamos serviços das redes de atenção à saúde – atenção básica, saúde da família, saúde mental, saúde do trabalhador, vigilância sanitária, saúde indígena, saúde da mulher, rede hospitalar, entre outros –, com o qual pensávamos e debatíamos sobre as nossas formações de base, suas composições e fragilidades com este Sistema Único de Saúde.

Neste estágio, conhecemos o que era uma Residência Multiprofissional em Saúde, seus objetivos, métodos e invenções e, através desta experiência, decidi que, quando estivesse finalizando meu processo de graduação, prestaria provas para me tornar residente em saúde mental coletiva. Foi neste momento que meu corpo jovem, profissional, foi desbravar as ruas, serviços, praças e encontros de um Porto Alegre e região metropolitana, ao passar a compor a Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Um respiro e muitos suspiros...

Nessa residência, admirada por todo o território nacional por sua capacidade de invenção no cuidado, seus diálogos com a educação popular em saúde, com a arte, com

a cultura, com a educação, com a socioeducação, continuei minha viagem. Residência/resistência a cada Mental Tchê, Parada do Orgulho Louco, estágios eletivos. Enfermeiros, psicólogos, educadores físicos, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, pedagogos, artistas que se transformavam a cada encontro possível. Narrativas de cidades algumas vezes invisíveis, percursos de cuidado, tessituras de redes, atos políticos, memórias para se guardar na touca de lã.

Atuei como residente em diversos cenários de práticas, como: CAPS II, Consultório na Rua, Secretaria Municipal de Educação de Novo Hamburgo – Setor Inclusão e Diversidade – e em um projeto de extensão do curso de Psicologia da UFRGS, chamado Casa dos Cata-Ventos. Mais precisamente, estes dois últimos cenários, em alguma medida, buscavam pensar seus espaços de trabalho e suas práticas em relação ao cuidado da adolescência e juventude.

O primeiro, muito relacionado com as questões das deficiências físicas e intelectuais e sobre o transtorno do espectro autista (TEA) e a adolescência e juventude; já o segundo ocupado de um cuidado e uma escuta aos adolescentes e jovens da vila Cachorro Sentado (São Pedro), de Porto Alegre-RS. Nestas duas experiências como residente em saúde mental coletiva, pude começar a me aproximar das questões relacionadas a adolescência e juventude e, foi a partir delas que meu desejo em trabalhar com esta temática foi disparado.

De lá para cá, questões sobre como construímos e inventamos um cuidado em saúde e saúde mental sempre me acompanharam. Em meu trabalho final de conclusão de residência pude exercitar o pensamento e a escrita a partir das experiências com usuários do CAPS II e do Consultório na Rua ao narrar sobre estes encontros e sobre as experiências tanto com usuários como com trabalhadores nestes cenários e, sobretudo, acerca de qual cuidado eu não pactuava fazer: um cuidado normativo, medicalizante, e encarcerador da loucura e do uso de drogas.

A partir dessas experiências e encontros, que já gestavam um pouco do que também pretendi pensar e escrever nesta dissertação, passo a compor a equipe de um projeto destinado ao acolhimento, escuta e fazer coletivo com adolescentes e jovens de periferia. Os encontros e tentativas com estes adolescentes e jovens partiam de um trabalho realizado pela equipe do CAPSi infanto-juvenil Saca aí! da cidade de Novo



Hamburgo-RS. A equipe desse serviço, em 2012, reuniu-se para escrever um projeto<sup>6</sup> concorrendo a edital<sup>7</sup> do Ministério da Saúde voltado às práticas de cuidado com os jovens, no intuito de acessar este público. Tratava-se de jovens pertencentes a territórios periféricos e vulneráveis: jovens que, na maior parte das vezes, não acessavam ou não se vinculavam ao CAPSi; adolescentes e jovens em uso de drogas e enredados com o tráfico.

O projeto que concorreu ao edital voltava-se a construir redes em quatro territórios periféricos da cidade de Novo Hamburgo. Tinha como proposta mapear por onde circulavam os jovens, quais os serviços estatais e outros lugares a que estavam vinculados e, a partir dessa busca, desenvolver práticas, grupos e oficinas abordando a temática das drogas, violência e tráfico sob o olhar da redução de danos para desenvolver autonomia e protagonismo com tal população, na intenção de ocupar outros lugares, redes de cuidados e a própria cidade. Foi através dessa aposta de cuidado em saúde ampliada e a aposta na vida destes adolescentes e jovens que passei a compor a equipe do projeto T.I.P.O Assim!, vinculado ao Ministério da Saúde e ao CAPSi. O projeto desejava transmitir os seguintes significantes em sua proposta: Território; Intersetorialidade; Protagonismo e Promoção de vida; e Ocupação de espaços.

A partir do mapeamento destes territórios, caminhando por suas ruas, becos e vielas, visitando serviços e a rede de atenção de cuidado, educação e assistência, compreendemos como cada bairro lidava com seus adolescentes e jovens, quais eram os espaços disponíveis para eles. Em sua maioria, os bairros eram compostos por escolas públicas, unidades de referência de assistência social, projetos sociais (futsal), igrejas, e, em alguns deles, praças abandonadas. Um dos bairros, *o bairro que só queria dançar*, era desprovido de praça ou qualquer outro espaço público, e a escola estadual do local funcionava como ponto de encontro. Vale contar que este ponto de encontro poderia vir acompanhado de beijos e abraços, brigas entre os moradores, jogos de futebol, batidas policiais, venda e uso de drogas.

Este mapeamento, em um primeiro momento, colocou-nos a ouvir esses bairros, seus serviços e rede de cuidados, o contexto social e por onde circulavam os

---

<sup>6</sup> Projeto T.I.P.O Assim!

<sup>7</sup> Este chama-se Edital Viva Jovem!, uma contrapartida do Ministério da Saúde que tem como intuito destinar recursos para o desenvolvimento de propostas e intervenções de promoção em saúde e prevenção do abuso de drogas e violência com adolescentes e jovens em situação de risco e vulnerabilidade social. Foi a partir deste edital que a rede de saúde infanto-juvenil do município criou o projeto T.I.P.O Assim! vinculado ao CAPS infanto-juvenil e à rede de saúde da cidade.

adolescentes e jovens. Algumas escolas sentiam-se inseguras para mediar relações com os jovens, seja por se sentirem despreparadas devido à sua formação de base, não tendo subsídios para discutir a questão das drogas e da violência, seja por reproduzirem o discurso hegemônico no que tange a essa discussão e a essa população, a qual mais vigiam, reprimem e punem. Falas em tons perigosos, sem limites, gestos que emudeciam a escola e que produziam a evasão escolar, as dificuldades de encontro entre alunos e professores e a conseqüente pouca adesão e empobrecimento na aprendizagem eram notadas à medida que fomos fazendo rede nestes territórios. Aqui, o perigoso, o sem limites, a adrenalina e a evasão da escola pública eram reflexo da realidade social dos bairros de periferia. Narrativas sobre o tráfico, as organizações criminosas, as fugas de adolescentes e jovens de seus bairros, as mortes sempre presentes, estavam a pairar nas reuniões com as escolas e demais redes de cuidado, mesmo que a partir de um discurso de queixa que parecia denunciar as mãos atadas para lidar com tais demandas.

Contudo, é importante destacar que, por mais que a escola pública brasileira seja um espaço por vezes endurecido, fechado e normatizante, com certo despreparo para lidar com a realidade social em que está implicada, ela pode se configurar como espaço de construção de vínculos, cidadania, trocas sociais e de potência de vida. Este foi o lugar com que sempre contamos e no qual fomos acolhidos como projeto que atendia os adolescentes e jovens. Também foi o espaço onde tivemos nossos primeiros encontros juvenis, em que nos reuníamos com essa população jovem com a qual construímos os primeiros grupos e oficinas do projeto.

Os encontros nas unidades de referência de assistência social e de saúde e, nas praças e espaços públicos dos bairros foram tecidos, tateados com o tempo, a partir destes primeiros encontros no território escolar. A territorialidade e suas composições intersetoriais possibilitaram o encontro com os adolescentes e os jovens. A partir das intervenções, do caminhar pelo bairro, sentindo seu cheiro, ruas, lugares; a partir das reuniões, à escuta dos trabalhadores e trabalhadoras; os encontros juvenis foram acontecendo, com demandas um tanto contraditórias entre a rede de cuidado instalada em cada um dos territórios e as discursividades, desejos que apareciam nas falas dos jovens a cada encontro efetivado com eles.

Esses encontros nos contaram outras histórias. Conhecemos seus bairros, cidades e suas trajetórias através do olhar e das narrativas juvenis. Com eles caminhamos pelas ruas, soubemos da existência de santuários, morros, bibliotecas comunitárias, lugares para empinar pipas, espaços para circular. Também conhecemos

lugares que alguns jovens não podiam acessar, pois os encontros com esses lugares poderiam disparar brigas e mesmo mortes – lugares onde eram descartados corpos mortos, oriundos das guerras do tráfico. Eram corpos e vidas que, muitas vezes, pertenciam a seus familiares, pais, tios, irmãos.

O caminhar pelo bairro, a partir de uma cartografia feita com os jovens, traçada em mapas dos seus territórios, atentou-nos para a diversidade de criação, experimentação e cuidado com a vida. Seus pensamentos, desejos, leituras sobre a própria comunidade, vida e sociedade em muito divergiam das demandas institucionais pautadas pela escola, serviços de saúde e assistência social da região. Ocorreu, então, um deslocamento do projeto a partir da criação destes jovens, quando expressaram o desejo de narrarem uma história contra-hegemônica de suas vidas. Tal como é feito no HIP HOP ou no Funk, contraculturas nascidas dos guetos, que resistem aos discursos normatizadores e violentos que nossa sociedade insiste em reproduzir em relação às populações periféricas. Ou seja, não podemos apenas praticar um modo de cuidado em saúde voltado à regulamentação da vida destes jovens, emitindo sobre eles discursividades sobre como devem pensar em relação à sexualidade, drogas e projetos de vida. Precisamos escutar seus modos de olhar para tais temáticas, processo de ampliação de suas vidas a partir de seus traçados singulares, tal como nos lembra Lancetti (2008), em sua clínica peripatética, que se movimenta de maneira desejante: as “injeções de vida”.

Neste sentido, foi necessário deslocar nossa escuta, como profissionais de cuidado, para perceber que aqueles jovens possuíam direitos e deveres, mas, também, demandavam espaços para dar voz às suas falas, gestos, em uma experimentação de corpos. Produziram-se encontros singulares – e não normativos, como os demandados por instituições que vão da saúde à educação, da mídia à religião – em que nos contagiávamos com essas vidas juvenis para além das vidas prescritas. A partir deste encontro com tais jovens, o projeto escrito, ou como nos revela Deligny (2015), o “projeto pensado”, ficou suscetível a mudanças e transformações.<sup>8</sup> E foi a partir desse efetivo caminhar junto aos jovens que o projeto ganhou consistência, com o qual o

---

<sup>8</sup>Deligny se deterá em problematizar a condição que estamos imersos para a produção de nossos conhecimentos como profissionais da saúde e da educação, a partir da sua experiência clínica e pedagógica com crianças e adolescentes autistas ou delinquentes, em que o mesmo percebe que o gesto e o fazer coletivo são potentes quando nos propomos a cuidar destes sujeitos, esquecendo o “nível superior” de conhecimento de projetos pensados para projetos que possam ser criados em ato.

singular entrou em jogo para desterritorializar solos normativos advindos das instituições que teimam em dizer o que os adolescentes necessitam pensar.

Os encontros desses jovens com esta pesquisadora fizeram-na movimentar-se, deslocar-se de lugar e ensinaram-lhe a escrever poesias, letras de RAP, dançar funk, organizar REPlândias, gerir bibliotecas comunitárias, inventar grupos na casa dos amigos, cozinhar, empinar pipas! São eles e elas que escrevem que “é a escola como um todo que precisa ser REPensada” ou que cantam “atenção, estamos num momento delicado, é preciso estar ligado, quais são os seus direitos que estão ameaçados?” e ainda gritam “sei contar a minha história, se mistura com a história de outros”. Esses encontros, movimentos e letras transmitem a intenção narrativa que fará parte desta trajetória aqui pensada como dissertação, incitam a inspiração (po)ética deste trabalho e de seu título, como o vento que empina pipas juvenis e abre espaços para a invenção. Inclusive, o desenho que ilustra a capa desta dissertação é um presente de uma integrante da equipe do projeto e fora inspirado em um grupo de adolescentes e jovens que adoravam empinar pipas.

Com este cenário que apresentamos quanto ao campo problemático da pesquisa, junto com a caminhada da pesquisadora – que aqui disserta – posta em análise nesta introdução, florescem algumas questões que, no encontro com estes jovens de Novo Hamburgo, esta dissertação deseja pensar: Qual ética de cuidado e de escuta podemos produzir diante desta experiência conduzida no “T.I.P.O. Assim!”? Como nossas formações nas universidades, lugar e espaço almejado de produção de conhecimento, estão relacionando-se com as juventudes e suas questões? Como operarmos e construímos espaços poéticos de respiros com estes adolescentes e jovens?

Neste sentido, esta escrita não se ocupa de informar acerca dos jovens, mas, sim, tecer experiências inventivas no cuidado, que serão transmitidas como resistência aos estigmas, diagnósticos e lugares a que esta parcela da população de periferia está exposta em nossa sociedade. Das políticas públicas de saúde, educação e segurança aos questionamentos e abordagens que sofrem nas ruas, a partir de uma regulamentação da vida, exploraremos o conceito de biopoder de Foucault (2010) e da necropolítica de Mbembe (2018) para colocar em análise a trajetória destes jovens e suas relações com as ofertas de cuidado experienciadas nos grupos do “T.I.P.O. Assim!”.

A partir deste caminho profissional, de narrativas e experiências no cuidado em saúde mental coletiva e no cuidado à adolescência e juventude, esta dissertação está disposta em quatro capítulos que condizem com os três planos e a invaginação tratadas

por Deleuze, em seu “roubo” teórico sobre a obra foucaultiana. Deleuze, Guattari, Foucault e seus leitores estarão aqui inspirando a escrita para pensar os planos do saber, do poder e do fora, assim como o dentro que se produz dessa relação entre planos, isto é, a dobra que se faz na tensão das forças de conservação e das forças de invenção. Estes três planos e dobra, referentes aos processos de subjetivação que se passam no campo social e que nos atravessam, estarão colocados em análise a cada capítulo para servirem de terreno fértil no pensar das políticas públicas brasileiras à população de adolescentes e jovens, em seus movimentos de regulamentação e exclusão, assim como nos movimentos de resistência inventiva que desviam e criam outros modos afetivos de relação para com os jovens de periferia no campo do cuidado, da saúde mental coletiva.

Contudo, antes de passar para esta parte do escrito, cabe apresentar de maneira mais sistemática o caminho metodológico adotado nesta dissertação.

## Escrita travessia

Atravesso avenidas, ruas, portas e paredes para habitar outros lugares.

Compor com outros olhares e corpos.

Como será habitar outro lugar?

Estou há algum tempo Desterritorializada.

Uma nova tentativa se apresenta em meu caminhar

Essa tentativa chega junto com outro jovem.

Corpo profissional-jovem, corpo jovem-periférico.

Encontro.

Jovem que foge de um bairro em guerra.

Fuga para sobreviver e viver.

Profissional que chega para uma nova composição.

A dele é uma fuga: do bairro, do tráfico, da violência.

A minha é a construção de outra prática,

um caminhar trabalhadora da saúde mental,

que só faz outra construção de prática

quando em composição com o corpo jovem-periférico.

Encontros...

Rememoro que encontrar-se com jovens exige tempo, disposição.

Tempo que convoca a deslocamentos teóricos, filosóficos, corporais,  
espaciais.

Tempo que acontece em instantes de invenção.

Tempo provocador de travessias-experiências.

Travessia e experiência.

Travessia e tempo.

Tempo de uma travessia.

Tempo para escrever uma experiência com encontros juvenis.

Tempo porque ainda há tempo.

Como cerzir, tecer essa escrita-travessia?

## 2 – Narrar cartograficamente: encontros juvenis e a experiência do fora

Esse tempo é outro  
É louco  
Ele parece chuva  
Um domingo molhado  
Como viajar em um trem contemplativo  
Dirá um jovem que é como estar escutando música na bolsa  
Estilo Mc's  
Café filosófico com gosto adolescente  
Abraços na esquina da rua da saudade  
De um bairro que só queria dançar

Encontros com jovens que deslocaram a profissional e a trouxeram para o pesquisador  
Deslocar para realizar a crítica  
Repensar práticas e formações  
Deslocar-se até mesmo da formação de base  
Contágio com a experiência de juventudes periféricas

A escrita que sangra passa por um devir  
Uma escrita pensante  
Uma escrita que a todo tempo está em movimento  
E, por que não, sangrando?

As linhas que seguem nesta dissertação tratam de experiências que encontraram a vida desta pesquisadora. Walter Benjamin escreve que a experiência de colecionar, a arte de colecionar, é mais do que a coleção em si. O colecionador reúne elementos afins como livros, memórias, pedras. Ele luta contra a dispersão desses elementos e com esse ato constrói uma história que não foi dita ou vista antes. A arte de colecionar é algo particular, singular e que requer capacidade distinta de como transmiti-las, pois “a transmissibilidade é a qualidade que sempre constituirá seu traço mais distinto” (BENJAMIN, 2006, p. 234). A perspectiva da transmissão ou da herança possibilita que a coleção se dissipe e se transforme em outras coleções.

O colecionador sofre de um tempo estendido, pois a coleção não pode acabar. Ele luta para que ela não acabe, para que sempre esteja em vias de composição. Colecionar é como unir, ligar memórias repletas de afetos e sonhos, por isso o aspecto onírico de uma coleção. Cada um tem a potência de tecer uma touca de lã?

A coleção de que trata esta pesquisa é uma composição de criações e tentativas juvenis. Uma coleção de experiências de encontros, insistências na vida das juventudes periféricas. O que elas têm a nos dizer, escrever e desenhar sobre suas vidas?

Tais experiências só foram possíveis a partir do encontro com uma aposta de cuidado em saúde para juventudes em territórios periféricos – um cuidado em saúde traçado no caminhar pelo bairro, no tatear redes e modos de fazer juvenis, transpondo, muitas vezes, os atravessamentos institucionais que marcam as discursividades presentes nas redes de cuidado intersetoriais em jogo<sup>9</sup>. Através desse modo de cuidado, foi possível conhecer becos e vielas, moradores, vizinhos, serviços de saúde, escolas, modos de organização do comum, cheiros, desejos e, sobretudo, os jovens e seus pensamentos. Foi possível abrir lugar para coletivos que se constituíram em territórios comuns, os quais expressavam a vontade dos jovens de dançar funk, recitar poesias, cozinhar, sensações sentidas na pele e desejantes de serem expressas. São jovens que organizam leituras em bibliotecas comunitárias, desenham luas, escrevem letras de RAP e Funk, contagiam-se com a experiência do amigo.

Trata-se de vidas que estão no fio da navalha, mas que importam e resistem, como os homens infames que inspiraram Foucault (2003), assim como os jovens delinquentes que encontraram Deligny (2015), ou ainda as vidas que Luz Ribeiro<sup>10</sup>, poeticamente, nos apresenta em *Menimelímetros*: “*e quanto mais retinto o menino, mais fácil de ser extinto, seus centímetros não suportam nove milímetros, esses meninos sentem metros!*”.

Contudo, nesta proposta de narrativa, tem-se uma cartografia feita com os jovens, traçada em mapas, atenta para a diversidade de criação, experimentação e cuidado com essas vidas. A diversidade e a experimentação inscrevem-se em um material cartográfico vivo – vivo em blocos de escritas, portfólios, livros de poesias e em marcas no corpo e na memória a partir do acontecimento grupal. Por isso, uma

---

<sup>9</sup> Para o desenvolvimento deste estudo e escrita observou-se a Resolução Nº 510 de 06 e 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que define as diretrizes e normas reguladoras de pesquisas envolvendo seres humanos (BRASIL, 2016). O projeto de pesquisa foi encaminhado e aceito pelo Núcleo Municipal de Saúde Coletiva (NUMESC) da cidade de Novo Hamburgo –RS e, encaminhado à coordenação do projeto T.I.P.O Assim!, campo da pesquisa, com a finalidade de solicitar anuência para sua execução junto ao referido serviço (ANEXO II). Após, o projeto de pesquisa foi registrado e apreciado na Comissão de Pesquisa do Instituto de Psicologia e Plataforma Brasil para aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFRGS (ANEXO I), conforme documentos e aceites em anexo.

<sup>10</sup> <<https://www.youtube.com/watch?v=09KDfTVPaE&t=149s>> Acessado em: 14 Janeiro de 2018.



coleção. Mas, como transmiti-la? Como transmitir essas experiências? Como dizer do encontro com esses jovens?

Benjamin (2006, p. 240) nos auxilia quando comenta que “o verdadeiro método de tornar as coisas presentes é representá-las em nosso espaço” e nos aponta a direção de um método para que esta coleção de narrativas juvenis esteja sempre em vias de criação, no caso: uma luta cotidiana para que não acabe, para que provoque deslocamentos, para a construção de um conhecimento contra-hegemônico que tensione o agora e que possa escutar vidas silenciadas. São vidas colecionadoras de pedras, sejam pedras no sapato, de crack ou pedra sobre pedra em edifícios, construções.

O caminho metodológico delineado para expressar essas coleções é inspirado na arte de narrar. Trata-se da narrativa como um método que se contrapõe à informação, pois “ela não se esgota jamais. Ela conserva suas forças e depois de muito tempo ainda é capaz de desdobramentos” (BENJAMIN, 2012, p.220). Propõe-se uma escrita artesanal comprometida em transmitir experiências invisibilizadas e silenciadas, mas vivas e à espera de compor outras coleções. O método a ser utilizado será a análise dos conteúdos narrativos, referentes ao material confeccionado em diários de campo da pesquisadora quando no campo de intervenção e cuidado junto aos jovens. Neste sentido, as experiências vividas pela pesquisadora e suas anotações sobre cada encontro que disparou reflexões são a base de análise. Da mesma forma, as produções construídas com os jovens, como os livros de poesias e os portfólios organizados pela equipe profissional do campo desta pesquisa, serão utilizados como materiais analíticos no desenrolar da dissertação.

Esta pesquisa dissertativa trata, portanto, de resgatar, em um esforço de memória cartográfica, narrações de vida, das diferenças, das coleções que transitaram por estes encontros com uma juventude periférica e com as propostas de cuidado, sejam as impregnadas por atravessamentos institucionais normatizantes, sejam as que inventavam novas possibilidades de vida e que, por isso mesmo, problematizavam o que podemos pensar como a regulamentação da vida. Aliando-se a um método narrativo, a proposta é narrar a experiência e produzir conhecimento com ela, para que as coleções estejam sempre em vias de se fazer, de se escrever, na saúde, na educação, na vida.

O desejo de produzir tais narrativas, além de ser uma forma de dar sentido à escrita que sangra da pesquisadora, das marcas que foi habitando nestes encontros que a transformaram, também diz respeito à pretensão de transmitir as afetações destes encontros juvenis de maneira a afetar outros profissionais e que estes possam se

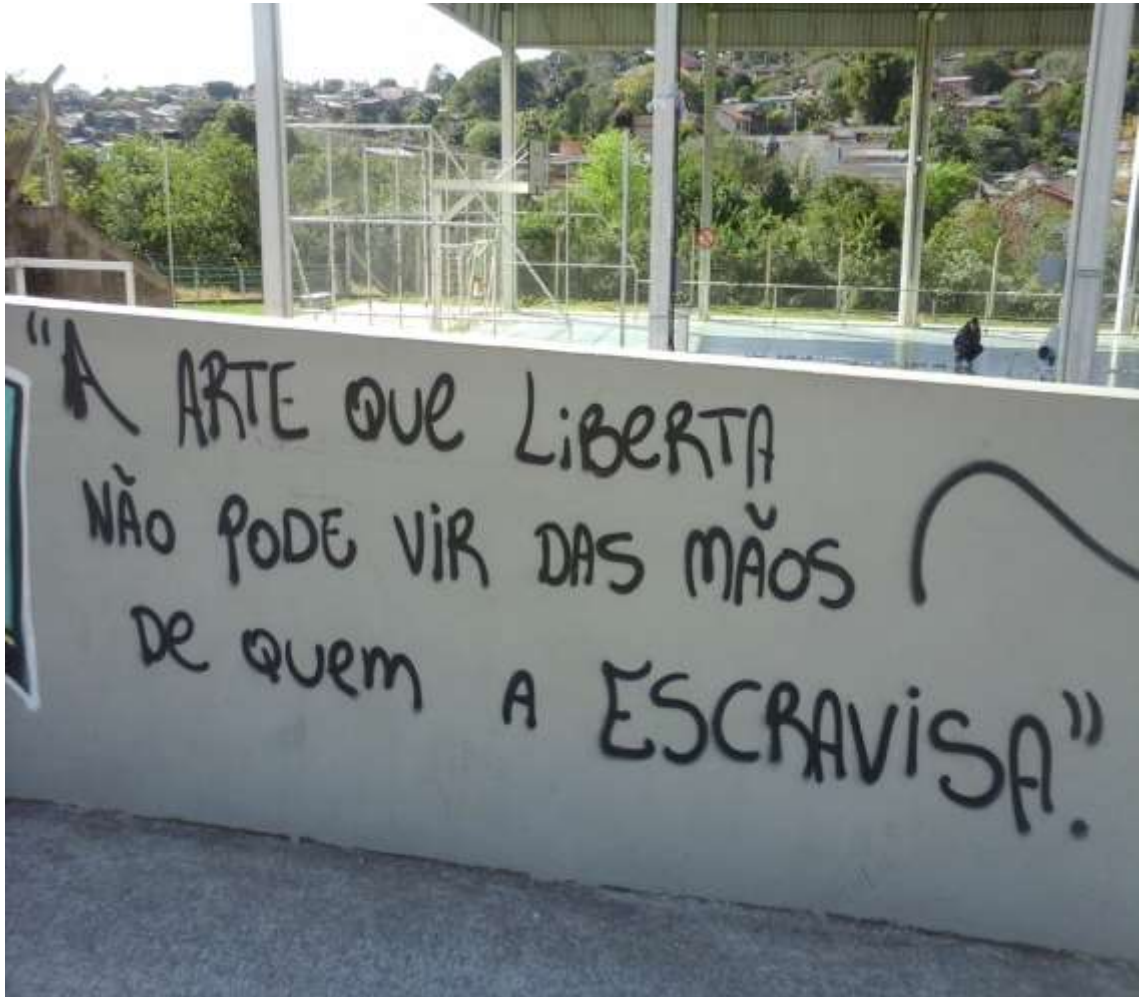
contagiar com o que acontece quando um jovem é convidado a narrar sua vida e sua experiência. Deseja-se transmitir essa coleção de narrativas para transformá-las em experiências e dissipá-las por outros cantos e olhares. Trata-se de pensar as práticas de cuidado com os adolescentes da periferia, contando as suas histórias e seus sonhos através de elementos como o RAP, o funk, desenhos e poesias, criando movimentos e escritas para resistir ao lugar que o discurso hegemônico impõe à juventude periférica: “problemáticos”, “drogados”, “delinquentes”. A escolha é por uma política da narratividade que leve em consideração a experiência, “como uma posição que tomamos quando, em relação ao mundo e a si mesmo, definimos uma forma de expressão do que se passa, do que acontece” (PASSOS E BENEVIDES, 2010, p. 151). É uma política que provoca qual mundo queremos construir, e que mundo queremos escrever, colecionar, transmitir.

Neste sentido, esta escrita narrativa e cartográfica, aliando Benjamin a pensadores da esquizoanálise, deseja expressar o que se passou nos encontros do “T.I.P.O. Assim!”, em uma política que mapeia as paisagens afetivas retidas na memória da autora, sobre os encontros com a juventude periférica, para transmitir no texto as problemáticas e possíveis invenções nos modos de operar o cuidado. Estas memórias afetivas e poéticas, guardadas na touca de lã da pesquisadora, aparecerão no decorrer da escrita – através de imagens e textos poéticos –, como uma forma de aproximar o interlocutor, convidando-o a mergulhar nessas paisagens, nas histórias dos bairros que compõem a experiência, contagiando-se com os gestos dos adolescentes e jovens.

Para dar conta da confecção das narrativas que estarão invadindo o texto a todo o momento, propõe-se desenvolvê-las no entre dos capítulos, assim como nos próprios, a partir de uma divisão que foi traçada com a conceituação do Diagrama de Foucault, trabalhada por Deleuze e por seus leitores. O Diagrama de Foucault é dividido em três Planos e uma invaginação e nos auxilia a pensar a dobra que se produz quando pensamos a subjetividade e os processos de subjetivação. Essa dobra de subjetividade que se produz está sempre em processo de invenção, em movimentos peristálticos que ora pululam resistência e criação, ora cedem espaços para forças conservadoras e de regulamentação. No entremeio desta batalha dos processos de subjetivação, iremos analisar o Plano do Saber, em suas visibilidades e enunciados que constroem um saber sobre o adolescente e sobre a periferia; o Plano do Poder, com suas forças e estratégias de controle; e o Plano do Fora, com sua intensidade selvagem, alheia à razoabilidade

imposta pelos outros planos, que exige desterritorializações à dobra, à invaginação, e que é propriamente a força expressiva de invenções que deslocam as passadas dos processos de subjetivação sequestrados por uma sociedade de biopoder.

Foto 1



Arquivo Pessoal, 2016.

### **3 – Infância, adolescência e juventude: a produção de um saber e suas repercussões na construção do cuidado**

Na mais remota sala de papiros, numa nuvem de fumaça, percebi os olhos imbecilizados de um adolescente deitado numa esteira, que não tirava os lábios de um cachimbo de ópio.

- Onde está o sábio? – O fumador apontou para o lado de fora da janela. Era um jardim com brinquedos para crianças: os pinos, a gangorra, o pião. O filósofo estava sentado na grama. Disse:

- Os símbolos formam uma língua, mas não aquela que você imagina conhecer.

Compreendi que devia me liberar das imagens que até ali haviam anunciado as coisas que procurava: só então seria capaz de entender a linguagem de Ipásia.

(CALVINO, 1990, p.22)

Para explicitar atravessamentos relacionados à pesquisa, torna-se necessário escrever e pensar sobre conceitos, clínicas e intensidades que dizem respeito a este campo e suas correlatas problemáticas: práticas de cuidado na adolescência e juventude. Na tentativa de apreender os saberes, com seus enunciados e visibilidades, e as relações de forças histórico-sociais que perpassam a questão desta pesquisa, buscaremos discorrer sobre a construção dos conceitos e das práticas de cuidado à infância, adolescência e juventude no cenário brasileiro. Partimos das experimentações do campo de pesquisa que deu origem ao desejo de conduzir este estudo, no caso, um Centro de Atenção Psicossocial infanto-juvenil – CAPS i – como já explicado anteriormente, e, com base na ideia de que a adolescência e a juventude só passam a ser objetos de estudos e de práticas de cuidado em função de suas concepções atreladas à história da infância e a práticas de capturas de subjetividades.

Não se trata, aqui, de realizar uma retomada histórica ascendente e linear da infância e da adolescência/juventude, nem definir qual conceito ou clínica seja mais válido. Versa-se sobre os três planos edificados por Gilles Deleuze a partir Foucault constitutivos dos processos de subjetivação, para problematizar as práticas atuais no contexto da saúde mental coletiva e, assim, operar transformações. Deleuze vê em Foucault três dimensões e uma invaginação fundamentais no que tange às formações históricas e aos processos de subjetivação: o Saber, o Poder e o Fora, dimensões que

repercutem na construção e nos movimentos peristálticos que formam a dobra. A cada uma das dimensões corresponde uma das seguintes questões: “Que podemos saber, ou que podemos ver e dizer em tais condições de luz e visibilidade?”; “Que poderes é preciso enfrentar e quais são nossas possibilidades de resistência em cada época?”; e “Quais são nossos modos de existência, nossas dobras, nossos processos de subjetivação?” (LEVY, 2011, p.72).

Desde o Iluminismo, certamente atravessado pela leitura cartesiana da vida, vivemos uma constante busca pelo saber e domínio absoluto do universo, do homem e da ciência, impulsionada pela ideia da primazia da razão sobre todas as coisas. Tal ideia produziu efeitos no que aqui apontamos como plano do saber, nos enunciados e visibilidades de nosso tempo que se entrelaçam com a época das luzes para entendermos os processos de subjetivação. Há uma busca incessante pelo que se pode dizer e ver em cada momento histórico, e este dizível e visível constituem o plano do Saber, no qual “o olho será destinado a ver e somente a ver; e o ouvido destinado sempre a ouvir. O discurso terá realmente por tarefa dizer o que é, mas não será nada mais que o que ele diz” (FOUCAULT, 1995, p.59). Este plano do saber é constituído, então, por duas formas estratificadas, camadas sedimentares, que se encontram mas não se confundem uma com a outra: o dizível e o visível, o enunciado e a visibilidade, o ser linguagem e o ser luz. “Os estratos são sempre históricos e constituem os limites do que pode ser visto e do que pode ser dito em cada época” (LEVY, 2011, p.74). Esta relação entre dizível e visível, que se encontram mas não se confundem, visto que não há junção, mas encontros, alianças e afetos, acaba por perturbar o modelo de representação historicamente calcado pelas ideias iluministas. Origina-se, então, uma relação de terceiro tipo, uma relação sem unidade, sem igualdade, em que prevalece a diferença e problematiza-se um ideal de racionalidade (LEVY, 2011, p.77).

Neste sentido, múltiplas foram as marcas e questões que começaram a ressoar e a exigir que os Estados e nações pensassem em uma organização social para atender às demandas da infância. Buscar respostas, formular práticas de atenção e cuidado que conseguissem dar conta do que o social vinha produzindo como história da infância e da adolescência era uma demanda latente. Busca-se, então, realizar uma espécie de movimento arqueológico – rachar as palavras e as coisas – para descobrir os seus enunciados e visibilidades no que diz respeito às práticas de cuidado demandadas na infância e adolescência ao longo dos séculos que anunciam a modernidade e o contexto atual brasileiro.

No século XIII europeu o costume predominante era a entrega do filho a Deus, delegando a educação dos mesmos à Igreja, não sendo de responsabilidade das famílias zelarem e protegerem seus filhos. Já no século XVI difundiram-se os colégios — instituições, em que também se entregavam crianças e que tinham como objetivo o adestramento moral, disciplinamento do corpo e do pensamento, culminando para o advento da sociedade disciplinar FOUCAULT (2010). Até o século XVIII o pensamento social vigente propunha que os homens se faziam humanos pela expulsão de tudo que neles houvesse da criança. O modelo de homem era o adulto racional e consciente da realidade (ARIÈS, 1979).

A infância não se compreendia como ingenuidade, pureza, descobrimento e invenção; ela estava ligada à animalidade e à ausência de razão, era marcada por uma vontade instintiva e acrítica de seres considerados não adultos. O infanticídio era prática comum e incentivada como mecanismo de controle populacional (BADINTER, 1985). Outra prática que se originou nesta mesma lógica de negação de tudo o que provinha da infância foi a invenção da roda dos enjeitados no século XIII – esta que perdurou durante séculos, chegando ao Brasil em 1726 e tendo como local de instalação as Santas Casas de Misericórdias. Nestas rodas entregavam-se crianças e adolescentes deficientes, inválidos, desviantes da conduta e da norma vigente, considerados delinquentes e inadaptados. A presença destas rodas e de suas práticas corroborou e perpetrou a exclusão e a negação da infância e da adolescência como lugares de singularidades, cidadania e diferenças.

A prática da roda dos enjeitados é uma prática da primeira configuração do social (NEVES, 2004), pois ela diz respeito a uma noção de social relacionada a um conjunto de práticas que buscaram regular os disfuncionamentos da sociedade e dar conta dos problemas da época – neste caso crianças e adolescentes abandonados, deficientes – a partir de uma intervenção/solução – a roda –, caracterizando-se como um modelo social-assistencial que visava atender populações carentes em uma lógica protetora, organizada pelo clero e pela nobreza no que tange à Europa. Neves (2004) ainda aponta para uma segunda configuração do social a partir da reorganização da sociedade em torno da era industrial – modelo nascente do capitalismo –, em que a preocupação já não era mais só dar conta dos incapacitados e vulneráveis, e, sim, das contradições de um sistema que não acolhe e que não oportuniza trabalho para todos.

Contudo, podemos pensar que as rodas dos enjeitados cumpriram sua função de acolher crianças e adolescentes excluídos, mas, também, colaboraram para a sociedade

perceber estas altas taxas de mortalidade, adoecimento e exclusão infanto-juvenil, como se a roda passasse a não só rodar em torno da exclusão, mas a cirandar em torno destas questões que envolviam cuidado e proteção, fazendo possível que as singularizações da subjetividade e da cultura se sobressaíssem. Neste sentido, o devir impunha cirandas à roda, invenções de tempo, deformando a tentativa de congelar o tempo, não sem novos sofrimentos, operando uma transição de paradigmas e culminando com um outro processo de subjetivação da infância e da adolescência (CECCIM & PALOMBINI, 2009).

Até a transição dos séculos XIX-XX a infância e a adolescência não eram consideradas campos de saberes das ciências, já que o único modelo considerado era o do homem adulto. Foi a partir das taxas gritantes de mortalidade infantil e adoecimentos decorrentes das guerras e do trabalho infantil que as instituições e as ciências passaram a se debruçar sobre seus cuidados. É importante reiterar que a preocupação não era com as crianças e, sim, com as altas taxas de mortalidade e adoecimentos infantis e como e o que fazer para conter isto.

Na metade do século XIX, surgem inúmeras pesquisas sobre a psicologia do desenvolvimento infantil, que apontam a infância como objeto da investigação. No final do século XIX, a adolescência torna-se alvo dos estudos científicos. Os mesmos discursos recriaram as instituições apropriadas para seu amparo e vigilância, tais como as escolas modernas, as instituições jurídicas e correcionais designadas para um modelo de homem e de estrutura societária que era produzida, também para uma “nova família burguesa” centrada na educação dos seus filhos. (SILVA & LOPES, 2009, p.89)

Esta mobilização de olhares para a infância acontece muito relacionada com a necessidade de preservar a força de trabalho e corpos saudáveis para a produção – processo de industrialização urbana. Por isso emerge a preocupação com as mortes e doenças infantis, entre moralistas, administradores e médicos, dando origem ao discurso da maternidade, com o qual se inaugurava um novo modo de subjetivação (Badinter, 1985). Modo de subjetivação resignado aos cuidados da família, mais precisamente da figura materna – como podemos perceber até os dias de hoje –, pois a mãe era a única provedora da nutrição e cuidados com os filhos, e o pai, provedor da casa e do lar. Assim, neste momento, a responsabilidade dos cuidados das crianças e dos adolescentes tornou-se da família e da educação. Escola e família tornam-se instituições legitimadas científica, moral e socialmente para cuidar e prevenir as mazelas da infância, assim



como da adolescência. Ao mesmo tempo em que cuidam, previnem e protegem, tais instituições são aquelas que desembocam em problemas de crianças, jovens e adolescentes no que tange a patologias e desvios de comportamento, pois há uma tentativa de manutenção da ordem vigente e de uma padronização da subjetividade, como nos apontam as autoras (SILVA e LOPES, 2009, p.92):

Entretanto, se de um lado as gerações anteriores passam a cuidar e zelar das novas gerações, estas, por sua vez, devem ser capazes de perpetuar e garantir a constituição do mundo tal como se apresenta no presente e, então, arcar com este ônus. Essa combinação resulta numa educação no mundo moderno que é, intrinsecamente, conservadora.

Diferentemente da infância, que requeria um olhar de proteção, zelo e carinho, ao mesmo tempo em que as crianças eram capturadas em instituições como a escola e a família, com a adolescência ainda existiam pontos mais complexos a serem trabalhados, como sexualidade e transgressão, surgindo problemas e estigmas relativos a delinquência juvenil e exercício da sexualidade do adolescente, entre outros. Eram temas que a educação e a saúde tratariam de pesquisar e racionalizar, instituindo normas e padrões de comportamento que afirmavam uma concepção identitária de adolescência e juventude, na qual o jovem é considerado rebelde, instável, impulsivo, melancólico – em suma, ser jovem seria estar em constantes crises.

No Brasil, a preocupação com a infância, sobretudo com a mortalidade infantil e a delinquência infanto-juvenil, começa a aparecer nos primeiros anos da Era Vargas, mais precisamente a partir da constituição de 1937 e do Código de Melo e Matos, em que se atribui ao Estado o dever de cuidar e garantir direitos a crianças e adolescentes. Originou-se, a partir disso, a Política de Bem-Estar do Menor (1964) e o Código de Menores (1979), os primeiros documentos brasileiros de atenção à infância e à adolescência e principais instrumentos de controle social da infância e da juventude pobres (VINCENTIN, 2006, p.12). Ambos os documentos apresentavam caráter intervencionista e autoritário, demarcando um olhar e práticas jurídicas e sociais com estas populações.

Segundo RANIERE (2014), há pequenas divergências entre o Código de Mello Matos e o Código de Menores. No primeiro há a tentativa de separar as medidas indicadas a menores abandonados daquelas indicadas a delinquentes. Quem coloca ambos no mesmo barco é o Código de Menores de 1979, através da Doutrina da

Situação Irregular. No código de Mello Matos, os abandonados deveriam ser encaminhados às Escolas de Proteção e os delinquentes às Escolas de Reforma. Podemos, então, pensar que os documentos e as políticas públicas destinadas as crianças e aos adolescentes sempre levaram em conta a aplicação de medidas, pois há sempre alguma medida a ser tomada em torno de suas questões. Se são abandonados, há a medida de proteção; se são culpados, há a medida de correção e punição; são seres que estão sempre fadados a situações irregulares de vida. A noção de proteção integral só aparecerá com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, e, ainda assim, a presença de medidas a serem cumpridas e de enclausuramento estarão presentes.

Quando a FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar ao Menor – foi criada, na década de sessenta, os debates não giravam mais em torno do menor trabalhador, cujas Escolas de Reforma tinham por missão formatar, mas em torno de categorias, como, por exemplo, “infrator” e “carente”. É a época da Doutrina da Segurança Nacional, na qual se entende que, para assegurar a ordem é necessário enclausurar. (RANIERE, 2014, p.41).

Tais documentos, assim como todo um aparato jurídico e de controle social, estão enlaçados também com o surgimento da Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (FEBEM), na década de 70 do século XX, o que demonstra que as estratégias de controle produzidas pelo estado não estavam direcionadas apenas para a proteção social da infância e adolescência, mas, sobretudo, para a produção de espaços serviço da vigilância e da exclusão daqueles que desviassem das normativas da sociedade mesmo quando ainda não adultos.

Aqui temos um regime jurídico e um discurso de saúde, com suas regras e especialistas que produzem enunciados sobre a infância e a adolescência, bem como o destaque de visibilidades do que seria um adolescente, suas delinquências e os lugares destinados aos mesmos quando em conflito com a lei e com os discursos de normalidade. Uma construção de saber, em seu aparelho audiovisual é constituído para dar conta da infância e da juventude, com todo o seu poderio bélico direcionado às classes mais pobres.

Contudo, apesar de termos construído esta aparelhagem de saberes que deságuam no século XX, também temos a afirmação e o reconhecimento das crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, com consideráveis conquistas e avanços, seja do ponto de vista jurídico-formal, seja do ponto de vista das práticas concretas. Foi a partir da Declaração dos Direitos da Criança, realizada em uma assembleia da ONU em

Genebra (1989) – formalizada em um documento da Convenção sobre os Direitos da Criança – que a infância passou a tomar caráter jurídico e de direito internacional, pois regras foram sendo estabelecidas no “sentido de proteger a criança e o adolescente, os quais passaram a ser concebidos como seres em desenvolvimento, cujo amadurecimento precisa estar garantido por meio da proteção integral” (VINCENTIN, 2006, p.12). Não que isso esteja fora das discursividades e visibilidades produzidas neste arcabouço do saber, pois fiquemos atentos a isso para podermos perceber que toda essa proteção, na prática, muitas vezes, é atravessada pelos regimes de verdade construídos historicamente pelas visibilidades e enunciados já traçados acima.

Podemos perceber até aqui que infância e adolescência caminham juntas nessa transição de modelos de cuidado e proteção, pois, quando se aborda a questão da criança, concomitantemente fala-se sobre a adolescência; os dois períodos da vida distinguidos por seres em desenvolvimento, em transição de fases, marcados por um amadurecimento que visa à vida adulta.

Neste sentido, podemos ver dois paradigmas no que até então trabalhamos: um de ausência de olhar e cuidados em saúde e educação com estas populações, classicamente visto com a Roda dos Enjeitados, em sua preocupação de evitar que circule pela sociedade aqueles que traziam em si a pecha da diferença e da pobreza; e outro com toda uma proposta de cuidado mais singular e humanizado, mas que continua tropeçando em lógicas já instituídas, como a preocupação em cessar as taxas de mortalidades, os adoecimentos, e estimular determinadas condutas sociais, de maneira a impor um regime disciplinar e de regulação sobre como controlar a vida destes sujeitos. São vidas acolhidas na sociedade muitas vezes para produzir uma inclusão para a exclusão (AGAMBEN, 2004), um disciplinar e regulamentar para obter o controle e de fazer morrer àqueles que desviam das normativas e condutas estimuladas como do bom viver pelo biopoder (FOUCAULT, 2010).

Seguindo, ainda, nesta linha sócio-histórica, no Brasil, com o advento da Constituição de 1988 e inúmeras mobilizações sociais, a partir do artigo 227 da Constituição e da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), os menores passam de objetos jurídico-social do Estado para sujeitos de direitos e de proteção integral. Através das mobilizações e mudanças na Constituição Federal, foi possível tensionar o Estado e suas áreas de atuação a se organizarem em uma rede de proteção integral à infância e adolescência. Assim, no ECA, há a disposição de uma política de atenção integral, com a presença de serviços especializados para o

atendimento de crianças e adolescentes em risco social, violência, trabalho infantil, saúde mental.<sup>11</sup>

Na perspectiva da nova Constituição, a adolescência permanece atrelada a uma separação etária entre a juventude e a idade adulta, tanto no âmbito psicopedagógico, médico como no sociológico. No ECA, a adolescência é referida como etapa do desenvolvimento de um tempo etário específico (12-19 anos), e não se menciona a palavra juventude. O fortalecimento da concepção desenvolvimentista de infância e adolescência, presente no ECA – principal texto jurídico que dirige suas ações voltadas para a infância e adolescência –, “corroborar a primazia da razão que produz a noção/necessidade dessa identidade do sujeito individual e, conseqüentemente, do seu desenvolvimento” (COIMBRA, BOCCO, NASCIMENTO, 2006, p.6). O conceito de juventude surge em “estudos sociológicos como resultado de tensões e pressões que vêm do contexto social, fundamentalmente, relacionadas com o processo de socialização do sujeito e de aquisição de papéis sociais” (SILVA & LOPES, 2009, p.91). O termo juventude continua afirmando um determinado modo de ser e estar no mundo, ou seja, um certo modo identitário de subjetivação (NASCIMENTO & COIMBRA, 2015, p.183). Logo, está relacionado a mais uma fase de transição, em que os ditos jovens deixam de ser adolescentes – rebeldes, melancólicos, indecisos – e passam a ser sujeitos em busca de emprego, formação, oportunidades, configurando mais uma etapa antes de se chegar à vida adulta.

Há dois pontos aqui que precisam ser considerados: o primeiro, diz respeito às fases que os sujeitos estão destinados a atravessar, pelas quais todos passariam de forma igual, em busca da vida adulta, configurando-se como a lógica desenvolvimentista; e o

---

<sup>11</sup> ART. 86. A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. ART. 87. São linhas de ação da política de atendimento: (Vide Lei nº 12.010, de 2009). I – políticas sociais básicas; II – serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social de garantia de proteção social e de prevenção e redução de violações de direitos, seus agravamentos ou reincidências; (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016). III – serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão; 56 ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE IV – serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos; V – proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente. VI – políticas e programas destinados a prevenir ou abreviar o período de afastamento do convívio familiar e a garantir o efetivo exercício do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009). VII – campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e à adoção, especificamente inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009). (ECA, 1990, p.52).

segundo, relativo à maneira de vestir, os estilos, o tênis “da hora”, a música em voga, e, que em sua lógica massificante e individualizante, dá destaque a uma responsabilidade que sentencia como individual e nega as práticas e os atravessamentos sociais, institucionais e históricos.

Se, por um lado, a lógica desenvolvimentista quer fazer acreditar em uma etapa homogênea e universal para todos os sujeitos, a chamada adolescência, a lógica individualista e culpabilizante da subjetivação capitalística vai dizer que o modo como cada um enfrenta e resolve tal fase será determinado pelo próprio indivíduo e por sua capacidade, ou falta dela, para lidar com as questões de seu desenvolvimento. É o modo de ser indivíduo intensificado pelo neoliberalismo, no qual predomina a figura do self made man: qualidades e defeitos, méritos e fracassos são atribuídos aos indivíduos como sendo inerentes à sua natureza. Vir a ser um adulto maduro, estável e integrante do mundo do trabalho ou vir a ser um desempregado sem família nem rede social dependeria exclusivamente de cada um e de suas competências individuais. (COIMBRA, BOCCO, NASCIMENTO, 2005, p.6-7)

Logo, mesmo com essa transição de paradigmas e organização do Estado e suas instituições para atender crianças e adolescentes, ainda persistem as práticas autoritárias e violentas de que os mesmos são objetos e não sujeitos (VINCENTIN, 2006). Atenta-se, também, que o ideário de homem adulto não se desfez por completo; carrega-se, mesmo que intrinsecamente, a vida adulta como principal modelo de vida e de subjetividade a se seguir, em um desenvolvimento e uma conduta de sucesso.

Percebemos estas práticas violentas e autoritárias na individualização de problemas sociais advindos de uma ideia de meritocracia, em que todos teriam condições a priori de conseguir um trabalho, de estudar, de “dar certo na vida”, ao mesmo tempo que presenciamos uma massificação de mortes de crianças, adolescentes e jovens, especialmente oriundos de territórios de periferia. Podemos pensar, ainda, na presença do tráfico de drogas nestes territórios de vida como a principal oferta de trabalho para adolescentes e jovens que não conseguem inserção no mercado de trabalho formal, estigmatizando um tanto mais essa população periférica.

Considerando todo este caminho histórico em torno das práticas e dos paradigmas relacionados a infância, adolescência e juventude, gostaríamos de focar mais especificamente nos adolescentes e jovens, já que o campo desta pesquisa é fruto de uma experiência de cuidado em saúde mental coletiva com essa população específica. Vimos, até aqui, que a adolescência é produzida como um conceito que tem o propósito de homogeneização da subjetividade nesta fase de vida própria aos jovens,

uma marca impressa como efeito de uma sociedade estrategicamente estruturada pelo biopoder, com todas as suas regulamentações e instituições disciplinares de controle e de todos os instituídos que carrega, como a família, a educação, a saúde, a psiquiatria, a prisão e o direito.

Neste sentido, a adolescência está muito vinculada a uma noção desenvolvimentista, uma fase universal e a-histórica do desenvolvimento humano, originária da postulação de saberes médicos, psicológicos, educativos. Quando olhamos para estes sujeitos desde tal noção, é com um viés atravessado por estas capturas e enquadramentos, um olhar identitário em torno deste “ser adolescente”. Trata-se de uma visão reducionista, por considerá-los seres que apenas estão em desenvolvimento, em uma transição para a fase adulta, em uma etapa de vida da transgressão, e não como sujeitos que criam, que desejam, que experimentam o mundo. Consideramos que a noção de juventude não dá conta por si só de mudar esta concepção de saberes e práticas, pois também está relacionada a uma fase de vida, a uma identidade jovem e, ainda, a uma produção capitalística, já que juventude relaciona-se com aquisição de papéis no mundo do trabalho, e, estando vinculada a esta noção de transição de uma fase para a outra, reitera princípios meritocráticos: todos os jovens teriam condições de arranjar trabalho, estudar e “dar certo” na vida.

Esta concepção cartesiana, racionalista e desenvolvimentista de produção de saberes estabelece a chegada a uma fase de amadurecimento da vida – vida compreendida, não como experimentação, mas como sequência de fases, tendo a razão como principal mecanismo de apreensão e de vivência no mundo. Através do amadurecimento e do predomínio da razão, o sujeito conseguiria aprender cada vez mais sobre si mesmo e sobre o mundo que o cerca (BERTOL & SOUZA, 2010, p.827). Tal concepção também almeja o enquadramento dos sujeitos nesta lógica vigente de controle e de não-lugar, em que os mesmos são tratados como seres que não têm experiências, não produzem experiências, não criam, em suma, só trazem problemas pela fase de vida que estão passando. Trata-se de uma lógica linear e cronológica de vida que não permite a construção de variadas linhas de fuga e criação – uma visão reducionista, biológica e escassa de vida.

Origina-se, assim, uma definição de identidade a partir do desenvolvimento do sujeito, uma identidade fixa e homogênea, em que todos passariam por um tal momento de forma igual; uma identidade que não possibilita lugar para variações e diferenças do ser no mundo. Podemos encontrar estes discursos a partir de diálogos com algumas

escolas, com as próprias famílias, em alguns serviços de saúde. Nestes, o fato de que o público adolescente e juvenil seja escasso, costuma ser justificado pelos profissionais com a alegação de que adolescentes e jovens buscam atendimentos, sendo muito difícil acessá-los.

Ao mesmo tempo, dentro desta teia de saberes instituídos, existem movimentos dos jovens para resistir a estes paradigmas e identidades que os cercam, pois em suas ações fora da curva de controle e do previsto, elaboram derivas, linhas de fuga, movimentos cotidianos que conseguem escapar dessa lógica desenvolvimentista, capturada e “capitalizante” da vida. Encontramos estes movimentos presentes no RAP, no Funk, no Slam, em um jovem que constrói a sua própria biblioteca em casa, em outro que só quer cozinhar.

Então, como operar cuidados para a infância e para a adolescência em uma lógica não-desenvolvimentista? Ou melhor, como podemos pensar a nossa produção de saberes e práticas junto a adolescentes e jovens no contexto da saúde mental coletiva? Como apreender esta clínica com as juventudes?

Estas questões implicam a produção de uma concepção que possa abarcar sentidos múltiplos de juventude, aliás, das juventudes – substantivo no plural – para alcançar uma compreensão mais ampla e fiel em relação às heterogeneidades e subjetividades produzidas pelos coletivos sociais dos jovens. Neste sentido, as categorias de adolescência e juventude são entendidas como construção sócio-histórica, econômica, cultural e relacional, determinadas em um processo permanente de mudança e ressignificação nas sociedades contemporâneas (SILVA & LOPES, 2009).

Logo, considerando que adolescência e juventude são construções sócio-históricas, que também podem estar em permanente mudança, em construção de linhas de fuga e resistências, nesta pesquisa utilizaremos ambos os conceitos – adolescência e juventude –, apostando na multiplicidade que possam abranger. Da mesma forma, apostamos nas múltiplas adolescências e juventudes que possam ser ressignificadas e inventadas no encontro com estas vidas juvenis, a partir de um cuidado e de uma clínica que aposte na deriva, no devir, na delicadeza e intensidade das linhas de fuga, daquilo que faz fugir das instituições e das regulamentações, daquilo que desliza os saberes até curto-circuitar a aparelhagem audio-visual até então instalada. Inspirados no pensamento de Ítalo Calvino, buscamos nos liberar das imagens que até então haviam anunciado as coisas que procurávamos, para só então tornarmo-nos capaz de entender

essa linguagem que se comunica com a potência do jovem e sobretudo, em nosso caso, com a juventude periférica.



## *E se nada der certo?*

O que é ser jovem no nosso bairro? Viver ao lado de violência, drogas, abuso sexual, preconceito, tráfico e tabus sexuais. Nosso bairro sofre muito por falta de espaços de lazer e casas de cultura. Mas em meio a tudo isso temos pontos positivos: que são as pessoas honestas e trabalhadoras. Têm muitos jovens que não descobriram o seu talento por falta de incentivo. Assim como os seus gostos sexuais. Tem muita gente com criatividade, inteligência e desejos.

O fragmento escrito com adolescentes do bairro que só queria dançar foi criado uma semana após um grupo com muitas conversas e debates sobre: “o que significa ser jovem no nosso bairro?”. A inspiração foi encontrada no filme *Nunca Me Sonharam*, a partir da questão: o que significa ser jovem de escola pública no Brasil? Estávamos nos preparando e organizando a participação para um seminário de políticas públicas da juventude do Vale do Rio dos Sinos e a ideia era levantar ideias, pensamentos nos quais pudéssemos, enquanto grupo, nos posicionar no seminário.

No grupo que “dá onda”, “molha” e que, às vezes, causa avalanches, adolescentes manifestam a indignação frente ao desrespeito e à violência que sofreram dois meses atrás com a notícia de que jovens de uma escola privada da cidade organizaram um evento de formatura do ensino médio com a temática “E se nada der certo?” No evento, os

jóvens da escola privada foram vestidos de moradores de rua, garís, faxíneiras, trabalhadores do Mc Donalds. Sí! Para a juventude da escola privada não passar no vestibular é não dar certo na vida. E para a juventude com que me encontro semanalmente no projeto, o que é não dar certo? Ou o que é dar certo? Quais os sonhos possíveis? Naquele dia eles só expressavam dores relativas as violências vivenciadas. E só gritavam por respeito!

Queriam afirmar a possibilidade de serem fecundos à sua maneira...

#### **4 – Juventude periférica e o plano do poder: diálogos sobre biopoder, necropolítica, subalternidade e lugares de fala**

A narrativa apresentada acima, este encontro com afetações e indignações, formulações de pensamentos e opiniões diante do que é ser jovem da periferia brasileira, traz à tona discursos normatizantes e hegemônicos que imperam quando se fala sobre o que é viver na periferia. Esses discursos, presentes na sociedade, revelam aspectos e modulações muito próximo às estratégias que o Biopoder encontra para disciplinar, regradar, conduzir e regulamentar a vida. As estratégias para a construção de uma arquitetura de controle sobre a população – controle através do qual, na periferia, sem acesso a políticas sociais, o Estado imprime seu braço pesado de violência –, produzindo visibilidades e enunciados advindos do Plano do Saber, são vistas, com uma lupa cada vez mais micropolítica, nesse outro plano, no caso, o Plano do Poder. Neste sentido, a partir do diagrama e da topologia que Deleuze construiu para pensar as formulações de Foucault, trataremos, neste capítulo, sobre o Plano do Poder, articulado com as narrativas juvenis e suas tensões, no esforço de sobreviver, em última instância, à política de morte produzida pelo biopoder. Desta feita, pretendemos analisar a dinâmica que o Biopoder opera a partir de um diagrama que Pelbart (2009, p. 118), amparado em Foucault, propõe: “Houve um diagrama feudal, outro napoleônico, um disciplinar, hoje talvez um outro cuja consigna seja gerir a vida (biopoder)”.

Cabe lembrar o que FOUCAULT (1982, p. 75) afirma quanto ao conceito de Poder:

[...] onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros de outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui.

Desta feita, o poder não tem forma, diferentemente dos enunciados e visibilidades do saber, e, por não ter forma, o poder é sempre difuso, espalhando-se por toda parte, é capilar. Ele está presente nos corpos, nas instituições, nos discursos, nos

hábitos, nos comportamentos e assim por diante. “As relações de forças que o caracterizam exercem seus poderes em todas as camadas da sociedade” (LEVY, 2011, p.81). Pode-se afirmar que o poder é constituído dessas forças não visíveis e não dizíveis e, que ele se atualiza nas duas formas do saber. “Entre os dois estratos do saber, há as relações de poder. Um conjunto de relações de força que impõe aos dispositivos concretos um determinado modo de funcionamento” (PELBART, 2009, p.117). Neste caso, o “poder é uma relação de força, móvel e se trata de uma estratégia exterior aos estratos de saber, mas imanente a eles, pois só existe na medida em que é atualizado nas suas formas, segundo os seus dois modos distintos, divergentes e diferenciados do ver e do falar” (PELBART, 2009, p.118). No caso dos adolescentes e jovens de periferia de que trata esta pesquisa, pensamos que as estratégias e práticas do Biopoder estão a todo instante modulando as estratificações do que significa e simboliza ser adolescente e jovem em territórios periféricos, em uma operação que regulamenta e aniquila o campo de possibilidades de vidas destes sujeitos. Contudo, com esta leitura de poder na qual o mesmo não pertence a ninguém, passando-se em um jogo de forças capilar, além deste destino regulamentado e aniquilador, podemos pensar em possíveis linhas de fuga que estes adolescentes e jovens produzem enquanto estratégias para sobreviver ao biopoder? Para pensar a experiência de sobrevivência e possíveis linhas de fuga destes adolescentes junto a uma sociedade calcada pelo biopoder – adolescentes a quem acompanhei a partir de práticas de cuidado nos bairros periféricos de Novo Hamburgo – cabe acompanhar a genealogia foucaultiana quanto à produção de estratégias de controle que culminaram no biopoder no século XX.

No livro “Em defesa da sociedade”, Foucault (2010) escreve sobre a assunção da gestão da vida pelo poder, quando a vida surge como questão, a partir de um poder de soberania que elege um soberano para “cuidar” dela, para geri-la, tendo em suas mãos o poder e o direito de decidir sobre a vida e a morte de seus subalternos. O soberano, registro de poder no período medieval, desempenha o seu direito de espada, pois é porque o soberano pode matar que ele exerce o seu direito sobre a vida (2010). Seus súditos, pessoas em posição de subalternidade, devem tanto a vida quanto a morte a ele, não podendo exercer seus plenos direitos e desejos.

Contudo, esta gestão da vida é atravessada por mais duas estratégias de controle as quais revertem o fazer morrer e o deixar viver soberano como veremos em um primeiro momento. Iremos abordá-las na sequência, reportando seus efeitos na experiência dos jovens de que trata esta dissertação.

Uma primeira e nova técnica de poder surge na emergência de uma nova cidade burguesa que se edifica: um dispositivo de controle para modificar e penetrar o poder de soberania, quando o mesmo já não dá conta das demandas advindas da revolução burguesa que desterritorializa o sistema feudal. Este dispositivo de controle foi chamado de poder disciplinar, tendo como objetivo, a partir da sociedade disciplinar, o controle dos corpos especificamente, ditando regras e normas de como os corpos individuais devem se apresentar, se comportar e se expressar. É o que Foucault compreende também como anatomopolítica, um poder exercido sobre corpos individuais que devem ser vigiados, regrados, treinados, punidos, através de instituições como Família, Religião, Educação, Prisão, Manicômio/Psiquiátrica, Exército.

Na realidade a qual aqui proponho narrar, os adolescentes e jovens em questão têm seus corpos disciplinados em instituições como a educação, pois a escola é o lugar em que, ao mesmo tempo em que se educa, são reproduzidos discursos hegemônicos presentes na sociedade, operando uma homogeneização ao ditar regras e disciplinas relativas à expressão de seus corpos e suas ideias. Como dançar e como cantar? A instituição educação, aliada às instituições prisional e religiosa, entre outras, torna-se um dos lugares que sustenta o discurso de que o funk é pejorativo, criminoso, violento; torna-se um espaço que sustenta a criminalização do funk. Não se fala sobre funk na escola, sobre sua potência de produzir outras vozes que não as já conhecidas<sup>12</sup>. E estes discursos, atravessados por tais instituições.. atuam para regradar, segregare, amortecer e disciplinar o corpo, na medida em que impedem de olhar para a potência do corpo, da dança, da rima.

A segunda estratégia de controle que compõe o biopoder apresenta-se a partir da regulação do homem enquanto espécie, massa, coletivo, “multiplicidade dos homens enquanto massa global” (PELBART, 2003, p. 57). Chamada de biopolítica, teve a pretensão de produzir uma regulamentação da vida no corpo social, em um movimento horizontal, diferente do poder disciplinar que opera por um movimento vertical. A partir dessa outra estratégia de poder, enlaçada à primeira apresentada acima como anatomopolítica, temos a inversão da lógica de controle advinda do poder soberano. Ao invés do fazer morrer e deixar viver, temos o fazer viver e o deixar morrer, estimulado

---

<sup>12</sup> Claro que, muitas vezes, esse silenciamento do funk e de tantas outras contraculturas se dão devido às fragilidades nas formações dos professores e dessas instituições que os formam também, pois aqui não se trata de culpabilizar individualmente professores e escolas, mas de dar visibilidade às vulnerabilidades e discursos que o Estado produz em nós.

por técnicas que regulamentam e gerem as vidas, impondo modos de vidas, de expressão, o que pensar e o que fazer; como viver e como morrer: “*pela primeira vez a vida entrou na história*, isto é, fenômenos da espécie humana entraram na ordem do saber e do poder, no campo das técnicas políticas” (PELBART, 2003, p. 58).

Técnicas e produção de conhecimentos que regulam nascimentos e mortes, produzem doenças, reforçam e reproduzem estigmas, saber e poder que escolhem quais vidas valem a pena e quais mortes devem acontecer “em defesa da sociedade” (FOUCAULT, 2010). Neste sentido, temos o retorno do Poder Soberano, agora batizado como tanatopolítica, a política da morte que o estado adota com respeito a tudo aquilo que o ameaçar e que não cumprir com os desígnios do Poder Disciplinar e da Regulamentação da Vida. Uma estratégia massificante e totalizante, que acaba por reforçar e contribuir como modo de vida do capitalismo, já que a biopolítica, ao mesmo tempo que opera para controlar a vida a partir de artifícios e métodos, sob pretexto de defendê-la, também atua como máquina aniquiladora de possibilidades de existências de determinados coletivos, pois acaba por operar e alimentar práticas de capturas de vida, apagando diferenças e narrativas em prol da condução de condutas homogeneizantes. Tais técnicas capturam, assim, as vidas juvenis e periféricas, impondo condutas de como exercer a sexualidade, como conhecer o corpo, quais sonhos sonhar e quais desejos desejar. Logo, é necessário questionarmos se a juventude pode sonhar, se tem tempo para sonhar em um mundo destinado a burocratizar a vida em seus mecanismos de controle.

Cristhian Dunker, no filme “Nunca me Sonharam”, que assistimos com os adolescentes e jovens do grupo que “dá onda”, atenta para o fenômeno de *encurtamento dos sonhos* a que as juventudes de escolas públicas brasileiras, da periferia, estão expostas. Assediados pela eminência de trabalhar, esses jovens brincaram menos, viram a infância se encurtar e têm uma relação com a aprendizagem e com o estudo totalmente instrumentalizado: um aprender para produzir algo, ter um ofício e não para descobrir, inventar e se experimentar. Trata-se de um aprendizado da versão “mais simples das coisas”, um aprender sem ambicionar muito, uma janela estreita como a das prisões parece ser destinada a estes jovens à margem. Isso fala de uma compressão da infância e da adolescência e, segundo o psicanalista, pode ser tão nocivo quanto não oferecer oportunidades reais e equitativas a partir das políticas públicas, configurando-se como um acontecimento que encurta os sonhos e que apresenta a morte como futuro. Mata-se o futuro dos nossos jovens quando se encurta a possibilidade de sonhar, tenta-se

disciplinar e regulamentar vidas desprezadas e destinadas à produção e à exploração capital.

Ao mesmo tempo que presenciamos um encurtamento das infâncias, dos sonhos e possibilidades destes adolescentes e jovens de periferia, presenciamos estratégias de controle que operam a favor de uma política de branqueamento, que acabam por atingir a vida desses sujeitos quando tentam adestrar seus corpos e apagar suas diferenças. Conforme Ribeiro (2017) trabalha em seu texto “O que é lugar de fala?”, a partir da análise da esterilização de mulheres negras desde o Brasil colonial - adestrando o corpo e apagando histórias e diferenças do povo negro –, existe uma política para a infertilidade e a não fecundidade de uma vida negra. Essas perduram até hoje, como testemunhamos em cenas e práticas vivenciadas junto ao projeto. Muitas vezes encontramos-nos com políticas institucionais que tinham, no estímulo ao uso de anticoncepcionais, seu único mote em conversas sobre sexualidade com uma juventude majoritariamente negra; nas campanhas de vacinação, a única forma de prevenção da saúde da população. São técnicas que, negando a história do povo negro no país, acabam por perpetuar a pureza da vida branca colonizadora em uma certa ordem biológica racista. Trata-se de uma forma a favor de discursos que perpassam relações de saber e poder dominantes, pois é mais fácil investir em uma regulamentação da vida que homogeneíza a população, massifica-a, apaga suas diferenças, do que fazer com que o Estado possa olhar e investir sobre como trabalhar, como conviver com o diverso, o desvio, as diferentes potências de vida das pessoas.

Basta evocar algumas características do racismo: um corte entre o que deve viver e o que deve morrer; a consigna de que para viver é preciso fazer morrer, mas o que era uma injunção guerreira, torna-se biológica (a morte do outro, da raça ruim, inferior, degenerada, é o que vai deixar a vida em geral mais sadia, mais pura); trata-se de eliminar, não os adversários, mas os perigos, em relação à população e para a população. (FOUCAULT, 2010, p. 59)

Esta é a técnica que atua no sentido de defender uma modalidade de vida regulamentada, deixando-a pura, limpa e, para isso, se for preciso, trata de eliminar outras vidas. Por uma defesa da sociedade, uma defesa da vida que não sai dos trilhos, do traçado arquitetado por uma cultura burguesa, branca, patriarcal e europeia que colonizou a cultura brasileira, é legítimo matar. Segundo Pelbart (2003), o Estado que defende a vida, por uma defesa da sociedade, é o mesmo que elimina as vidas, atuando

para mortes acontecerem em massa, pois, “quando exige a morte, é em nome da defesa da vida que ele se encarregou de administrar”.

Foucault (2010) atenta aos paradoxos desta relação de poder, pois, ao mesmo tempo que o biopoder atua para a defesa da vida, o fazer viver a partir da biopolítica, ele também atua para o fazer morrer, artifício do período soberano reatualizado na regulamentação da vida. Ao mesmo tempo em que defende a vida, apaga condutas e vidas desviantes da norma imposta, neutra e limpa, por uma defesa da sociedade. Os jovens da periferia brasileira estão a todo instante sobrevivendo e resistindo a essa forma de poder, pois estão cotidianamente enredados com o tráfico de drogas, sua violência e disputa entre facções, bem como por toda truculência da polícia e mesmo de uma sociedade que vira as costas para a periferia. Cenário e contexto proporcionado à população periférica, diferente do que é possibilitado às juventudes de escolas privadas, que acabam por reproduzir em suas falas/condutas a morte daqueles que resistem ou fracassam à regulamentação da vida, visto que, para viverem, teoricamente, com segurança, é preciso fazer morrer o seu semelhante em posição de subalternidade nessa guerra.

Não terá sido esse o mesmo discurso que os adolescentes e jovens da escola privada reproduziram? Se nada der certo, viramos garis, faxineiras, moradores de rua, trabalhadores do McDonalds... Esta fala retrata bem a modulação do biopoder em nossa sociedade, um poder que opera na insistência de acentuar o lugar de subalternidade da pobreza e ditar normativas de vida. Têm-se corpos individuais, coletivos e populações disciplinadas e regulamentadas, identidades produzidas para controlar, conduzir, excluir. É preciso, então:

[...] desvelar o uso que as instituições fazem das identidades para oprimir ou privilegiar. O que se quer com esse debate, fundamentalmente, é entender como poder e identidade funcionam juntos a depender de seus contextos e como o colonialismo, além de criar, deslegitima ou legitima certas identidades. Logo, não é uma política reducionista, mas atenta-se para o fato de que as desigualdades são criadas pelo modo como o poder articula essas identidades; são resultantes de uma estrutura de opressão que privilegia certos grupos em detrimento de outros. (RIBEIRO, 2017, p. 31)

Juventudes periféricas têm suas vidas e suas histórias negadas, não é importantes de nelas investir, insistir, não interessa que sejam fecundadas na vida, olhadas desde outras lentes-identitárias que não apenas a perigosa, a subalterna, a pobre e ameaçadora. Falas e discursos deixam aparecer o racismo de Estado, presente em nossas práticas, e



atentam para a tanatopolítica (AGAMBEN, 2008), em sua característica de extermínio/execução de vidas, retorno ao modo soberano de poder no biopoder, multiplicação do risco de mortes para alguns, como no caso dos jovens periféricos à margem do que se encontra disciplinado e regulamentado. É quando o Estado consegue exercer o poder soberano diante de certas populações e coletivos, seu poder de matar, que avistamos sua mais radical forma assassina e racista, impressa, sutilmente, em práticas e em discursos cotidianos como a dos jovens de escola privada.

Foucault (2010, p. 215) afirma que o racismo é elemento fundamental para os mecanismos do biopoder: “A função assassina do Estado pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo”. Ao mesmo tempo que assegura o direito de tirar a vida, justificando-se pela via biológica, “pureza da vida”, assegura o fortalecimento de determinada raça, espécie, de determinada vida aparentemente disciplinada e regulamentada.

Partindo da formulação foucaultiana, Mbembe (2018) discute que o conceito de biopoder por si só não dá conta das formas contemporâneas de submissão da vida ao poder da morte, pois a questão não se dá apenas sobre quem faz viver e quem deixa morrer – domínio sobre o corpo e sobre a vida em sua potência – mas, sim, sobre o que ele conceitua como a necropolítica, o poder sobre a morte e a produção de “mundos de morte”, a partir da lógica do terror. Nesta discussão o autor considera que a soberania, o biopoder e o estado de exceção estão intimamente ligados e articulados para a produção destes “mundo de mortes” e de “mortos-vivos”.

Nas colonizações tardias e contemporâneas, como o exemplo da Faixa de Gaza ilustrado pelo autor, a soberania exerce o seu poder sob a forma de ocupação colonial, entendendo como ‘a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é “descartável” e quem não é” (MBEMBE, 2018, p.41). Sob essa forma o Estado estabelece uma dinâmica de fragmentação territorial para impedir qualquer movimento, produzindo uma segregação espacial e uma segmentação urbana.

Nessas circunstâncias, a ocupação colonial não equivale apenas ao controle, à vigilância e à separação, mas também à reclusão. Trata-se de uma ocupação fragmentada, assemelhada ao urbanismo estilhaçado característico do mundo contemporâneo (MBEMBE, 2018, p.45). Características semelhantes são encontradas em territórios de periferia, em seus enclaves periféricos, sua posição deixada à margem, muito bem pensada e arquitetada para a proliferação de espaços de violência. “Ainda há a presença de inovações nas tecnologias de assassinato que visam não só “civilizar” as

maneiras de matar, mas também eliminar um grande número de vítimas em um espaço relativamente curto de tempo” (MBEMBE, 2018, p.22). Na Palestina, bombas, helicópteros e tratores configuram-se como armas e maneiras de matar quem ousar transitar em áreas não autorizadas, tal como dita a segregação e a segmentação espacial e urbana. Na realidade brasileira, especificamente nos territórios periféricos, percebemos que a polícia, o tráfico de drogas e a violência estão fortemente presentes, configurando-se como tecnologias de assassinato e de produção de morte.

Como ilustra o caso Palestino, a ocupação colonial contemporânea é um encadeamento de vários poderes: disciplinar, biopolítico e necropolítico. A combinação dos três possibilita ao poder colonial a dominação absoluta sobre os habitantes do território ocupado. O “estado de sítio” em si é uma instituição militar. Ele permite uma modalidade de crime que não faz distinção entre o inimigo interno e o externo. Populações inteiras são o alvo do soberano. As vilas e cidades sitiadas são cercadas e isoladas do mundo. A vida cotidiana é militarizada. É outorgada liberdade aos comandantes militares locais para usar seus próprios critérios sobre quando e em quem atirar. O deslocamento entre células territoriais requer autorizações formais. Instituições civis locais são sistematicamente destruídas. A população sitiada é privada de suas fontes de renda. Às execuções a céu aberto somam-se matanças invisíveis. (MBEMBE, 2018, p.48-49)

Desta forma, há constantemente a produção de máquinas de guerra (DELEUZE e GUATTARI, 1997) em nossa sociedade, organizações difusas e polimorfos com uma capacidade extrema de metamorfose. Estas máquinas de guerra podem se configurar como homens armados, exércitos, e, podem ter características muito próximas de partidos políticos e organizações comerciais. Sua relação com o espaço é móvel. Algumas vezes desfrutam de relações complexas com formas estatais (da autonomia à incorporação). “O Estado pode, por si mesmo, se transformar em uma máquina de guerra” (MBEMBE, 2018, p.54).

Para o Estado, o foco é instituir e organizar máquinas de guerra em territórios de periferia, pois as novas tecnologias de destruição estão menos preocupadas com a inscrição de corpos em aparatos disciplinares do que inscrevê-los, no momento oportuno, na ordem da economia máxima, agora representada pelo “massacre” (MBEMBE, 2018, p.59).

Hamilton Borges Walê, poeta baiano, que faz parte de uma organização política chamada “Reaja ou será morto, Reaja ou será morta” contribui com essa discussão, pois em sua fala considera ser a periferia o centro. Segundo Walê (2012), ela é o centro do problema, pois é o local onde o desinvestimento nas vidas e o investimento na morte, - seja ela física, simbólica ou ancestral -, a presença do tráfico e a da polícia imperam,

são protagonistas. A periferia é o centro do problema porque é o lugar onde o Estado, na insistência de investir em uma política de morte e de violência, legitima-a como o centro dos problemas sociais e, assim, produz estigmas e preconceitos em relação a essa população e a esse espaço geográfico.

Nesta mesma linha de pensamento, o professor Mário Sérgio Ignácio Brum (2015), em seu trabalho e pesquisas com educação e jovens de favelas do Rio de Janeiro, no encontro com os jovens de escolas públicas percebe em seus discursos e expressões acerca do que é morar na favela, algo que vai para além da favela ser uma zona periférica. Analisa junto com os jovens que a favela, ou melhor, “ser favelado”, é representado pelas autoridades estatais com uma série de características geográficas e comportamentais associadas pelo fato de se habitar este espaço, sendo a favela, o estigma produzido por um discurso e uma narrativa hegemônicas, “de um lugar onde existe o que não deveria existir na cidade” (p.325, 2015), um espaço de pobreza, crime, doenças e índices ruins de desenvolvimento.

A multiplicação do risco de mortes para os adolescentes e jovens de periferia é visível em práticas policiais e violentas, práticas que invadem seus territórios, ditam regras, normativas de vida e matam. Tais práticas se pretendem justificadas em razão da oferta do tráfico de drogas como único horizonte possível na vida de um jovem de periferia, o que acaba por fortalecer a guerra às drogas e sua criminalização, que matam crianças e jovens indo à escola, que perseguem politicamente uma mulher, lutadora dos direitos humanos e sociais por defender vidas negras e territórios periféricos<sup>13</sup>. E quando tais práticas não são ações de extermínio de um corpo ou de corpos de maneira concreta, temos práticas de perseguição e execução no plano subjetivo, cultural, da cultura funk à fala negra, temos verdadeiras chacinas no cenário brasileiro de biopoder e de necropolítica. Assistimos ao sufocamento de subjetividades díspares (LONDERO, 2018) em nome de um capitalismo que regulamenta a vida desses jovens e que está sempre investindo em formas de apagamento de suas potências de vida. Formas que

---

<sup>13</sup> Práticas de perseguição e extermínio de vidas negras nas ruas, tais como as que aconteceram recentemente com Marielle Franco: mulher, negra, feminista criada na favela da Maré (RJ), socióloga, vereadora da cidade, defensora e lutadora dos direitos humanos e que foi violentamente assassinada a tiros, em março de 2018. Rafael Vieira Braga: jovem, negro, catador de lixo da cidade do Rio de Janeiro que foi preso e condenado injustamente, enquadrado por porte ilegal de artefatos incendiários (produtos de limpeza) durante os protestos de 2013 no país e por tráfico de drogas... quando, de fato, estava trabalhando naquela ocasião, limpando as ruas da cidade. Marcus Vinícius: adolescente de 14 anos, morador da favela da maré no Rio de Janeiro, baleado durante uma operação policial na comunidade, quando se dirigia, de uniforme escolar, para a sua escola.

atuam em nome de um Estado que se revela assassino, racista e mesmo suicida, atuando através de estratégias de aniquilamento de suas subjetividades.

Entretanto, se a periferia é o centro dos problemas, se é o estigma, também podemos deslocar nossos pensamentos e o modo como produzimos conhecimento para atentar que ela pode ser o centro que apresenta múltiplas tentativas de vida e resistência, o que fica evidente quando nos deixamos contagiar com as experiências destas vidas jovens de periferia. Portanto, escrever sobre juventudes periféricas ainda é necessário, se desejarmos compreender o contexto social e econômico destes territórios, para, então, elaborarmos estratégias conjuntas de enfrentamento e mudanças nas práticas e no cuidado em saúde mental coletiva, colocando outras forças nesta disputa que envolve o tabuleiro do poder.

#### **4.1 – Analisando os lugares de fala: subalternidade e o biopoder**

Djamila Ribeiro, atuante dos movimentos negro e feminista, escreve sobre a urgência de se nomear as realidades, não para homogeneizá-las, mas para perceber e problematizar os lugares de falas possíveis em nossa sociedade. É a partir da visibilidade de certas realidades e lutas sociais – em seu estudo, a vida e o lugar que ocupam as mulheres negras e periféricas – que é possível perceber e pensar quais são suas pautas específicas e quais são os lugares de fala existentes. Torna-se necessário, então, combater os discursos hegemônicos existentes e sustentados por instituições seculares, para pensar as

[...] condições sociais que permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania. Seria, principalmente, um debate estrutural. Não se trataria de afirmar as experiências individuais, mas de entender como o lugar social que certos grupos ocupam restringem oportunidades. (RIBEIRO, 2017, p. 61)

Não se trata de individualizar o social, colocar como responsabilidade apenas do sujeito individual o compromisso em combater esses discursos, mas sim de coletivizar o sofrimento, combater as opressões de forma indissociável, para não acontecer uma hierarquia de opressões, pois, sendo estruturais, não existe “preferência de luta”. (RIBEIRO, 2017, p. 71)

Nesse sentido, em relação a esta pesquisa, surgem questionamentos quanto à possibilidade da juventude periférica ocupar lugar de fala. Da mesma forma, o próprio lugar de fala de pesquisadora é questionado: mulher, branca e privilegiada no que tange ao acesso à universidade, ao trabalho – lugar de fala que possuo e experiencio quando em contato com a juventude periférica. Como escutá-los deslocando minha experiência e construção social que me perpassa nos encontros que experienciei junto a estes jovens? Será que os jovens periféricos possuem espaços para fazer emergir suas narrativas e suas experiências? Estaremos atentos a essas falas, experiências e narrativas, desde o lugar que ocupamos nas universidades, produtoras de conhecimento e, em certa medida, reprodutoras das malhas de controle do biopoder?

Afinal, podemos pensar, no que tange à construção de conhecimento e à epistemologia de nossas teorias, o quanto elas acabam por influenciar as nossas práticas como profissionais-pesquisadores da saúde mental coletiva e como elas são atravessadas pelo biopoder. Grosfoguel (2016) coloca em análise a construção de conhecimento que marca a própria produção dos saberes permitidos no âmbito acadêmico/universitário, relacionando-os aos epistemicídios de quatro populações que acabaram por perder a possibilidade de fala em determinado momento histórico-político-econômico-religioso: muçulmanos e judeus; povos indígenas; negros trazidos da África; mulheres consideradas bruxas no tempo da inquisição.

O autor nos traz uma análise do quanto esses conhecimentos advindos de minorias foram negados e assassinados em favor de uma hegemonia e de um padrão de saber, vítimas de relações de poder que operaram para a sua desvalorização e para o seu apagamento. Um saber legitimado por uma ciência absolutamente voltada para uma cor, classe e gênero: o homem branco, ocidental, burguês, intelectualizado. O autor, neste sentido, analisa o quanto isso se reflete em pesquisas e práticas na atualidade, resultando na valorização de um saber acadêmico que vem de fora, do outro, do colonizador-pesquisador universal que, supostamente, detém o saber sobre o objeto manipulado. Desta feita, Grosfoguel (2016) problematiza como pesquisadores e pesquisadoras podem estar atentos para produções que acontecem no cotidiano das pesquisas quando se permitem o encontro com a diversidade, com as minorias e com as diferenças experienciadas nos campos interventivos em estudo.

Neste sentido, podemos relacionar o texto de Grosfoguel ao que Ribeiro (2017) escreve sobre a imposição da “máscara do silêncio”, no caso, sobre por que é conveniente silenciar e prender a boca dos sujeitos negros e sobre quem sempre foi

autorizado a falar mesmo quando se trata de falar da população negra. Nesta esteira, a autora também problematiza o que o sujeito branco conseguiria ouvir desse sofrimento, como reagiria a ele, como reagiria a essas verdades dos Outros. Logo é fundamental pensar sobre os nossos lugares de fala e, considerando que aqueles que sempre tiveram o poder de fala também precisam escutar os que foram silenciados. É necessário pensar que a discussão está para além do que e como podemos escrever sobre os encontros com as diferenças. Trata-se antes de se perguntar se estamos dispostos a ouvir, a estar juntos, a colocar ao lado nos enfrentamentos cotidianos, quando acompanhamos um adolescente em seus trajetos, percursos, em como tece sua rede no território.

Ainda, pensando sobre os lugares de fala, Ribeiro (2017) realiza uma crítica à autora Gayatri Chakravorty Spivak, que escreve sobre a posição de subalternidade que alguns sujeitos ocupam, em seu texto “Pode o Subalterno Falar?”. Em seu livro, Spivak (2010), que se reporta à vida das mulheres viúvas na Índia para dizer da posição de subalternidade, analisa como os sujeitos de terceiro mundo são representados no discurso ocidental.

Spivak (2010) afirma que autores como Foucault e Deleuze, quando escrevem suas obras, levam em conta apenas o modelo do homem universal – homem branco e europeu –, não contemplando outras existências e lutas, como o caso das mulheres viúvas. Spivak (2010) ainda vai defender que se trata de um compromisso institucional do intelectual pensar sobre essas opressões, como constrói discursos e conhecimentos e como cria e possibilita espaços para que o subalterno possa mesmo falar, ter o seu lugar de fala garantido.

Contudo, Ribeiro (2017) vai questionar se Spivak não reproduz a crítica que ela própria faz aos autores franceses, pois, em seus escritos, parece ser apenas quando o intelectual ou a universidade ou os serviços de saúde possibilitam e/ou constroem espaços de falas que os subalternos falam. Não estará a intelectual reproduzindo as normativas vigentes – mulher branca que escreve, pensa e produz conhecimento –, não rompendo o discurso hegemônico e não enfrentando a norma colonizadora? Estando com os olhos tapados e os ouvidos cerrados, diante dos movimentos de resistência e invenção que os subalternos, jovens periféricos, fazem?

Será que estamos com os ouvidos atentos às rupturas e resistências que sujeitos e coletivos desviantes, fora das normativas dominantes, estão a todo instante criando? É, nesse sentido, que também penso o meu lugar de fala já mencionado acima: mulher,

branca, mestranda, trabalhadora. Lugar privilegiado, mas, que ao mesmo tempo, possibilita-me encontrar e trabalhar com diferentes jovens e elementos, pois:

[...] fundamental é que indivíduos pertencentes ao grupo social privilegiado, em termos de *locus* social, consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar e como esse lugar impacta diretamente na constituição dos lugares de grupos subalternizados. (RIBEIRO, 2017, p. 86)

Essa análise é fundamental, pois está relacionada a deslocamentos que foram surgindo em meus escritos, a partir das experiências. Experiências que encontraram o meu corpo profissional e movimentaram o pensamento e a práxis sobre subalternidade, lugares de fala e do quanto, como intelectuais e trabalhadores, operamos para reproduzir técnicas de controle de corpos nas instituições e regulamentação da vida na construção de práticas para “salvar” o outro, por uma defesa da vida.

Assim, é urgente deixar o corpo se poetizar, molhar e cantar. Como os jovens nos presenteiam em suas rimas e letras: será que estamos “*ligados*” em suas invenções? “*É preciso estar ligado*” para pensar quais direitos sociais estão ameaçados, mas, também é preciso estar ligado diante das produções e movimentos inventivos de vida.

Fui testemunha de um desses movimentos inventivos de vida, que produz linhas de fuga frente ao biopoder, desterritorializando toda uma arquitetura discursiva que mingua o poder de fala dos jovens da periferia, quando a constituição do Grupo Deu Onda, o qual se relaciona à narrativa acima, causou avalanches tanto no bairro quanto na cidade em que o projeto foi desenvolvido, pois o fio condutor deste grupo era o funk, a dança, o corpo. Em virtude do bairro não contar com espaços públicos, infraestruturas e projetos sociais, a maior demanda dos jovens do *bairro que só queria dançar*, era mexer o corpo, organizar festas e momentos de encontros entre os adolescentes e jovens, escrever letras de funk e se expressar. A partir da constituição do *Grupo Deu Onda*, alguns adolescentes e jovens transformaram-se em poetas, Mcs, Djs, dançarinas e dançarinos, construindo para si uma narrativa própria e protagonista, demarcando e visibilizando os seus lugares de fala e as suas potências de vida frente a este cotidiano hegemônico que busca apagar as suas diferenças.

**Foto 2**



Arquivo Pessoal. Março de 2014.



## A cidade

A história da constituição desta cidade é atravessada por forte colonização alemã. Imigrantes alemães encontraram neste relevo possibilidades de garantirem sua vida, sua subsistência e a continuidade de sua cultura. Neste espaço geográfico fundaram fábricas, curtumes e ateliês relacionados com a história dos calçados. Sapateiros, curtidores, fivelleiros, eram algumas das figuras da cidade. Logo na descida do trem, que também atravessava a cidade e a repartia, havia um monumento dedicado à história do calçado. Esta colonização também seria responsável pelo atual nome da cidade. Um novo Hamburgo era fundado, com a intenção de perpetuar a história do povo alemão.

Nela também havia um bairro chamado África, localizado mais à margem do centro, bairro de resistência da cultura negra, onde, segundo a narrativa de alguns moradores, vivia grande parte de descendentes de escravos. Com o tempo, o bairro África se tornaria bairro Guarani, pois a associação dos moradores do local, em todas as reuniões, hasteava a bandeira com a figura de um índio guarani. África ou Guarani, tratava-se de símbolos que demarcavam a organização e a resistência dessas vidas neste território.

A cidade que comportava fábricas de calçados, hamburgos e vidas resistentes também seria testemunha do nascimento de um de seus

principais artistas plásticos. Carlos Alberto de Oliveira – Carlão, como ficou conhecido, um artista negro, que em suas obras, buscava retratar o cotidiano da cidade e as histórias das culturas populares. Por ser considerado um importante artista plástico da região do Vale dos Sinos, a escola municipal de artes da cidade acabou levando seu nome: Escola Municipal de Artes Carlos Alberto de Oliveira Carlão.

A primeira vez que me perdi nesta cidade foi em uma itinerância – prática oriunda da residência em saúde mental coletiva –, a qual propunha que, para pertencer, criar memórias, conhecer suas ruas e histórias, é necessário perder-se na cidade, caminhar livremente, descobrir quais encontros e acontecimentos estão à nossa espera.

Em nossa primeira vez, encontrei uma escadaria no centro da cidade, rabiscada, pichada e grafitada. Após algum tempo trabalhando na cidade e na rede de saúde, descobri que a mesma escada fazia parte do trajeto que me levaria até o CAPS í. O trajeto e a escadaria me proporcionariam encontrar com a adolescência e a juventude – subidas e descidas entre os estratos sociais fundantes da cidade dos alemães, rabiscada pelas linhas de resistência de uma cultura africana.

## 5 – Derivas, Devir e Ética da delicadeza: o Plano do Fora

A linha do Fora, encontra-se à margem dos estratos do saber – enunciados e visibilidades – e está em constante relação com as forças e o poder, pois está em um permanente devir. A força do lado de fora não para de subverter, de derrubar os diagramas. (Deleuze, 1991, p.101)

Desembarcar na costa do Novo Mundo, desde que se desembarque de verdade e se mude de borda, é descobrir essa invenção, ser atingido por ela, ficar embasbacado de felicidade. Mas descobri-la é transformar-se nela. Pular de cabeça nessa inverossímil anterioridade. (GODDARD, 2017, p.43)

Se até aqui pensamos e problematizamos as relações do complexo saber-poder e suas implicações na adolescência e juventude quanto aos discursos, visibilidades e relações de forças, desejamos agora pensar sobre o plano do fora, o qual se coloca à margem do Saber-Poder, em uma tensão inventiva e desterritorializante que desestabiliza as peças do tabuleiro. Com este Plano do Fora é possível agir, criar e inventar outras formas de estar em rede, de habitar e fazer mundos. Situações que este capítulo se reserva a tratar à medida que vai anunciando sua entrada nos territórios dos adolescentes e jovens do projeto “T.I.P.O Assim!”.

Deleuze, em sua topologia escrita para dar conta do pensamento de Foucault, irá se perguntar sobre como transpor a linha, como ultrapassar as próprias relações de força. “Será que estamos condenados a um face a face com o Poder, seja detendo-o, seja submetendo-se a ele?” (DELEUZE, 1998, p.138). A partir dessas questões atentará para outro plano desta topologia, deste diagrama, que diz respeito ao processo de subjetivação estudado e problematizado por Foucault – o plano do Fora, a linha do Fora. A intensidade da vida reside justamente no ponto em que ela se choca com o poder, e é na linha do fora que isso acontece, é aqui que as forças escapam das armadilhas do poder. (LEVY, 2011, p.89) A linha do fora é a linha que permite a invenção, é o reino do devir e de movimentação dos processos de subjetivação.

Entretanto, é importante não confundi-la com os diagramas, com os regimes de visibilidade e dizibilidade e com as relações de forças e poder, pois, mesmo que os diagramas saiam do fora, a linha do fora é o não estratificado, sendo um espaço anterior, de singularidades selvagens, o não ser. “É como uma zona de turbulência e de furacão,

onde se agitam pontos singulares, e relações de força entre esses pontos. Os estratos apenas recolhiam, solidificavam a poeira visual e o eco sonoro de uma batalha que se travava por cima deles” (DELEUZE, 1991, p.93). E é na linha do fora que o pensamento trava a sua batalha (LEVY, 2011, p.85) de maneira a deslocar pontos de subjetivação instituídos e defasados.

Logo, podemos pensar no processo de subjetivação de adolescentes e jovens, pois temos saberes que fazem ver e falar uma forma enrijecida de ser jovem no mundo, categórica, identitária, sujeitos específicos de uma faixa etária em constante crise e com uma série de comportamentos que os definem. Para, além disso, os adolescentes e jovens que tratamos nesta pesquisa, também são marcados por regimes de ver e falar que anunciam certa periculosidade, armando-se sobre eles estratégias de controle para discipliná-los e regulamentá-los. Por outro lado, quando escutamos estes jovens, percebemos uma intensidade da vida e uma multiplicidade de criações que dizem respeito aos desejos de criar, cozinhar, dançar, escrever músicas, poesias, e de construir suas redes possíveis para viverem, mesmo em territórios considerados violentos e desassistidos pelo Estado.

Assim, buscaremos narrar a constituição do projeto “TIPO Assim!” junto à cidade, aos bairros e a rede de atenção, bem como a constituição de um trabalho e de uma clínica voltada à adolescência e à juventude, que apostava em práticas de cuidado inventivas, no que estava por vir, nas criações e devires adolescentes e juvenis e suas relações com o Plano do Fora.

Uma das primeiras intervenções pautadas no projeto escrito – que foi encaminhado ao Ministério da Saúde e aceito para a sua execução – era a itinerância pelos serviços de saúde, educação, assistência social e cultura para mapear por onde a adolescência e juventude daquela cidade e bairros circulavam. Intervenção prevista nos significantes da palavra T.I.P.O!: T de territorialização, I de intersetorialidade, P de promoção e prevenção de saúde e O de ocupação de espaços. Coincidência ou não, o projeto “T.I.P.O Assim!” foi pensado, escrito e construído por profissionais do CAPS infanto-juvenil Saca Aí! e por residentes em saúde mental coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Os quatro bairros elencados pela equipe do CAPS i – local em que o projeto nasceu – constituíam territórios em que havia muitos casos de adolescentes e jovens encaminhados ao serviço, que só às vezes, acessavam o serviço ou então nunca apareciam para o acolhimento. Eram adolescentes e jovens e em uso de drogas ou

envolvidos em situações de violência e/ou tráfico de drogas, cujas vidas, conforme os regimes de visibilidade/enunciação e segundo as estratégias de controle do biopoder, necessitavam de intervenções e de cuidados em saúde mental.

Os bairros escolhidos para o desenvolvimento do projeto eram: Santo Afonso, Kephass, Roselândia e Canudos. Contudo, neste escrito, narramos experiências que ocorreram em três deles, pois foram os territórios por onde a pesquisadora trabalhou como coordenadora dos grupos. Vale revelar aqui a característica e a singularidade que marcaram cada um destes três bairros, desde o seu encontro com a adolescência e a juventude: “*o bairro que só queria dançar*” (Kephass); o bairro que “*tinha fome e empinava pipas*” (Santo Afonso); e o bairro das “*poesias e rosas na calçada*” (Roselândia).

Para ser possível a realização das itinerâncias pelos bairros bem como os agendamentos com as instituições que destinavam-se ao cuidado ou educação dos jovens, foi necessário mapear os serviços existentes em cada bairro. Este exercício nos possibilitou conhecer a presença ou não de projetos sociais, o número de escolas municipais e estaduais, as unidades de saúde e as unidades de referência de assistência social de cada território, envolvidas e destinadas a atender esta população. A territorialidade e a intersetorialidade entravam em cena.

A partir do mapeamento realizado em muitas reuniões de equipe do projeto, e algumas entre projeto e equipe do CAPS i, começamos a agendar reuniões com as instituições para explicar o objetivo do TIPO Assim!, para, então, contar com o apoio da rede intersetorial no acesso aos adolescentes e jovens dos bairros previstos.

Podemos pensar que o propósito do projeto TIPO Assim!, desde a sua concepção até o seu nascimento, era fazer e efetivar um trabalho em movimento, caminhante, peripatético. Um trabalho que fosse até onde esses sujeitos estavam, onde moravam e passavam a maior parte do seu tempo, um cuidado que colocasse tanto os terapeutas quanto a rede intersetorial e mesmo os adolescentes “em pé”, como Lancetti explicara em uma clínica peripatética. Lancetti (2007) em suas inúmeras inventividades como gestor, trabalhador, militante da luta antimanicomial, lança a clínica peripatética como o cuidado em saúde mental realizado em movimento, lado a lado, em um *setting* terapêutico nada tradicional, sendo a rua, o bairro, o banco da praça os lugares em que se produz intervenção, saúde e muita vida. Uma clínica inspirada em uma “pedagogia da surpresa”, pois se tratava de atingir meninos e meninas em um momento e um lugar em que eles menos esperavam.

Nesta clínica muitas ferramentas e dispositivos eram usados como a já mencionada “pedagogia da surpresa”: internação invertida – saídas da cidade para sítios, casas de praia ou acampamentos, nas quais os profissionais do cuidado convidavam meninos que residiam nas ruas para atividades e discussões inclusivas que os colocassem em uma posição de proteção e de reconhecimento afetivo; sessões de análise que aconteciam caminhando pelas cidades, também nomeadas como acompanhamento terapêutico; apoio matricial, que se tornara uma clínica e um cuidado realizados a partir da escuta de equipes de saúde da família, no trato para com os casos de saúde mental no território.

Lancetti (2007) afirma que a clínica peripatética é uma clínica artesanal, por ser tecida e criada junto com os pacientes, *in loco*, em *settings* terapêuticos inusitados e com populações que não se adaptam aos protocolos clínicos tradicionais. Algumas vezes o contato inicia-se em uma consulta; outras, com a família, em casa. Nos passeios o propósito é movimentar a relação terapêutica. Percursos às vezes poéticos, outras vezes, dramáticos, quando não patéticos (LANCETTI, 2007, p.37). Foi a partir deste peripatetismo e da artesanaria do cuidado, que o projeto começou a estabelecer vínculos com os bairros, com as instituições, e passou a acessar e encontrar adolescentes e jovens em suas salas de aula, em grupos e contra-turnos nas unidades de referência de assistência social, em projetos sociais de futsal. Nossa primeira intervenção com os jovens foi pensada muito neste lançar-se em conjunto, para construir junto com eles o mapa de seus bairros a partir de suas narrativas e, assim, constituir os grupos de cada território.

Era preciso ouvir a voz do adolescente, escutar suas histórias e desejos, seus encontros com o bairro, suas experiências com o tráfico e com as drogas, em suma, suas redes, pois partíamos do pressuposto de que, se eles não acessavam ou não estabeleciam vínculos com as instituições destinadas teoricamente ao seu cuidado, proteção e educação, era porque suas vidas não condiziam com o regime de visibilidades e discursividades estabelecidos para a adolescência e juventude. Eram vidas que ficavam à margem de um futuro programado de condutas regulares e prescritivas pelos mecanismos de controle do biopoder. Sua linguagem advinha da mãe África e não dialogava de maneira harmoniosa com o Novo Hamburgo alemão e seu projeto de fábrica, operários, produção e consumo ordenados. Eram vidas de margem, de desvios, de sonoridades gritantes aos ouvidos alemães, de atos em conflito com a lei muitas

vezes. Não à toa, os adolescentes e jovens escapavam das instituições sobrepostas ao território guarani.

Neste sentido, o que nos interessava como trabalhadores do projeto T.I.P.O Assim!, era produzir escuta e invenção para isto que não cabia no mapa instituído da cidade alemã. Essa era a proposta inicial do projeto. Ir ao encontro destes adolescentes e jovens, coproduzindo redes intersetoriais no campo da adolescência e juventude.

Deligny (2015), em seu trabalho com adolescentes e jovens autistas, pensa o Aracniano como esse modo de ser em rede. Muito próximo às estratégias peripatéticas, Deligny reúne estes sujeitos em um espaço localizado em uma aldeia no sul da França, com o intuito de cuidar destes jovens sem levar em conta os enunciados e visibilidades produzidos sobre eles a partir das instituições e das relações de poder, mas sim com a possibilidade de uma construção diária da expressão de gestos de cada um.

Em uma das cenas do filme *Ce gamin*<sup>14</sup>, as quatro jovens autistas interagem a partir de gestos, pois não eram verbais e, com uma bola, tentam fechar uma porta e conseguem. A atmosfera e o ambiente desta cena possibilitaram a construção de um plano comum que atravessava estes quatro jovens – o desejo de fechar a porta, de criar algo – e que, em conjunto, conseguem. Pode-se considerar que uma rede tem trajetos, traços e gestos que vão sendo feitos à medida que os sujeitos aracnianos, aqui, os adolescentes e jovens aracnianos, vão tramando e tecendo, pois o aracniano é uma maneira de evocar essas outras formas. São formas que possibilitam que o comum – trajetos, traços, gestos – que transversaliza sujeitos e coletivos possa ser protagonista e criado em ato (DELIGNY, 2015, p.106).

Neste sentido, em um primeiro encontro com estes sujeitos no projeto TIPO Assim!, com a questão lançada de como cada um(a) percebia o seu ambiente, o seu território, ouvimos e descobrimos outras narrativas e elementos existentes em cada um dos diferentes bairros percorridos. Algumas formas condiziam com o discurso massificante e instituído sobre o que é ser adolescente e jovem de periferia, mas, outros possíveis e muitas formas de ser jovem nestes territórios foram tecendo também outras redes de sentido.

No *bairro de poesias e rosas na calçada*, nos primeiros encontros, os jovens contaram que havia um terreno onde corpos mortos, oriundos do tráfico de drogas, eram descartados. Também comentaram sobre uma praça no bairro abandonada, que mais

---

<sup>14</sup> Esse Garoto aí! - França, 1976, 56 minutos, Direção: Renaud Victor.

tarde seria local de intervenção do projeto junto com eles. Com o tempo, os jovens a intitulariam *Praça da Reforma*, a partir de uma prática de revitalização e ocupação desse espaço público. Esta praça seria palco de uma rinha de Mcs e de um sarau de poesias.

Já no *bairro que só queria dançar*, os adolescentes e jovens mapearam uma escassez de espaços públicos, a falta de praças e projetos sociais e a presença forte do tráfico de drogas nas ruas. Contaram sobre a região “*Bolinho Frito*”, onde o tráfico acontecia, local que almejavam e desejavam ocupar, não lhes sendo possível pela violência e pelo medo. Esse território tinha muito desejo de dançar, pois em todos os encontros do grupo – que depois iria se constituir como grupo “*Deu Onda*”, nome inspirado em uma música de funk – os adolescentes e jovens buscavam construir espaços em que o comum, a música, e a festa fossem o fio condutor.

O bairro que *tinha fome e empinava pipas*, no qual fome era a protagonista, era um território geográfico que sofria muito em virtude das enchentes que as chuvas provocavam. Quando tempestades ocorriam, as ruas da região ficavam alagadas, e muitas famílias perdiam o que tinham, inclusive alimentos, precisando se deslocar para escolas e espaços públicos do bairro para se abrigarem por um tempo. Neste bairro, havia o espaço NUTRIR, que funcionava nos fundos de uma das escolas mais violentas da cidade, ministrando oficinas de culinária com o apoio de uma equipe de nutrição da secretaria municipal de saúde. No NUTRIR, o grupo intitulado, “*Bonde das Delícias*”, iria acontecer disparado por um desejo de cozinhar por parte de alguns integrantes do projeto TIPO Assim!. E, no pátio deste espaço, empinaríamos pipas com estes adolescentes.

Fomos dando corpo e construindo aos poucos os grupos em cada território, com a singularidade de cada local e de cada coletivo, por meio da constituição dessas redes inesperadas, narradas e tecidas pelos jovens. O primeiro passo para isso foi o mapeamento da rede intersetorial. Articulou-se e costurou-se todo um trabalho com a rede intersetorial, junto às escolas, às unidades de referência de assistência social, aos projetos sociais, para então acessar os jovens. Após a constituição dos grupos, o contato com estas instituições foi mantido e fortalecido, para a discussão de casos de jovens que começaram a participar do projeto e que eram vistos e cuidados pela rede intersetorial. Desenhou-se, assim, um trabalho de apoio matricial, de cuidado e de construção de redes.



A partir da costura e descobertas destas redes, bem como a partir da escuta destes jovens, podemos pensar o Plano do Fora, que faz parte do processo de subjetivação e singularização da vida. O fora está em constante movimento, em estado nascente, resistindo aos regimes de discursos e visibilidades e em constante relação-tensão com o plano do poder a partir de suas forças selvagens e indomesticáveis. Desejamos enfatizar as forças que atravessam e constituem os sujeitos em vez das formas com que se tenta defini-los (COIMBRA, BOCCO, NASCIMENTO, 2005, p.7), para compreender que os processos de subjetivação dos jovens não são apenas individuais e comportamentais, mas sociais, materiais, históricos e coletivos. São vidas que estão no plano dos acontecimentos, da multiplicidade e do devir. O plano do fora e as relações de poder estão em um mesmo plano, o do não estratificado, porém, o fora está sempre resistindo ao poder como não relação, como não lugar, como diferença. E é sobre estas diferenças, tanto no processo de cuidado desses adolescentes e jovens quanto em suas criações e experimentações, que estamos a nos deter nesta dissertação.

Ainda, respaldados pela clínica peripatética e por um modo de ser em rede, aracniano – adolescentes, jovens e terapeutas aracnianos – pelas relações de forças, encontros e afetos, consideramos a linha do fora que constitui um real que, em vez de atual, se constitui como virtual. A realidade aí está presente, mas não sob o domínio das formas (real atual), e sim sob o domínio do indeterminado, do imprevisível, de permanentes devires (LEVY, 2011, p. 86).

A realidade aqui é uma realidade virtual. Ao se atualizarem, as relações de forças informes se diferenciam, ganhando a forma das curvas que passam na vizinhança das singularidades (enunciados) e dos quadros que as repartem em figuras de luz (visibilidades). Mas ao mesmo tempo em que criam essas formas, que as solidificam, as singularidades também as colocam em questão. São, portanto, singularidades de resistência, capazes de modificar as relações já estabelecidas. (LEVY, 2011, p. 84)

Logo, para acessar estes jovens e construir um cuidado em saúde mental coletiva com eles, é necessária uma disponibilidade em acessar este espaço do fora, das virtualidades. É preciso lançar-se nesses encontros e na aposta de uma tessitura tanto das redes formais quanto nas que estão à nossa espera, como cuidadores destes jovens, para serem tecidas.

No projeto TIPO Assim! muitas foram as redes tecidas, convocadas por este plano do Fora, pois, à medida que as itinerâncias aconteciam pelos bairros e instituições da cidade, à cada reunião de equipe, discutíamos como poderia se dar a abordagem com

os adolescentes e jovens para efetivar o objetivo principal da execução do projeto – discussão de álcool e outras drogas, na perspectiva da redução de danos nestes territórios periféricos. Com o tempo percebemos que dar lugar à invenção seria precioso, pois o projeto necessitava ter algum atrativo que dialogasse com o cotidiano destes sujeitos. Assim, pensando o Plano do Fora como em constante estado nascente de criação, borbulhar de invenções e singularidades, tanto a rede intersetorial como os profissionais, adolescentes e jovens transformaram-se para fazer acontecer o projeto TIPO Assim!

Devir-juvenil para os profissionais e terapeutas possibilitava encontrar-se com esta população específica e ser transformado por ela, colocando o corpo-terapeuta para dançar, escrever música, caminhar pelo bairro. Devir-poeta, devir-música, devir-pesquisador, devir-gourmet, devir-dançarino, devir-pipas deixavam vir à tona os desejos e as singularidades de resistência destes jovens.

Vincentin (2006) pergunta-se sobre como podemos abordar a temática da clínica ou da atenção à saúde mental na infância e na adolescência. E aponta um caminho que se faz por meio de uma atitude necessária, uma regra ética fundamental: uma regra da delicadeza. A delicadeza refere-se ao respeito à condição peculiar da criança e do jovem: de crescimento, de constituição dos seus territórios e de seus mundos. Delicadeza diz do respeito à diferença. (VINCENTIN, 1997)

Adolescentes e jovens, para enfrentarem a difícil tarefa de crescer e pertencer ao mundo, precisam ter assegurados laços sociais em torno de si, múltiplas redes, como uma teia que tece acolhimento, escuta e valorização de suas experiências e de suas falas. É necessário ampliar o olhar para o cuidado em saúde de adolescente e de jovens para além dos serviços institucionais e especializados, os quais, muitas vezes, acabam demarcando e reforçando a lógica identitária e comportamental de uma adolescência e juventude problemáticas, criminosas e transgressoras. A vulnerabilidade e o “risco social” que atravessam os corpos e as vidas de crianças e de adolescentes diminuem quanto mais se ampliam os compromissos coletivos (VINCENTIN, 2006, p.14) – compromissos que se configuram como espaços de escuta, de fazer, de arte, de cultura, de educação, de saúde, de acesso e de pertencimento às cidades.

Neste sentido, precisamos tomar partido entre apassivá-las como inaptas para a vida ou fabricar com elas ferramentas para quebrar o feitiço apassivador da exclusão (ANDRÉ, BASILE, 1999). Precisamos pensar como Dina Lévi-Strauss, que, ao chegar em terras brasileiras e perceber que não haveria possibilidade de etnografar uma

experiência brasileira que se encaixasse em padrões europeus, entregou-se a este solo. Dina nos ensinou a estarmos abertos à sua porosidade, às suas criações, mergulhar-se na experiência para sairmos dela transformados.

Foi necessário mergulhar no projeto, na cidade, nas redes, nos bairros, para transformar práticas em saúde mental e sair por elas transformadas. Encontrar um monumento que louvava a origem alemã e a terra do calçado, mas também encontrar nestes bairros afastados muitas histórias, experiências e criações. Encontrar com a história de um povo negro e índio, brazuca negão e sebento (GODDARD, 2017) desta cidade e sair dela transformada.

Mergulhar neste plano do fora – fora que diz respeito a vida e que também pode dizer a vida em sua máxima potência – e perceber que essa linha pode ser mortal, violenta demais e demasiado rápida, arrastando-nos para uma atmosfera irrespirável (Deleuze, 1998, p.138). É por isso que devemos mergulhar no plano do Fora, mas também dobrar a linha do fora, construir espaços com os quais possamos respirar, cuidar de si e dos outros, pois “o sujeito é aquele que reflete, que espelha, que devolve o que sobre si projeta o Fora, e aquele que curva sobre si as forças que lhe vêm do Fora. A rigor, um único movimento. Pois refletir o Fora é também imprimir-lhe uma curvatura e assim dobrar o que se reflete, constituindo-se enquanto dobra e invaginação”. (PELBART, 2009, p.120-121). E é sobre estas dobras que trataremos, no capítulo dedicado às narrativas e experiências juvenis junto a esta rede tecida em territórios hamburguense-afro-guaranis.

Foto 3



Arquivo Pessoal – Setembro de 2016.

## Memórias de um bairro que só queria dançar

O Kephás quer dançar  
Funk é resistência  
Ouvir Funk  
Fazer Funk  
Dançar Funk...

O caminho para chegar até lá desde o centro tinha suas controvérsias, pedras e versos. Era preciso atravessar um viaduto que separava duas regiões do mesmo bairro. Antes da travessia, passávamos por uma região de classe média, com casas arrumadas e organizadas. Passando o viaduto, começavam muitas ruas em um sobe e desce e dobra e dobra novamente... e pedras no meio do caminho. Assim conhecemos o bairro que só queria dançar.

Ele tinha suas particularidades e diferenças. Às vezes lembrava uma maquete projetada, de tão quadradas que eram suas casas, casebres, peças e instituições. Ao mesmo tempo constituía um mapa repleto de vaivéns. As ruas se encontravam. As pessoas se encontravam, se conheciam. O bairro era um só, mas com suas regiões específicas: Redentora, Momberger, Bolinho Frito, Kephás. A partir desses nomes os moradores se situavam no local. Dependendo do dia, tornava-se difícil acessar ou caminhar por uma dessas regiões. Isso aprendemos com os jovens: regiões, ruas e momentos tranquilos e intranquilos do lugar.

Outra característica que saltava aos olhos eram os morros ao redor. Morros e casas construídas ali construídas. Os moradores contavam que o bairro era fruto de uma ocupação, em virtude do despejo de outras regiões da cidade. Ali famílias construíram um espaço comum, por entre becos, vielas, regiões, morros e vaivéns. A rede relatava haver perigos de desmoronamento e deslizamento de terra em função das chuvas que,

muitas vezes, era a causa da mudança dos moradores e do investimento de projetos e ações de meio ambiente da faculdade privada da cidade.

O bairro tinha cheiro de morro. De verde. De terra.

O mais surpreendente é que a localização geográfica da escola em questão indicava um encontro das regiões do bairro. Dalí saíam ônibus municipais, a rua que levava até a Bolinho Frito, o caminho para a Momberger, meia quadra da unidade de Saúde, próximo da zona de comércio (supermercados, bazares, ferragens, lojas). Também estava a duas quadras da casa de um jovem que participava do grupo e que adorava desenhar luas; atrás da escola havia a rua que levava até a casa do jovem colecionador de livros e apreciador de uma boa leitura; um deles morava em frente à boca, a quinhentos metros da escola e, especialmente este jovem, adorava dançar.

O bairro tinha som: Funk tocava nas calçadas, nos celulares, em bares e casas.

Os jovens, toda a semana, próximo ao horário do nosso encontro, nos esperavam em frente à escola, na esquina, onde começava a Rua da Saudade e os abraços nos aguardavam. Eles nos contaram sobre as brigas e disputas dos territórios e regiões do bairro; apresentaram a Associação de Moradores; a biblioteca que ajudavam a organizar; e, claro, o espaço da escola. A escola era o centro, o coração do bairro, onde pulsavam vidas e encontros juvenis, jogos de futebol, negociações e uso de drogas, brigas, batidas policiais e abraços na rua da saudade.

Com eles aprendemos que o bairro não tinha praças ou espaços para ocupação e lazer e era a escola que operava como espaço para tal. Em função disso, desejaram organizar um baile funk no espaço da escola. Uma tentativa juvenil, uma experiência juvenil que nos convocava à dança, a mexer o corpo e andar pelo bairro, a nos deslocar de nossas zonas de conforto e práticas profissionais.

Pois o bairro queria dançar. Os jovens buscavam tremer o chão. Balançar todas as estruturas.

### As pedras

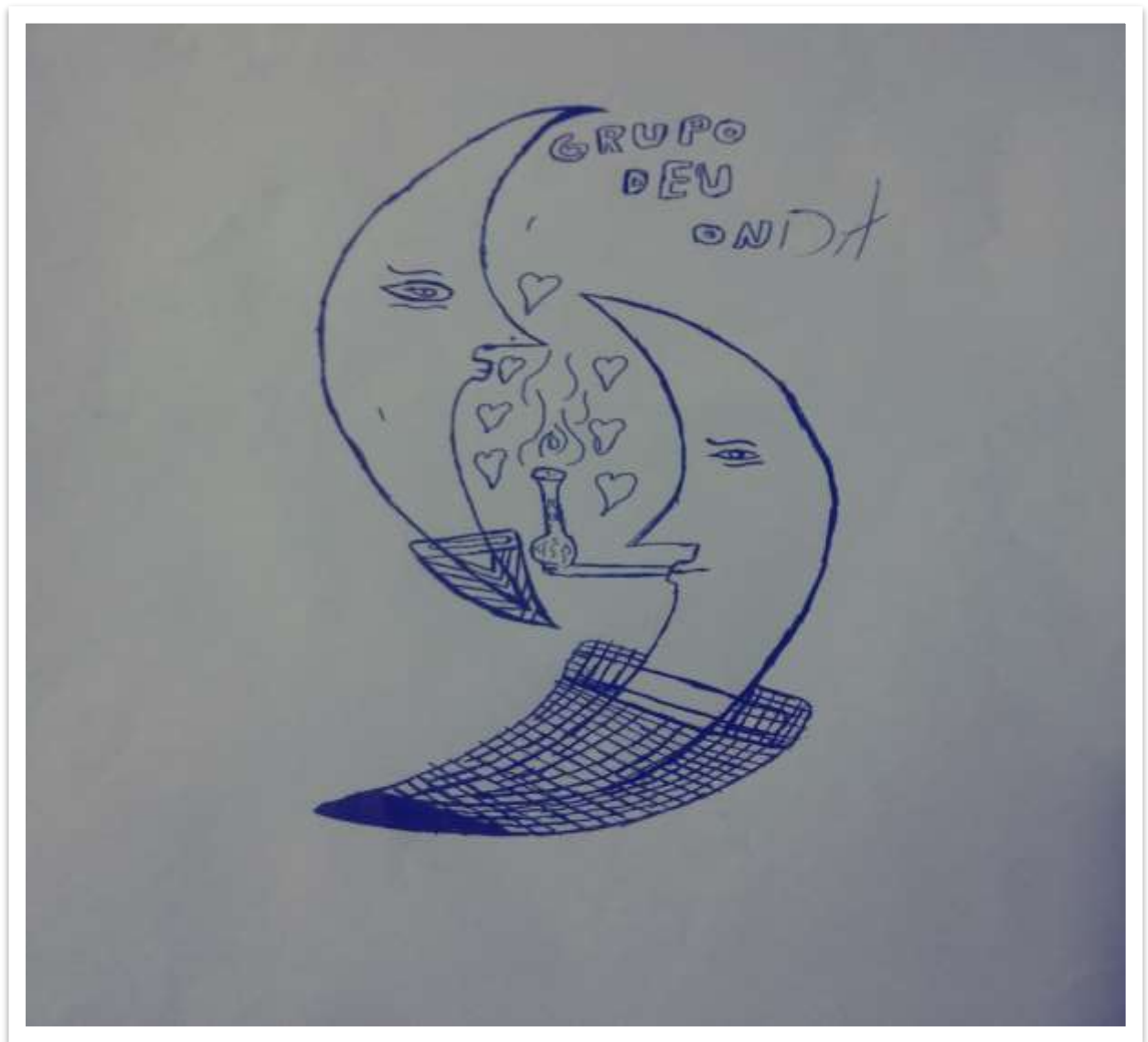
Tremidas e balançares entre pedras. Para tremer e balançar foram preciso pedras. Pedras que não falam mas quebram vidraças (VAZ, 2013, p.26) e fazem ouvir, falar, dançar.

Pedras recolhidas na rua e jogadas por jovens que não estavam na escola no momento da organização e construção do baile funk. Os mesmos jovens que jogavam as pedras eram os que a escola e alguns moradores consideravam vidas lokas, impedidos de ali entrarem, pois, cotidianamente estavam em cenas de uso e/ou venda de drogas, expostos a situações complicadas, delicadas e violentas.

Suas pedras jogadas quebravam as vidraças e gritavam através da batida dos vidros no chão. Corpos desejantes de funk, situados do lado de fora. Fora que a todo o momento constituía, desenhava e reivindicava corpos e vidas, desejos de compor o espaço, de novos e outros espaços para circular naquele bairro, desejo de dançar. Exercer o direito à dança. Vidas colecionadoras de pedras, sejam elas nos sapatos, no bairro, de crack ou pedra sobre pedra em edifícios, construções. Vidas que provocam deslocamentos e nos provocam à reflexão: não se trata de jogar pedras simplesmente, mas, sim, de um jogo de pedras que coloca em análise instituições por um desejo de vida, de espaços, de dança. E de resistências.

O bairro queria dançar. Os jovens queriam dançar. E nos fizeram dançar. Molhou, deu onda, causou avalanches de água e de pedras, e nos contagiou com experiências juvenis. Nos contagiou com modos de organização do comum, jeitos e fazeres juvenis.

Foto 4



Arquivo Pessoal – 2017.



## 6 – Um Sonho Dentro de um Sonho<sup>15</sup>

Para nós, acolher um moleque não é livrar a sociedade dele, eliminá-lo, reabsorvê-lo, docilizá-lo. É em primeiro lugar revelá-lo (como se diz na fotografia). (DELIGNY, 2018 p. 41)

Mano<sup>16</sup> estava envolvido em uma briga, dizia que ia bater em alguém, como se não tivesse “nada a perder”. Eu tentava conversar, pedindo para que não fizesse isso. Como em todos os encontros do grupo, meu corpo era envolto nessa relação, mesmo que dessa vez fosse em um sonho. Corpo, palavras, gestos para sustentar ações e posições. Seu corpo e suas falas pedem sempre para não desistirmos de que sejam fecundos. Como um apoio, um esteio. Na época, já estávamos há um ano não desistindo. Sempre de prontidão. Resistindo as pedras no meio do caminho dessa vida loka, e, por vezes, jogando e brincando com elas. Lembro que nestes tempos acordava aflita, pensando: o que será que o Mano está fazendo? Era a manhã do feriado da proclamação da república e despertava deste sonho com Mano em seu “nada a perder”. No dia anterior, Mano não tinha participado do grupo. Seus amigos/as relataram que ele estava ali na “Bolinho Frito” traficando.

O encontro com Mano, sua história e seus trajetos na vida, convocava-me ao ponto de sonhar com essas cenas. O sonho e, posteriormente, situações vivenciadas junto ao projeto, revelavam que os jovens da periferia, pertencentes as redes e às tramas do tráfico de drogas, encontram nestes espaços um possível lugar de pertencimento para exercer o seu lugar de fala, um lugar de visibilidade para sua existência e, ainda, um lugar que alimenta as relações e os modos de vida capitalistas. É um lugar muito desejado e sonhado por muitos jovens desses territórios de periferia, um lugar de poder onde é possível obter reconhecimento dentro de sua comunidade e entre seus pares, onde é possível sonhar segundo a sua realidade.

---

<sup>15</sup> Título inspirado pela música Um sonho do grupo Nação Zumbi. Gravadora: slap/Som Livre, 2015.

<sup>16</sup> Nome fictício, inspirado no filme “As Melhores Coisas do Mundo” de Laís Bodankzy, 2010, WarnerBros.

A primeira vez que Mano chegou ao projeto – o grupo que acontecia na escola estadual do bairro – eu não estava presente. Na reunião de equipe do projeto da semana seguinte, o seu caso foi pautado por ser emblemático. Mano chegara acompanhado de um amigo, e, segundo a colega que coordenava o grupo naquele dia, a presença de Mano era provocadora, incitadora. A profissional trouxe para a discussão a postura sexualizada do adolescente e a forma como lidava com as meninas que estavam presentes – violenta, agressiva, irônica e zombeteira. O encaminhamento desta discussão em equipe foi ir acompanhando Mano, conhecendo-o e avaliando melhor a situação com o andamento dos grupos.

Com o passar do tempo e com a rede efetivada o conhecendo a cada dia, uma espécie de “foco luminoso o atravessou, revestindo-o de inusitado poder; um poder que o transformava em indivíduo e o fazia falar” (BAPTISTA, 2001, p.197-198). Representado pelas terapeutas do projeto, pelos professores de sua escola, pelos serviços e instituições que cuidavam deste adolescente e de sua família pelas redes instituídas, esse foco luminoso, quanto mais buscava informações a seu respeito, mais o transformava em indivíduo e o fazia falar, mais produzia estratos do saber a seu respeito: jovem de periferia, agressivo, violento, analfabeto.

Mano, segundo as estratificações do saber, regimes de luz e de enunciado, era portador de um possível diagnóstico de déficit intelectual: dislexia. O adolescente, quanto mais falava, mais sumia, porque mais se falava sobre sua vida e sua história, mais se capturava sua vida via saberes, diagnósticos, prescrições, métodos e formas para encarcerar a sua juventude. Ele minguava. Falava, mas não era escutado; falava-se sobre sua história, mas não se falava com ela.

Entretanto, no esforço de ver e ouvir aquilo que está invisível e mudo quando nos encontramos imersos em discursividades regulamentadoras, a partir de uma tentativa de singularizar a escuta e buscar maior aproximação a Mano, o mesmo começou a contar a sua história e a sua versão nesta história. Um menino que, assim como falava, sumia sem deixar vestígios, quanto mais agia mais deixava vestígios de sua potencialidade — sua agilidade era gigante para decorar letras de funk, jogar xadrez ou fugir da polícia.

Com as práticas de apoio matricial e o auxílio da escola e da rede intersetorial do bairro, fomos construindo a trajetória escolar de Mano. Descobrimos que o seu lugar nos bancos escolares era o de quem apresentava dificuldades para escrever e ler. Isto também começou a aparecer a cada semana nos grupos, pois se uma atividade que envolvia o ler e o escrever era disparada por parte de algum integrante ou mesmo pelas coordenadoras, Mano fazia de tudo para fugir do grupo ou da atividade, dando desculpas e se esquivando. Mano não sabia ler e conseguia escrever só o seu nome. Em contrapartida, sabia desenhar, e desenhava muito bem. E foi isso que, aos poucos, fomos fazendo com Mano, falando com a sua história, desenhando-a a partir de seus talentos.

Mapeando seus caminhos pela rede do bairro, descobrimos que a família de Mano morava bem próximo da escola em que o grupo acontecia, a cerca de duas quadras de distância. Com o tempo, fomos nos aproximando mais desta família no intuito de cuidar mais de perto de Mano e para compreender melhor os seus processos. A primeira vez em que fomos à casa de Mano, fomos conduzidos por outros jovens do bairro e do grupo. Foi um dia em que Mano não apareceu no grupo e os seus amigos estavam preocupados, pois ele estava andando muito com os jovens da “*Bolinho Frito*”, a região do bairro em que o tráfico de drogas acontecia e que ficava bem próximo da escola.

Quando chegamos lá, conhecemos sua avó paterna, sua mãe, seu pai, seu irmão e suas irmãs. Mano tinha três irmãos e morava com os pais nos fundos da casa dos avós paternos. Seu pai trabalhava como ajudante de obras e pedreiro e sua mãe ficava em casa, cuidando dos afazeres domésticos e das meninas que eram pequenas ainda. Sua família vivia em uma peça, com dois cômodos e um banheiro. Havia a parte da cozinha, com fogão, geladeira e uma mesa com quatro cadeiras; a parte da sala era dividida com uma cortina, de forma que o sofá e a TV ficavam de um lado e as camas de outro – cama de casal e uma beliche para Mano e seus irmãos. O banheiro ficava ao lado da beliche.

É assim que os jovens da periferia enfrentam um árido cotidiano: minúsculas residências habitadas em média por cinco pessoas, casas grudadas umas nas outras, água e luz muitas vezes obtidas com ligação clandestina, lixo a céu aberto, ruas estreitas e tortas, sem calçamento, precário atendimento de saúde, inexistência de praças e área verde, falta de policiamento, insuficiente sistema de transporte, minguado comércio. Neste ambiente, o que existe mesmo de fartura são botequins, templos religiosos, desempregados, barro, mosquito e uma teimosa vontade de viver. (OLIVEIRA, 2001, p.54)

Em conversas com a mãe de Mano, a mesma relatava que tentava pedir que o filho ficasse mais em casa, que fosse para a escola “direitinho”, mas que desde muito novo sempre fora agitado e nos últimos tempos estava cada vez mais difícil saber de seu paradeiro. Saía para a escola pela manhã e a tarde ficava nas ruas do bairro com os amigos. A rua era o lugar onde sua vida se enlaçava com seu desejo adolescente de experimentar outras relações para além das que se davam na divisão de cômodos com os pais e as irmãs.

Desde muito cedo Mano ocupava um lugar de atraso no desenvolvimento, seja na fala ou na escrita, tanto por parte de sua família quanto por parte da escola e unidade de saúde. Segundo Baptista (2001), alguns sentenciam este diagnóstico propondo medidas preventivas, outros o extermínio.

Entretanto, longe dos olhares da mãe e de seus professores, Mano apresentava uma habilidade gigantesca para conversar com outros jovens do bairro, principalmente, os mais velhos, para fugir da polícia, para jogar xadrez em um encontro de adolescentes do bairro; para desenhar suas luas.

Fora dos muros do posto de saúde, outra versão misturava-se aos refugos da cidade, espreitando o presente para exibirem seus rostos narrando um passado não exaurido. Para essa modalidade os detetives são dispensáveis. Necessitam apenas de co-autores para intermináveis finais inconclusos. (BAPTISTA, 2001, p.201)

O interesse em relacionar-se com os jovens de mais idade do bairro dizia respeito ao seu envolvimento com o tráfico: *a noite inteira, e só contando história/ sobre o crime, sobre as tretas na escola, não tava nem aí, nem levava nada a sério, admirava os ladrão e os malandro mais velho (Racionais MC – Fórmula Mágica da Paz)*. Disto ficamos sabendo por parte do restante do grupo Deu Onda. E o interessante disso foi pensar que o grupo passou a deslocar os seus lugares: de participantes do projeto para cuidadores uns dos outros, a começar pelo Mano.

Um acontecimento peculiar foi quando Mano foi pego pela polícia junto de outro jovem em uma moto, e ambos foram levados para a delegacia. Os demais participantes do grupo, Deu Onda, vieram imediatamente avisar as coordenadoras do projeto. Surpreendente foi que este acontecimento ocorreu no dia que o grupo do projeto TIPO Assim! se reunia no bairro, em uma terça-feira à tarde, em frente à escola

e na esquina da Rua da Saudade. Segundo os moradores do bairro e os amigos de Mano, os jovens, que estavam traficando pelo bairro, fugiram de moto da polícia.

Estes testemunhos de vida – seja por parte da família, da escola, dos amigos e do próprio Mano através de seus gestos e atitudes, seja a partir desses movimentos adolescentes, o contato ténue com o tráfico, com a oferta de drogas e com a adrenalina de caminhar pelo bairro – permitem reconhecer que Mano, como a maioria dos adolescentes destes territórios, padece de um exacerbado desejo de reconhecimento (OLIVEIRA, 2001). Mano pede reconhecimento de sua adolescência, de sua juventude, de seu lugar de fala. Para ser reconhecido em seu bairro e entre seus pares, é necessário fazer parte deste enredado circuito de tráfico-drogas-violência. É a partir deste circuito que ele poderá constituir um lugar de poder, um outro lugar que não o do jovem que não sabe ler nem escrever, que não vai bem na escola, que não tem o emprego ou o dinheiro para usufruir da cidade e transitar por ela. Com a sua participação e constituição como sujeito a partir das malhas do tráfico, com a adrenalina e a criminalidade nas ruas, o jovem constrói a sua possibilidade de sonhar nestes contextos.

É assim que a economia informal das ruas, o comércio de drogas e a criminalidade de rua constituem-se nas principais fontes de trabalho acessíveis aos jovens rejeitados pela escola e pela economia legal, uma vez que essas oportunidades exigem qualificações mínimas, horários flexíveis e remunerações mais vantajosas se comparadas ao trabalho assalariado. (OLIVEIRA, 2001 p.51)

Como já vimos anteriormente, nestes territórios o foco é o investimento, não na vida como potência, criação e experimentação, mas sim, na sua regulamentação e na produção de mundos de mortes (MBEMBE, 2018), sejam elas físicas ou subjetivas. Assim, adolescentes e jovens localizados na margem encontram no delito, na transgressão e nos desvios outros lugares e possibilidades de sonhos para suas vidas, colocando em questão, a todo momento, o desejo de serem reconhecidos, mesmo isto implique colocar em risco suas próprias vidas e sua liberdade.

Por isto, quando temos um exacerbado desejo de reconhecimento há mais chances de que a resolução deste sentimento de inferioridade se dê através do delito, como uma estratégia de acesso ao interdito socialmente. Afinal, porque postergar o gozo em nome de uma promessa que acabará não sendo cumprida? Ao contrário, trata-se de antecipar e tornar menos lento e penoso o hiato que a moratória social instaura para o ingresso do adolescente na vida adulta. (OLIVEIRA, 2001 p.63)

A distância é encurtada para a realização de desejos através do contato e composição com o circuito tráfico-drogas-violência. Mas não só isso opera em um encontro com a delinquência que cria espaço para fala, reconhecimento e vida. Podemos pensar que a delinquência indica que alguma esperança subsiste, que o jovem está vivo, que é ser desajustado conforme o contexto socioeconômico pelo qual é atravessado (WINNICOTT, 1999).

Entretanto, a partir dos movimentos desterritorializantes de Mano, do conhecimento de sua história e de sua narrativa, presenciadas em muitos encontros do projeto, começamos a buscar e construir, junto com Mano, outras vias de reconhecimento. Outros foras e suas dobras, como formas de valorização, desejo e criação, foram se desenhando com este jovem.

Neste sentido, a presença e a participação de Mano junto ao projeto foram primordiais, pois ele foi deixando a sua marca no grupo, transformando ao grupo e transformando-se também. Se, no início, Mano chegava de um modo agressivo e violento – com as atividades e relações que permeavam o grupo –, após um período onde pôde perceber que era ali também reconhecido, foi chegando de outro jeito, auxiliando inclusive seus colegas e as coordenadoras do projeto.

Sua participação foi tão marcante que uma de suas contribuições foi quanto ao nome do grupo do projeto T.I.P.O Assim! No bairro Kephas, que ele propôs intitular como como *Grupo Deu Onda*. Este nome tem inspiração em uma música de funk, que estava na moda na época do desenvolvimento do projeto e, que tinha como refrão: “*Eu preciso te ter/Meu fechamento é você, moção/Eu não preciso mais beber/E nem fumar maconha/Que a sua presença me deu onda/O seu sorriso me dá onda*”<sup>17</sup>.

Vale analisar, nesta letra de funk, que o Mc, ao se perceber apaixonado por alguém, uma menina como aparece no clipe, deixa de ter necessidade de beber e fumar maconha. A presença da menina surte efeitos e produz novos sentidos para o Mc. Será que a presença do projeto no bairro em que Mano vivia, próximo da sua casa e da sua escola, não o teria deslocado a ponto de explorar novos sentidos em sua vida para além do uso de drogas e da violência?

O Grupo Deu Onda passou a construir momentos de reunião e organização do comum em torno do funk, pois alguns participantes adoravam dançar, outros preferiam cantar, e outros, ainda, gostavam de escrever as letras. Logo o *Grupo Deu Onda* passou

---

<sup>17</sup> Mc G15 – Deu Onda – Kondzilla, 2016.

a organizar bailes funks na escola, batalhas do passinho, momentos de lazer, tanto na escola em que o projeto ocorria como na Associação de Moradores do bairro, em época de férias escolares.

Eram momentos de avalanches de danças, passinhos, de molhar o corpo de tanto dançar. Era de balançar todas as estruturas do bairro e da escola. A partir da constituição do *Grupo Deu Onda*, alguns adolescentes e jovens transformados em poetas, Mcs, Djs, dançarinas e dançarinos foram surgindo, e outro Mano foi revelando-se também.

Na companhia deste grupo de adolescentes, Mano, ao mesmo tempo que era seduzido pela participação junto ao tráfico – às facções –, resistia à medida que apresentava seus desenhos enfeitados por luas e rostos, aguçava suas táticas para jogar xadrez, escutava funk e interpretava suas letras. A partir dessas brechas e das pistas que ele nos deixava, que fomos tecendo com ele uma outra forma de estar no bairro, na cidade, no grupo Deu Onda, no mundo.

Podemos pensar que o jovem apresentava um modo aracniano de ser, pois estava constantemente traçando suas redes, criando, agindo em seu bairro, resistindo e tentando lançar respostas aos estigmas de ser periférico e de não saber ler nem escrever. Buscava construir o seu lugar de reconhecimento e pertencimento.

Aí se reencontra o que a rede pode ter de aracniano, estando entendido que o aracniano não é um ter, mas, antes, um achado incessante, uma descoberta pontilhada de surpresas, sendo estas bem estranhas coincidências que só podem ter o lugar se o querer permanece limitado ao que pode fazer e ao que lhe diz respeito. (DELIGNY, 2015, p.66)

Nestas *descobertas pontilhadas de surpresas*, encontramos-nos com a narrativa de Mano, sua história, seus desejos e suas tentativas juvenis. Com ele tramou-se toda uma rede de apoio, seja para estimular e trabalhar a questão latente de seu cotidiano – o ler e o escrever – seja para afirmar a sua potencialidade – o desenho. A partir dessas linhas, costuradas a cada encontro, organizamos com Mano e sua família a sua inserção na Escola Municipal de Artes da cidade.

No embalo desta costura que começava a ganhar consistência, costurou-se outras possibilidades de vida e de participação social em seu bairro. Mano participou de um encontro de adolescentes denominado *Atolescente*, que era organizado pela rede intersetorial de seu bairro. Neste evento, apresentou mais uma de suas habilidades, para além das já conhecidas, estigmatizadas e problemáticas, no caso, sua habilidade no jogo de xadrez.

O jogo de xadrez coloca em cena disputas de guerras, mas, aqui, apresentava-se quem como um outro jogo... como uma tentativa de fuga dessa disputa entre facções do tráfico? O que este outro Mano pode nos dizer a partir das suas criações e tentativas? Múltiplas facetas e performances de um Mano para viver? Viver perante o tráfico, a escola, a família, ao bairro... ao projeto... perante os nossos encontros?

Neste sentido, Deleuze(1991), em seu livro sobre Foucault, pode nos auxiliar a pensar quando afirma que

A luta por uma subjetividade moderna passa por uma resistência às duas formas atuais de sujeição, uma que consiste em nos individualizar de acordo com as exigências do poder, outra que consiste em ligar cada indivíduo a uma identidade sabida e conhecida, bem determinada de uma vez por todas. A luta pela subjetividade se apresenta então como direito à diferença e direito à variação, à metamorfose. (DELEUZE, 1991, p.113)

Nos encontros do projeto, Mano apresentava um outro lugar, um espaço vivo de um corpo marcado por potências de desenhos, jogos e músicas. Seu corpo expressava desejos de uma multidão de jovens. Mano, em seus desenhos, expressava luas e rostos juvenis desejantes de serem fecundados. Com os desenhos, jogos e músicas, lutava por uma subjetividade que possibilitasse revelar a sua diferença e as suas transformações – uma subjetividade que pudesse dar lugar à invenção, à novidade e, que possibilitasse “construir um dentro onde fosse possível viver” (LEVY, 2011, p.90).

Pensamos que o plano do fora pode constituir uma linha mortal, pois está em incessante estado nascente, em puro devir, operando a todo momento por movimentos de desterritorialização, derrubando os estratos e compondo e combatendo as forças do diagrama. Está em constante movimento de lançar respostas e resistir às estratificações e relações de poder e arrisca tornar-se uma linha mortífera, um *enclausuramento do fora*, como pode ocorrer com a loucura, em que o lugar que o psicótico ocupa e a partir do qual opera é o de uma “dobradura que se des-dobra abrindo-se” (PELBART, 2009, p.123). Ou seja, a loucura pode passar a atuar apenas no plano do fora, neste estado incessante de nascimento, de devir, podendo atordoar-se e, mesmo impossibilitar-se de constituir suas dobras e seus territórios existenciais.

Próximo a este movimento de enclausuramento do fora (PELBART, 2009) que vimos com a loucura, podemos encontrar a adolescência e a juventude, pois nesta busca exacerbada de reconhecimento que coloca em risco suas vidas, e mesmo suas liberdades, vemos adolescentes e jovens apenas ativando estes atordoamentos em nome



de um lugar de poder em seu bairro ou mesmo no tráfico de drogas. Em virtude disso é preciso dobrar a linha, torná-la vivível, “construindo um dentro que nada mais é do que o dentro do próprio fora (a invaginação)” (LEVY, 2011, p.90).

É neste dentro do fora, nesta dobra ou invaginação, que se pode produzir a repetição da diferença e do diferente. Não é uma reprodução do mesmo, é uma repetição do diferente. “Não é a emanção de um EU, é a instauração da imanência de um sempre-outro de um Não eu” (DELEUZE, 1991, p.105).

Assim, quando trabalhamos com jovens como Mano e seus amigos e amigas do *Grupo Deu Onda*, no contexto da saúde mental coletiva, como terapeutas, coordenadores de grupos e mesmo educadores, precisamos construir práticas que sejam inspiradas nestas linhas do plano do fora para contagiarmo-nos com as novidades destes adolescentes e jovens, com as linhas pontilhadas de surpresas (DELIGNY, 2015). É um aprendizado de operar movimentos e cuidados para além do circuito de controle, docilização de corpos, padronização de comportamentos e reforços identitários.

Trata-se de se colocar em experimentação com o desarrazoado que todos escondem de si mesmos e de criar possibilidades reais de existência que desvirtuem os valores segregadores ainda hoje tão arraigados em nossa cultura cristã-ocidental, que segregam aqueles que tensionam os padrões regulamentadores da vida. (LONDERO & PAULON, 2018, p.112)

É necessário escutar e construir espaços em que o agir e o encontro com as suas diferenças sejam protagonistas. É precioso desejar. Uma tal postura ética profissional só é possível quando, junto a estes jovens, construímos meios de dobrar a linha do fora, de forma que eles possam criar momentos de respiros e prazer, que possa ocorrer uma relação da força consigo mesmo, “um poder de se afetar, um afeto de si por si” (LEVY, 2011, p.91). Como tentamos realizar com Mano e o com *Grupo Deu Onda*: revelar o que há de inusitado, de diferente, de possível, de vida. Trata-se da constituição de modos de existência, de resistência e de reconhecimento das diferenças. Dobrar a linha para ser possível inventar, respirar, sonhar.

**Foto 5**



Arquivo Pessoal, 2016.

## Primavera de Roselândia

Era início da primavera, as flores davam lugar a uma chuva forte e gostosa. Em uma manhã de terça-feira, estávamos a caminho do bairro Roselândia. Neste dia iria acontecer o primeiro grupo do projeto em uma escola estadual. Sétimo e oitavo anos. Os/as alunos/as repetentes. Os problemas do aprender, de apreender.

A construção do grupo se deu a partir de reuniões da equipe do T.I.P.O Assim com a escola, pois ali já acontecera grupos com adolescentes, conduzidos por profissionais do CAPS infanto-juvenil da cidade. Estávamos em retomada do diálogo com a adolescência.

No primeiro dia, nos deparamos com as duas turmas unidas em uma mesma sala. Para o primeiro encontro havíamos elaborado um questionário a fim de saber o que o/a adolescente gostava, quais os seus talentos e como enxergava/percebia o seu bairro, o seu território. Que pretensão a nossa... Mas logo eu conto melhor sobre as respostas e reverberações dessas perguntas. Neles/as e em nós.

Nos apresentamos e contamos um pouquinho da história do T.I.P.O Assim!, o significado da sua sigla, a temática central. Eles/as também se apresentaram. Eram adolescentes entre quinze e dezesseis anos. Entregamos o questionário e ficamos disponíveis para as dúvidas. E quantas dúvidas surgiram!. Algumas perguntas tornaram-se difíceis

para os/as jovens responderem. Talvez pelo modo como estava escrito, pela complexidade da linguagem. “O que quer dizer dispositivos presentes e potentes no território?!” “O que querem dizer com isso?!”. Foi muita pretensão a nossa colocar essas palavras nas perguntas! Por um momento, percebemos que nos esquecemos com quem queríamos falar, de quem desejávamos nos aproximar.

Eram adolescentes que estavam em uma escola, com o rótulo de repetentes, cujas vivências, histórias do bairro, contextos familiares e territoriais não estavam atravessados por livros, leituras, aprendizados, oportunidades, acessibilidade e, sim pelo desejo em passar de ano, pela tentativa de arrumar trabalho para ajudar em casa, pela falta de espaços públicos de convivência no bairro, pela violência, pelo tráfico de drogas. Isso ficaria mais claro com o desenrolar dos encontros e com o vínculo que se tornaria próximo, e porque não dizer forte, com o andamento do projeto e do grupo que viria a se constituir naquele bairro de rosas.

Assim se deu o nosso primeiro encontro. Foi o meu reencontro com a adolescência – uma adolescência um pouquinho diferente, talvez, da que eu vivi.

Após a aplicação dos questionários, pois de fato foi uma aplicação, coletamos as respostas. Andamos pelo bairro, articulamos redes, visitamos e conversamos com instituições que ofertam cuidado, acolhida e espaço para jovens daquele lugar. Logo, no final do dia, fomos ler as respostas daquelas perguntas. Alguns adolescentes relataram já ter frequentado a Unidade de Referência de Assistência Social (URAS) do bairro, diziam gostavam de músicas, de ir na pizzaria, uns sabiam tocar algum instrumento, outros/as gostavam de esportes. E alguns

questionários não estavam preenchidos: uns só continham o nome e a idade; outros alguns rabiscos. O que eles/as queriam nos dizer com isso?

A semana passou, voltamos à escola com uma nova proposta de aproximação para a criação de vínculos. Dessa vez, desejávamos ouvir deles e delas o que pensavam sobre o bairro, o que ali tinha ou não, o que desejavam que tivesse, por quais lugares circulavam. Era uma aposta na construção de um “Mapa do Território” a partir das mãos e das vozes dos/as jovens.

Esse mapa nos contou que no bairro havia a URAS (cujo pátio era utilizado para jogar futebol), o projeto social de futsal UJR (União Jovens do Rincão), a Pedreira, o Santuário, a praça que fora invadida por pessoas que fizeram do espaço a sua morada. Em alguns momentos sentimos que havia algo difícil de falar, em relação ao tema da violência: alguns queriam falar sobre lugares que tinham se tornado violentos e outros respondiam que isso era “viagem”, que não acontecia mais no bairro.

O fato é que a partir dessa intervenção eles e elas nos contaram que não havia no bairro espaços de identificação para os/as jovens circularem, pertencerem, ocuparem!

Pensamos muito nesse relato, nessa falta de espaço para o/a adolescente ser visto, se expressar, curtir, conversar. A partir disso, construímos uma intervenção inspirada nas ocupações de praças e escolas que estavam, cotidianamente, acontecendo em nossas cidades. Levamos dois vídeos sobre ocupações: um com o rapper Criolo contando a sua experiência de visitar uma escola ocupada em que ele presencia jovens

cuidando da mesma<sup>18</sup>; e o outro de uma batalha de rimas que acontece todos os meses na cidade de Santa Maria, em que jovens da periferia ocupam uma praça do centro da cidade com a cultura do movimento Híp Hop para expressar e mostrar sua cultura, arte e criações<sup>19</sup>.

Com isso, desejávamos partilhar o sentido de ocupar lugares e de práticas possíveis, para a adolescência daquele território ter acesso a espaços de vida, de expressão e de pertencimento.

Alguns deles relataram já conhecerem as músicas do rapper, outros ficaram encantados com as rimas dos jovens no vídeo. Um contou que seu pai dançava break quando era jovem e que poderia nos ensinar alguns passos “um dia desses”.

Dividimo-nos em grupos pequenos para trocar ideia sobre ocupações, que eles/as conheciam, de que tinham ouvido falar ou participado e nas possibilidades de movimentar locais um tanto parados, por assim dizer, no bairro Roselândia.

A confiança e o vínculo nasceram neste dia...

A partir de então, começamos a conversar e pensar juntos sobre uma possível ocupação de uma praça que eles referiam como o local para fumar maconha, usar drogas. Era um lugar sem cuidado algum, utilizado por pessoas da comunidade para abrigar um galinheiro e uma churrasqueira. E assim caminhamos para a construção de um protagonismo juvenil e um protagonismo da rede.

---

<sup>18</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=j3BGRE4STDI>

<sup>19</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=o4gSfKD98Sw>

Claro que essa ocupação não dependia só de nós como projeto ou dos adolescentes da escola. Era necessário tecer rede para efetivá-la. Começamos, então, a convocar a microrrede do bairro para o início de diálogos e práticas e, muitos atores foram se envolvendo no processo como outras escolas, unidade de saúde, URAS, UJR, centro comunitário, alguns dispositivos já mencionados anteriormente. Cartografamos o bairro, encontramos a rede que estava à nossa espera (DELIGNY, 2015).

Com os jovens decidimos nos dividir em Grupos Temáticos de Trabalho: GT do Mutirão, GT da Cultura e GT da Geladoteca e Cabide Solidário. O primeiro era responsável por arrumar e pintar os brinquedos que já estavam na praça, mas que se encontravam descuidados e plantar mudas de flores e temperos; o segundo ficava com a parte da música, da coordenação das apresentações, com o microfone por assim dizer; e o terceiro grupo estava envolvido na construção de uma geladeira que pudesse abrigar livros doados pela comunidade e rede intersetorial e por um Cabide Solidário de Roupas. Foram semanas de organização, preparação para a intervenção. Algumas adolescentes gostariam de apresentar um teatro, outra conseguiu a geladeira velha com a sua avó para abrigar os livros da Geladoteca, o outro desejava ser o mestre de cerimônia do evento.

Nesses dias que antecederam o evento, andarilhamos pelo bairro com o grupo de adolescentes para conseguir doações de tintas, materiais de pintura, lixas. Começamos a divulgar junto com eles o acontecimento nas lojas, nas casas, nas ruas do bairro.

Com esse andarilhar pelas ruas e nas reuniões de microrrede em que os adolescentes nos acompanhavam e participavam, descobrimos que o

espaço público em que a Praça se encontrava era tomado pelo CTG do bairro e, segundo o coordenador do mesmo, era apenas para servir de estacionamento dos carros das pessoas que frequentavam o CTG. Como rede, tentou-se a aproximação e o diálogo com o coordenador do CTG, porém este se fez muito resistente dizendo que o local fora doado pela prefeitura e que era uma área de estacionamento. Decidimos, então, que a ocupação seria uma intervenção de vida e de política também.

A microrrede inspirou-se em nossos GT's para a organização: uma escola de educação infantil fez a doação de mudas de flores e pallets para a plantação; o centro comunitário do bairro emprestou um cabideiro para o Cabide Solidário; a UJR apoiou com o local para tomar água e a caixa de som; outra escola emprestou um palco para as apresentações. Assim, a microrrede mobilizou-se, levando também suas apresentações como a banda do URAS e a dança do Mais Educação da escola. Conseguimos fazer a articulação de rede com esse evento e juntos o chamamos de "OcupaPraça" Roselândia!

Deixamos de ser apenas projeto com adolescentes para ser nós. Nós que nos olhamos e construímos algo juntos. Era algo de que este lugar tinha sede – algo que a comunidade nos dizia ser importante acontecer.

Após este "Ocupa Praça" e, com o desejo de continuar tecendo a linha relacionada ao RAP e suas variações, este grupo de adolescentes e jovens iria-se transformar em REPlândia: um coletivo que desejava escrever letras de Rap, rimar, cantar, organizar batalhas de rimas e poesias.



## 7 – Um conceito só vale pela vida que lhe é dada<sup>20</sup>

*Palavra que eu digo corta como faca  
E move o sonho, o sangue, é carne, é criação  
Palavra que eu falo é fera, fere, ataca  
O pássaro que voa dentro da canção  
Quem tem a rima vai a Roma, da cá à Paris  
Pra toda boca, uma palavra nova, um som  
Quem vive, vive eternamente por um triz  
Quem canta com verdade, pode até sair do tom  
Palavra lavra, ara, rara, terra de ninguém  
Palavra é arma para luta que se anuncia  
Se o bem parece mal, o mal parece bem  
Que meu nome canto pela fome que jamais sacia  
Palavra bem na hora certa, completa  
Palavra dita com saudade, aberta  
Palavra de quem sabe o alvo, acerta  
Palavra dita com verdade, liberta  
Palavra, onte, fonte, potente de energia  
Palavra, ducha quente ou de água fria  
Brasil com p de palavra irradia  
Poesia com cada letra do alfabeto na periferia  
A força retorna, desperta, adormece, sobe, desce  
É prece, brinquedo com qual o poeta se diverte  
O peso da palavra, quando sobe na balança  
Dá altura exata que o pensamento alcança!  
(GOG, Higo Melo e Zeca Baleiro, 2015)<sup>21</sup>*

Na narrativa Primavera de Roselândia, tivemos uma construção de intimidade grupal e de rede instersetorial que permitiu algumas composições inventivas e interventivas no bairro, em uma busca de acolher desejos e singularidades dos jovens. Neste movimento de aproximação e de produção de um espaço grupal inventivo, foi necessário nos despirmos de nossas formações acadêmicas e especialismos profissionais para construirmos vínculos com estes jovens, conhecermos a história do bairro e da juventude daquele território.

Despir-se de nossas profissões e especialidades foi preciso quando, ao analisarmos a repercussão da aplicação do questionário, percebemos que nossa linguagem e nosso “lugar de fala” (RIBEIRO, 2017) eram outros em relação à população a que queríamos ouvir e propor a construção de um grupo do projeto. Tornava-se necessário se aproximar tanto da linguagem quanto da realidade desses

---

<sup>20</sup> Guattari, Félix. Caosmose. Um novo paradigma estético. Página 177, 2012.

<sup>21</sup> O Peso da Palavra, Álbum Genival Oliveira Gonçalves, 2015.

jovens moradores do bairro de rosas. Necessário também era assumir uma postura que nos colocasse a operar desde uma clínica afetada pelo campo e pelo território, da qual estávamos nos aproximando, uma clínica com “componentes teóricos e tecnológicos, mas também estéticos, éticos, econômicos, políticos e afetivos que se atravessam neste plano, impulsionando seu mecanismo de produção de realidade, seja ela objetiva ou subjetiva” (PASSOS, BARROS, 2000, p.76). Era uma clínica aracniana (DELIGNY, 2015), inspirada em um modo de ser em rede, onde não se sabe se se trama ou se é tramado.

Para que isto pudesse acontecer, cartografar o mapa deste território, suas instituições, relações de poder e resistências era tarefa ética primordial. Era preciso trazer a clínica peripatética (LANCETTI, 2008) para a cena, andarilhar pelo bairro com os adolescentes, com os serviços institucionais, encontrar as rosas no meio do caminho – rosas que se transformariam em poesias, rimas, raps e rappers, Mcs, Djs, desdobramentos da ocupação de uma praça até então abandonada, mas sempre possível de se tornar pública, coletiva, comunitária, comum.

Neste sentido, era preciso “captar o conjunto das condições que tornam possível a instâncias individuais e/ou coletivas emergirem como território existencial autorreferencial, em adjacência ou em relação de delimitação com uma alteridade ela mesma subjetiva” (GUATTARI, 2012, p.19). Era preciso atrair-se pelas diferenças, suas marcas, tons e ritmos que ganhariam expressão neste “*projeto pensado*” (DELIGNY, 2015) e instituído para cuidar da adolescência e da juventude.

Falamos em atrair-se para pensar em como esta primeira intervenção da ocupação da praça, daria lugar à constituição de um coletivo, entendido aqui como multiplicidade que se desenvolve para além do indivíduo, junto ao *socius*, derivando de uma “lógica dos afetos mais do que de uma lógica de conjuntos bem circunscritos”. (GUATTARI, 2012). Queríamos um coletivo que apostasse na invenção e na criação de territórios existenciais, repletos de pertencimento, de música, de vida.

Deligny (2015) afirma que uma rede pode acabar desaparecendo ou acabar em instituição. O único suporte que possibilita a rede é a brecha, a falha. Se se tratar de uma janela, a rede se torna cortina. Então, juntos com os jovens e com a microrede instituinte, tratamos de encontrar uma janela e nela abrir a sua cortina para tramar invenções naquele bairro de rosas.

A constituição um tal coletivo – seja como grupo do projeto T.I.P.O Assim! (que se tornaria *REPlândia*); ou como rede do bairro, (*o Ocupa Praça*) – aconteceu em

virtude de pensarmos e inventarmos uma prática que apostava no enfrentamento do que era transversal àquele território – os descasos da administração pública, a violência do tráfico e a truculência policial, e a descrença na possibilidade de apropriação do próprio bairro – para superar a fragilidade de territórios existenciais e a falta de um cuidado mais voltado para a adolescência e juventude. Buscamos em uma clínica e uma rede aracniana os meios e as estratégias para lidar com essas fragilidades, entendendo o aracniano como uma maneira de evocar essas outras formas do agir (DELIGNY, 2015, p.106).

Guattari, ao escrever sobre a sua experiência em La Borde e sobre a produção de subjetividade, coloca-nos a analisar como produzimos experiências tanto pragmáticas quanto teóricas em nossas vidas. Para isso, ele propõe um novo paradigma, o paradigma estético, em estado nascente de criação e invenção, invenção de novos focos catalíticos suscetíveis de fazer bifurcar a existência (GUATTARI, 2012, p.30). Na mesma medida, quanto a seu valor estético, trata-se de dar lugar e passagem à atualização de teorias e práticas, para reconstruir os eixos de valores, as finalidades fundamentais das relações humanas nas atividades produtivas. Há um deslocamento de uma forma instituída de produzir ciência para uma forma inventiva, operando desde uma perspectiva esquizoanalítica, que busca romper com os paradigmas científicos para fazer passar todas as produções de subjetividades sob a égide de paradigmas ético-pragmáticos, ético estéticos (GUATTARI, 2012)

No que se refere ao cuidado em saúde mental coletiva de adolescentes e jovens, consideramos que quando nos aproximamos de suas vidas e realidades, com o intuito de ofertar práticas e intervenções, torna-se imperativo nos despirmos de olhares e pragmáticas que levem em consideração apenas os estratos do saber – enunciados e visibilidades – sobre estes sujeitos. Liberarmo-nos das pragmáticas que almejam fazer modular lógicas capturantes de suas vidas, que enquadram, docilizam seus corpos e que podem até mesmo matar seus corpos e suas ideias. Tais pragmáticas, oriundas de um biopoder e de uma necropolítica, podem estar muito presentes em nossos contextos de trabalho e de produção de conhecimento, sem nos darmos conta, como um tropeço que nos passa despercebido. É necessário escutar experiências, histórias e curiosidades, atentar-se às potências, aos fazeres e aos desejos dos sujeitos que estamos dispostos a cuidar, para dar lugar à novidade, à invenção, ao acontecimento que se torna ato de cuidado.

Podemos pensar que os agenciamentos que o paradigma estético propõe-se produzir, relacionam-se com o plano do fora, pois ele “é sempre uma abertura para o futuro, com o qual nada acaba, pois nada nunca começou – tudo apenas se metamorfoseia” (DELEUZE, 2001, p.97). São metamorfoses que produzem a heterogeneidade das práticas, dos pensamentos, das subjetividades, processo de devir.

Ao olhar para as memórias que estão marcadas pelos encontros com o bairro Roselândia, é possível transmitir o quanto na época foi preciso encarnar um devir-jovem, deixando-se contagiar com as vidas juvenis; e um devir-periferia, que ganhasse consistência para conhecer os territórios geográficos-existenciais de quem iniciava no grupo, esquecendo um pouco do lugar acadêmico que levávamos em nós. No encontro com estes jovens, eles acabaram por nos convocar a operarmos desde um paradigma estético sem nos darmos conta disso.

Neste sentido, percebemos que era necessário estarmos atentos ao que era produzido a cada encontro, com qual repertório de sensibilidade construíamos o grupo, com qual passadas produzíamos o andar pelo território. Tratava-se de ativar o plano do fora para se posicionar em plena batalha contra os enunciados e visibilidades acerca do que é ser jovem no bairro de rosas, era o desafio de resistência frente práticas de cuidado pautadas invisivelmente pelo biopoder.

Para Guattari (2012), a caosmose esquizo é um meio de apercepção das máquinas abstratas que funcionam transversalmente aos estratos heretogêneos. Logo, captar esta transversalidade – captar o não dito institucional –, deixar-se contagiar com o que a juventude daquele bairro narrava, bem como com seus movimentos de resistência frente ao tráfico, à violência e ao uso de drogas, era dar lugar para que as criações e as diferenças pudessem vir à tona.

A caosmose não oscila, então, mecanicamente entre zero e infinito, entre o ser e o nada, a ordem e a desordem: ela ressurgue e germina nos estados de coisas, nos corpos, nos focos autopoieticos que utiliza a título de suporte de desterritorialização. Trata-se aqui de um infinito de entidades virtuais infinitamente rico de possível, infinitamente enriquecível a partir de processos criadores. (GUATTARI, 2012, p. 129)

Um infinito rico de possível, de autopoiese de vidas e de processos criativos nasce a partir de desterritorializações, de zonas de turbulências nestas batalhas com as formas, com os estratos. Caosmose emerge a partir disto, como uma tentativa de dar espaço à constituição de um lugar, uma dobradura, um espaço possível para respirar e

viver. Dobrar a força é, na verdade, um gesto ao mesmo tempo ético e estético: constituir novos modos de existência e constituí-los como obras de arte (LEVY, 2011).

Após o “*Ocupa Praça*” – primeira intervenção estética do bairro – o grupo com os adolescentes e jovens continuou reunindo-se semanalmente, com o desejo de tecer ainda mais fios a cada encontro, o que conduziu às primeiras experiências de contato com o RAP e suas variações. Nos encontros que se sucederam, a poesia, a música e a rima foram protagonistas.

Uma das rimas, escrita pelo coletivo *REPlândia* ao longo do tempo desta experiência aqui narrada, inspira a perfuração dos territórios já instituídos quanto ao lugar dos adolescentes e jovens.

Atenção, estamos num momento delicado  
É preciso estar ligado,  
quais são os seus direitos que estão ameaçados?  
Políticos corruptos,  
leis desonestas  
Até parece que tá escrito trouxa em nossas testas  
Toda hora roubando,  
sem saber que o mundo está girando  
Nessa sociedade,  
deus eu vou levando,  
E vou cantando com as parcerias  
E criando umas rimas  
Sobre utopia e esperança  
Pensando nas crianças  
e no futuro da Comunidade Roselândia  
É Roselândia,  
não é cracolândia  
Reunião de amigos,  
somos a Replândia...  
somos Replândia!  
(Política – REPlândia)

Sabemos que o RAP, ritmo *and* poesia – no nosso caso, REPlândia, Ritmo e Poesia – é originário de territórios periféricos de Nova Iorque, principalmente no Bronx, e tem o propósito de construir espaços de expressão artística das populações negras e imigrantes, como forma de resistir aos cotidianos mortíferos que se estendem até hoje. Ele é composto por alguns elementos como *DJs*, *MCs*, *Graffiti*, *Breaks*, referindo-se à batida do som, a quem manuseia o microfone, as artes plásticas (pinturas nos muros das cidades) e a expressão corporal (dança), respectivamente (GRIOT, 2015)<sup>22</sup>. Ainda há um quinto elemento chamado de *conhecimento*, que o Dj Bambaata África, através da

---

<sup>22</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=VSHXBEdnXbk>, acessado em junho de 2020.

Organização Não-Governamental *Zulu Nation*, estabeleceu como forma de expandir a consciência e a informação das gangues estadunidenses, a partir de aulas, abordagens sobre saúde, ciências, matemáticas, economia, sociologia.

Este quinto elemento está muito associado à consciência dessas juventudes quanto aos seus lugares de fala e à posição que ocupam em seus territórios e no mundo. Podemos perceber isto através de letras de RAP e das batalhas de rimas, como no vídeo exibido aos jovens do projeto T.I.P.O Assim! sobre o Coletivo de Resistência Artística e Periférica (CORAP) de Santa Maria – RS, cujos jovens, em conjunto com o CAPS Ad Cia do Recomeço da cidade, organizaram uma oficina de expressão audiovisual e escreveram uma música de RAP intitulada Recomeço<sup>23</sup>:

Pra quem não me conhece  
Eu vou me apresentar  
Sou Mano Gaudério,  
tô chegando pra rimar  
Aqui estamos juntos construindo um dia melhor  
Mas penso nos irmãos que vejo ao redor  
Sentados na esquina,  
sempre com as minas,  
esticando umas carreiras de cocaína  
Essa é minha rotina,  
vi minha mãe chorando quando comecei a entupir o nariz  
E agora vem minha mina e me diz: o que eu vou fazer pra ser feliz?  
Pra ser feliz?  
Pra ser feliz?  
Sempre há oportunidade e um recomeço  
Tenha fé e foco e não tenha medo  
E a gente segue a luta,  
por uma nova trilha  
Com força de vontade e apoio da família  
CAPS ad dando a chance de uma nova vida,  
de uma nova vida!  
(Recomeço, 2013)

A consciência, como elemento constitutivo do RAP, está muito associada com a figura do Mestre de Cerimônia (*Mc*), pois é ele quem apresenta as letras de uma forma cantada, rimada e ritmada. É o *Mc* que, com o seu microfone, traz à tona as falas de inúmeros adolescentes e jovens, rimando sobre o cotidiano de seus territórios com a destreza de transformar a palavra em canto. O *Mc* teria o que Guattari (2012) chamaria de oralidade maquínica:

---

<sup>23</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=QoqESOeniJU>

Mas a oralidade ela fica sempre no cruzamento. Ela fala de boca cheia. É cheia de dentro e cheia de fora. Ao mesmo tempo complexidade em involução caótica e simplicidade em vias de complexificação infinita. Dança do caos e da complexidade. (GUATTARI, 2012, p.103)

Esta oralidade, a capacidade de um Mc transformar a sua palavra, o seu canto em um dispositivo coletivo e político, atravessa pelos estratos do saber e pelas relações de poder, como as intensidades do fora, o que produz batalhas, fluxos de existências vivas, dissipando subjetivações instituídas que disciplinam e excluem os territórios periféricos — uma dança do caos que transforma o cotidiano posto e se volta à invenção de subjetividades heterogêneas. Guattari comenta e valoriza a maquinação estética que se está a produzir a partir da cultura do RAP, indicando o quanto este movimento pode alavancar a ressingularização subjetiva, desviando de paradigmas e conceitos universais sobre o que é habitar um território periférico, o que significa ser jovem periférico, para dar espaço às bifurcações de existências dessas vidas juvenis.

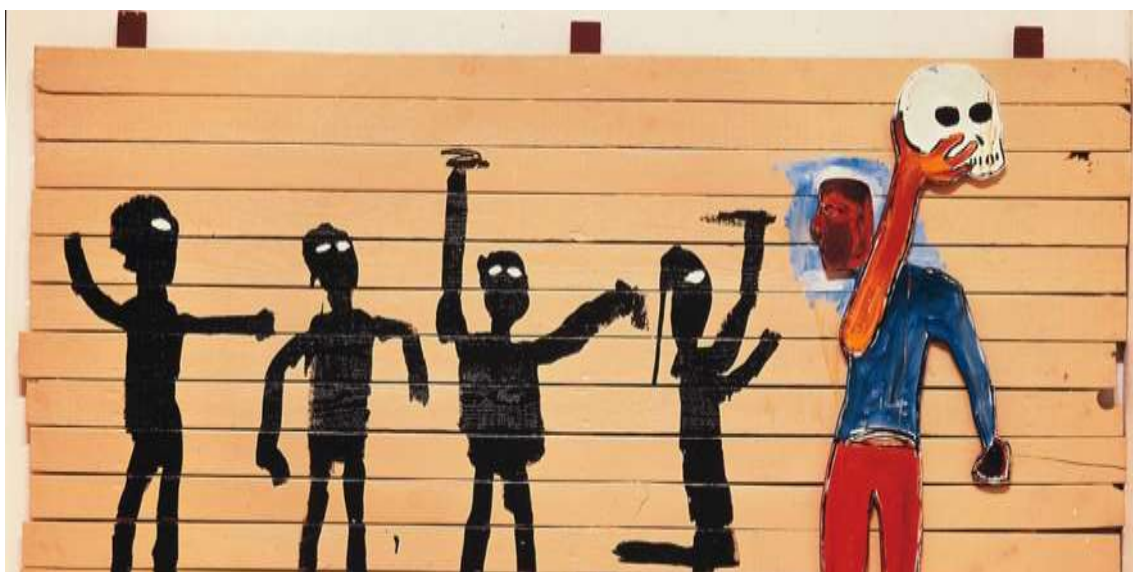
A oralidade, moralidade, ao se fazer maquínica, máquina estética e máquina molecular de guerra – que se pense atualmente na importância, para milhões de jovens, da cultura do rap – pode se tornar uma alavanca essencial da ressingularização subjetiva e gerar outros modos de sentir o mundo, uma nova face das coisas, e mesmo um rumo diferente dos acontecimentos. (GUATTARI, 2012, p.112)

Nesta mesma linha de ressingularização subjetiva, mas, também, de dança do caos, evocamos aqui as obras de arte e nas criações do artista plástico Jean Michel Basquiat (Nova York, 1960-1988). Sua obra retratava os ritmos, os sonhos e as vidas na cidade: do movimento hip hop ao punk, da aquarela ao pixo, do grafite a invenção do pseudônimo SAMO<sup>24</sup> para assinar as ruas das cidades. Sua arte, composta por críticas, frases políticas e enigmas, trouxe à tona a sua negritude, seu lugar de fala e sua posição de subalternidade em um mundo predominantemente branco, ou melhor, cuja normativa vigente é a da cor branca. O artista, filho de um haitiano com uma estadunidense de origem Porto-Riquenha, criado em bairros periféricos de Nova Iorque, utilizou suas ideias e sua arte para inscrever e fortalecer o lugar do povo negro pelas ruas e paredes da cidade. Em 2018, em uma exposição cuja curadoria é do israelense José Mugarbi, colecionador de vários artistas, Basquiat teve mais de oitenta de suas obras

---

<sup>24</sup> Sigla que assinava com seu cúmplice nas paredes da cidade *SameOldShit* – “a mesma merda de sempre”.

apresentadas, dentre elas, “Procissão (1986): os negros e o ideal de homem branco”, como é retratada a seguir:



A obra de Basquiat desperta e aguça o olhar do espectador diante do lugar previsto e programado para o negro na sociedade, em luta e resistência frente ao ideal de homem branco, que é a normativa vigente. O artista coloca em questão a posição de subalternidade: os povos não deixam de utilizar de suas armas e artimanhas para criarem improvisos e demarcarem sua resistência, sua luta, sua vida, tal como pinta em Procissão.

Assim como Basquiat (2018), que encontrou inspiração e retratou músicos de jazz, pugilistas e heróis negros revolucionários para resistir e inventar um lugar de “plenos possíveis” (PELBART, 2003), em uma sociedade onde a arte é privilégio, Sérgio Vaz, poeta periférico e narrador das vidas lokas e do povaréu, em seu Manifesto da Antropofagia Periférica (2008), escreve: “A arte que liberta não pode vir da mão de quem escraviza”. O poeta, da zona sul de São Paulo, também demarca o seu lugar de fala e sua posição marginal através de seus escritos e experiências com as quais a poesia é protagonista no bairro afastado, periférico, em lugares onde as juventudes “nômades” circulam, como os Saraus da COOPERIFA. Sarau de poesia, onde “vomitam-se versos na calçada, fica-se com o zóio vermelho de tanto ler e embriaga-se de literatura” (VAZ, 2011). Sarau inventivo, acessível, crítico. Produções estéticas que vão sendo construídas nestes territórios geográficos e existenciais como uma afirmação poética de vida,



autopoiéses, dobraduras diante do horror de uma sociedade regulamentadora da vida, capturante das diferenças.

O horror relacionado aos adolescentes e jovens de contextos sociais vulneráveis – representado por todas as discursividades e tecnologias hegemônicas de captura de subjetividade – é instalado em nossas cidades, onde as juventudes são fadadas sobretudo ao fracasso, à evasão escolar, ao tráfico, à violência. É preciso corpo e abertura para trabalhar com estes jovens, para ouvir narratividades sobre a sua vida, a sua cidade e o seu bairro, o seu lugar de fala. É preciso corpo e abertura, para dar passagem a outras metamodelizações – caosmose esquizo, a indicar que “o mundo só se constitui com a condição de ser habitado por um ponto umbilical de desconstrução, de destotalização e de desterritorialização, a partir do qual se encarna uma posicionalidade subjetiva”. (GUATTARI, 2012. p. 94) Operar a desterritorialização no campo da saúde mental coletiva, a partir da escuta e intervenção, é fundamental, se quisermos olhar para as juventudes de nossas cidades e produzir uma outra subjetividade com estes jovens, produzir acontecimentos e experiências autopoiéticas de cuidado.

Neste sentido, os jovens do bairro de rosas indicaram caminhos relacionados à arte, à expressão corporal, criando rimas e poesias, para inventar outras existências em seus territórios, dando outros sentidos à sua própria juventude e ao seu bairro. “Um conceito só vale pela vida que lhe é dada pois ele tem menos por função guiar a representação e a ação do que catalisar os universos de referência que configuram um campo pragmático”, afirma Guattari (2012, p. 177). Seguindo essa afirmação, junto com os jovens, nós, acadêmicos e representantes da instituição saúde e de toda uma parafernália estatal de controle e capitalista, experimentamos uma viagem por terras distantes – ao mesmo tempo tão próximas e assustadoras, mas que, silenciadas em seus discursos, diminuem de tamanho a tal ponto que se tornam invisíveis. Uma viagem por terras nas quais descobrimos que nossos conceitos, quando em campo, na batalha da vida, só irão valer caso se agenciem com o acontecimento que é o encontro com aqueles que cuidamos.

Foto 6



Arquivo Pessoal.

**Foto 7**



Arquivo pessoal.

## 8 – O seu olhar melhora o meu: entre olhares, cozinhas e pipas

O seu olhar lá fora,  
O seu olhar no céu  
O seu olhar demora  
O seu olhar no meu.  
O seu olhar  
seu olhar,  
melhora,  
melhora o meu...

(O seu olhar – Arnaldo Antunes)

Neste último capítulo que encerra as narrativas, traremos a história de um bairro que tinha fome de empinar pipas. O diálogo com este bairro, sua rede intersetorial, sobretudo com as escolas, foi difícil no início. Até mesmo para a constituição dos grupos do projeto neste território, em comparação com os outros, demorou-se um pouco mais em virtude da resistência de alguns serviços em conversar e debater práticas de cuidado com a adolescência e juventude. Houve mesmo um momento, em uma das escolas estaduais de ensino médio do bairro, em que uma coordenadora pedagógica nos relatou que, se algum adolescente ou jovem estivesse na escola de boné, com a camiseta do Bob Marley ou com alguma pulseirinha que tivesse as cores do *reggae*, o mesmo advertido disso e lhe solicitado que não voltasse mais à escola com tal vestimenta ou estilo. Segundo esta pedagoga, os jovens de hoje só querem fumar maconha, pular muros e envolver-se com o tráfico de drogas. Lancetti (2015) diria que, por meio da instituição escola, esta coordenadora padecia de um sintoma social chamado *contrafissura*, do qual trataremos mais adiante.

Com este discurso posto, foi difícil o contato na sequência com esta escola. Ao continuar a percorrer o bairro fomos conversar com outra escola, desta vez municipal. Segundo a narrativa hegemônica da cidade, tratava-se, igualmente, de uma escola com muita violência, com adolescentes e jovens em uso de drogas e envolvimento com o tráfico. O bairro que empinava pipas e que tinha fome era marcado por grandes alagamentos – na época das chuvas, e quando isso acontecia, em muitas regiões do bairro os moradores ficavam sob as águas, tendo que se deslocar às instituições que

então realizavam retaguarda, como o CRAS, a URAS e algumas escolas que forneciam seus ginásios para abrigo dessas famílias.

A arquitetura da escola municipal chegava a provocar mal estar. Era uma escola toda gradeada: grades para entrar na escola, para ter acesso à sala dos professores, ao laboratório de informática, ao ginásio, ao pátio, ao auditório... grades por todos os lados. Tantas grades que tornavam sua atmosfera muito próxima dos “antigos” manicômios, estilo Hospital Psiquiátrico São Pedro, ou a qualquer sistema penitenciário. Porém, em contraponto a isto, havia muito, muito barulho, tanto dos pré-adolescentes quanto dos adolescentes e jovens, gritos e correrias. Era uma escola que tinha séries do quinto ao nono ano do ensino fundamental. Havia muitos alunos repetentes, alunos que evadiam da escola mas sempre estavam retornando; afinal, era um dos únicos locais daquele bairro em quem os adolescentes e jovens podiam se encontrar.

Com o tempo, descobriríamos que atrás desta escola, no mesmo terreno, havia o NUTRIR, espaço da secretaria municipal de saúde criado por profissionais da nutrição em parceria com a saúde mental. Em um outro momento da história deste bairro, o NUTRIR cuidara da infância desnutrida, ofertava oficinas de culinária e um espaço também de retaguarda para a época das enchentes que assolavam o bairro. Alguns dos adolescentes e jovens que começariam a participar do projeto T.I.P.O Assim! iriam nos contar que haviam sido crianças cuidadas pelo NUTRIR.

Os primeiros encontros do projeto T.I.P.O Assim! com os adolescentes do bairro das pipas iniciaram-se, então, nesta escola municipal. O grupo ocorria no turno da manhã. Os adolescentes que participavam estudavam à tarde, mas também alguns jovens que estudavam pela manhã e, segundo a escola, eram difíceis de lidar e tinham suas famílias envolvidas com o tráfico de drogas, eram liberados das aulas para participarem do grupo. Era uma história conhecida, um sintoma social recorrente, a ideia de que um projeto viria “salvar” a vida destes jovens. O que apostávamos mesmo, como projeto, era de que era preciso ouvir a narrativa destes adolescentes para transformá-las em experiências.

Os encontros tiveram início em uma sala de aula e, a cada vez, tentávamos junto com estes adolescentes tecer o fio da meada, o fio que entrelaçava e transversalizava o grupo. Vale contar aqui que, a cada dia da semana, a direção da escola nos ofertava uma sala diferente para a realização do grupo, o que dificultava o movimento de pertencimento do projeto e dos adolescentes àquela escola.

Em certo encontro, um dos adolescentes trouxe para o grupo o desejo de cozinhar, e, com isso, retoma a história de sua infância no NUTRIR. O curioso era que, em um grupo de dez a quinze jovens, a maioria deles compartilhava da história de ter frequentado o NUTRIR. Logo, por um pedido daqueles adolescentes, deslocamos o grupo da escola para o espaço NUTRIR, situado no mesmo terreno da escola. O fio condutor do grupo tornou-se o *cozinhar*.

O desejo por cozinhar foi algo que nos surpreendeu tanto como coordenadoras do grupo quanto como à toda a equipe do projeto T.I.P.O Assim!. Confesso que, quando estes jovens trouxeram o cozinhar para a roda, fiquei surpreendida e feliz. Na minha profissão de base, a terapia ocupacional, o ato de cozinhar diz de um processo que pode ser muito significativo para alguns sujeitos e, é uma atividade de vida diária (AVD) que pode estar comprometida quando estes padecem de alguma doença ou algum sofrimento.

Isto quer dizer, poder retomar, na realização de uma atividade – no exemplo: trocar de roupa, uma atividade cotidiana, tão cara aos terapeutas ocupacionais –, uma série de noções compartilhadas e regramentos sociais automatizados que podem e necessitam – em função de um acontecimento – ser colocados em questão. Não para contradizê-los, mas dizê-los, pela primeira vez numa repetição: a atividade não vai ser inventada originalmente ali, mas vai ser reinventada na medida em que resiste a uma naturalização, que não tem a ver com oposição, mas com encontrar um modo de se fazer. (INFORSATO, 2011, p.933)

No caso dos adolescentes e jovens em questão, não havia um adoecimento ou sofrimento aparentes, não havia algo que os impossibilitasse fisicamente de cozinhar, mas foi preciso problematizar o cozinhar, colocá-lo em questão: como começaríamos a fazer esta atividade? em qual local? que outros atores poderiam ou não nos ofertar um apoio? quais receitas cada adolescente sabia fazer e poderia ensinar ao grupo? e, finalmente, por que a fome era protagonista na história daquele bairro? Não se tratava de uma opor-se à realização desta atividade, mas encontrar um outro modo de fazê-la, colocar-se em questão, um modo que pudesse dizer deste coletivo que estava se constituindo naquele território, um modo singular que atravessasse aquele grupo.

Os processos de ação em terapia ocupacional social tornam-se espaços sociais de negociação cultural e relacional, de produção ou de facilitação de participação da pessoa na vida coletiva, na elaboração de projetos de vida e no sentimento de pertencimento e não podem ser compreendidos através de separações e disjunções. (BARROS, 2004, p.32)

Fomos construindo acordos a estabelecer entre o grupo, como o de que o acontecimento do cozinhar se daria no espaço do NUTRIR; que a cada semana um/a participante ficaria com a incumbência de sugerir uma receita que fizesse parte de seu cotidiano; e a cada vez nos dividiríamos como grupo – preparar alimentos, colocar a mão na massa, lavar a louça – e que estaríamos dispostos a contribuir com ingredientes que estivessem ao alcance de cada um/a. A invenção deste ato de cozinhar só contribuiu para o estabelecimento e o fortalecimento do vínculo entre coordenadoras-terapeutas-adolescentes. Com efeito, as atividades do cotidiano podem potencializar a criação do vínculo e da relação de confiança, visto que “há o investimento no “estar” junto das duas partes na relação” (LOPES et al, 2011, p.236).

Era inusitado o desejo de cozinhar, mas, ao mesmo tempo, era um desejo que dizia muito sobre a história daquele território. Famílias padeciam de fome quando as enchentes chegavam em razão de que perdiam tudo com a água das chuvas. A luta por um alimento era condição de sobrevivência para muitos daqueles adolescentes e suas famílias. Era uma forma daquele bairro lutar por algo que os tornava comum, comunidade. O cozinhar que atravessava estes adolescentes tornou-se um ato que transpassava as suas vidas e um disparador para suas conversas, narrativas, cenas e desabafos.

Este grupo, com o passar do tempo e do andamento do projeto, viria a se tornar *Bonde das Delícias*. Era um bonde com gosto e sabor de empinar pipas, um bonde que nos narraria muito sobre o uso de drogas e o tráfico de drogas do bairro. Era um bonde que levava, entre seus participantes, um com a vida no fio da navalha, equilibrando-se em sua bicicleta, entre vida e morte, nas ruas daquele bairro, ameaçado pela facção do tráfico por conta da dívida contraída por seu irmão, envolvido em uso abusivo de drogas. O adolescente, literalmente, equilibrava-se de bicicleta por entre as ruas daquele bairro entre a vida e a morte, ziguezagueando os seus roteiros de fuga em meio às ruas, casas, becos e poças de água.

A cada semana, preparávamos o que faríamos na semana seguinte, como delícia a ser compartilhada e saboreada no coletivo. Havia o esforço e o desejo em cada participante e nos coordenadores do grupo em compartilhar o que cada um pudesse levar para cozinhar. Com o tempo conseguiríamos subsídios da secretaria municipal de saúde para os alimentos: sanduíches, bolos, cupcakes, cafés, chimarrão, pizzas, pastéis, pipocas, carreteiros. Eram alimentos compartilhados em piqueniques, almoços, cines T.I.P.O Assim!, receitas sugeridas por cada um dos adolescentes e jovens.

Em uma das atividades programadas, os adolescentes organizaram um Cine T.I.P.O Assim! com pipoca, café e chimarrão. Solicitaram-nos para assistir um filme que abordasse a temática central do projeto – o uso de drogas, a redução de danos, a clínica ampliada –, estavam querendo conversar sobre isto. Então, programamos que seria o Cine T.I.P.O Assim! em “*O Bicho de Sete Cabeças*”.

Este filme conta a história de Neto<sup>25</sup>, um jovem que curti andar de skate, puxar muros, estar com os amigos, namorar; um jovem vivendo as descobertas e experimentações para a sua idade. Quando os pais de Neto encontram um baseado em suas coisas, a *contrafissura* (LANCETTI, 2015) tornou-se protagonista – eles desesperam pela resolução do “problema” –, e ambos foram logo tomando medidas drásticas, que causariam traumas inenarráveis na vida de Neto. Medidas desesperadas culminaram em uma desesperada internação em um hospital psiquiátrico.

Esse fenômeno de desespero, de fúria por resolver imediatamente, se manifesta na prática de internações forçadas muitas vezes de adolescentes que tiveram seu primeiro contato com alguma droga ilegal. A esse afã por resolver imediatamente e de modo simplificado problemas de tamanha complexidade chamamos contrafissura. (LANCETTI, 2015, p.30)

Contrafissura era o sintoma social de que tanto os pais de Neto no filme, quanto, por exemplo, a coordenadora pedagógica da escola narrada acima padeciam. É um sintoma social que ronda a todos nós, exigindo soluções imediatistas, fáceis e rápidas – um sintoma totalmente atravessado pelo modo capitalístico que vivemos.

Para Lancetti (2015), é sintoma oriundo campanhas tanto alarmistas quanto preventivas contra as drogas. Campanhas alarmistas, empreendem uma guerra sempre fracassada às drogas, erigindo-a como o centro do problema quando não passa de uma substância inerte – os problemas decorrem do tipo de relações que as pessoas estabelecem com ela e das relações de poder que vão sendo estabelecidas neste campo em disputa. Campanhas preventivas identificam o uso de drogas a doença, culpa, incapacidade, falta de “Deus no coração”. Baseiam-se em palestras com alto teor moralistas, na maioria das vezes, proferidas por pastores ou policiais. Deslocando o tema da saúde para o da segurança e da religião e vice-versa.

---

25 O filme narra a história verdadeira de Austregésilo Carrano Bueno e é baseado em seu livro “O Canto dos Malditos”. Austregésilo Carrano foi um grande ativista e militante da luta antimanicomial.



A contrafissura como sintoma, causada em virtude de uma forte investida em campanhas alarmistas e preventivas, sempre com a marca do proibicionismo, demarca a iatrogenia e a institucionalização do cuidado em saúde para usuários de drogas. E em seu rol de tratamento, a contrafissura estabelece a internação hospitalar, a comunidade terapêutica como espaços ditos de cuidados para os usuários de drogas. “Reforça a ideia de que um usuário de drogas é um sujeito sem subjetividade que precisa ser sequestrado e reprogramado segundo procedimentos baseados na abstinência prolongada ou na reengenharia da vida” (LANCETTI, 2015, p.34).

Tal lógica acaba por fortalecer a percepção tanto das drogas como do seu tráfico como um problema social causado pela pobreza e pelos territórios periféricos, Leva à criminalização da pobreza, a reforçar que há apenas tráfico, violência e uso de drogas em bairros afastados da cidade e que isto só pode ser combatido com forte presença policial nestes territórios. O Estado assim atua para encarcerar e matar as vidas destes jovens e suas famílias, seja com ações policiais, seja com a pobreza nos investimentos em saúde, educação e assistência social.

Neste sentido, podemos enxergar os estratos do saber no que tange às suas visibilidades sobre os drogados, os traficantes, os manicômios, as comunidades terapêuticas, as prisões; e também aos seus enunciados, conduzidos a discursar quanto às práticas e técnicas de cuidado e retenção deste mal (a droga) via psiquiatria, religião e sistema jurídico-presidiário. Da mesma forma, tais visibilidades e enunciados são embalados e atravessados pelas relações de poder, em suas estratégias de controle estabelecidas por meio de intervenções estatais que operam para o assassinato tanto subjetivo quanto físico de corpos periféricos.

Logo, a ideia de focar o tratamento em uma substância não é somente equivocada, ela também “serve como álibi para a criação de novos territórios de estado de exceção” (LANCETTI, 2015, p.37). Acrescentaria que, para além de focar o tratamento em uma substância, o Estado foca o problema do tráfico e do uso de drogas em apenas um território, o de periferia. Corrobora, dessa forma, a periferia como centro do problema que precisa ser combatido, desmanchado, morto. “*Contrafissura*” é um sintoma social que insiste em tratar a questão das drogas como um “*bicho de sete cabeças*”. Sobre todas essas questões os jovens do *Bonde das Delícias* pediam para conversar, quando solicitaram organizar um Cine Pipoca.

O filme “*O Bicho de Sete Cabeças*” foi ousado para o seu tempo. Pela primeira vez na história do cinema nacional, discutia-se a luta antimanicomial, o cuidado em

saúde ofertado tanto para pessoas que usavam drogas quanto para as que padeciam de algum sofrimento psíquico. Ainda tratava-se de problematizar como percebemos a adolescência e juventude e suas questões, como sexualidade, uso de drogas, desejos, afetos e sonhos. Entretanto, Neto era um jovem branco, morador do subúrbio, que vivia com os pais e frequentava a escola. Carregava em sua história a marca de ser jovem e ser morador de um território periférico, mas em que ponto a história de Neto se diferenciava das histórias e das vidas destes jovens que eram maioria no grupo do *Bonde das Delícias*? Diferente de Neto, em sua maioria eram jovens negros os que participavam do projeto.

O filme “Libertem Angela Davis” nos deixa pistas para estudar sobre como a *interseccionalidade* nos auxilia a compreender os diferentes contextos, violências, dicotomias e estigmas a que estes jovens estão submetidos, sob a lógica de biopoder do Estado. Angela Davis, mulher, negra e feminista, professora de Filosofia nos Estados Unidos, perseguida e presa por ser comunista, traz, como contribuição para os estudos das ciências sociais e humanas, o conceito de interseccionalidade (DAVIS, 2016). A autora oferece subsídios para compreender o feminismo negro e o que significa ser mulher negra numa sociedade colonialista e capitalista – uma mulher que, na escravidão era explorada, por aspectos de ordem moral, sexual e trabalhista, sofrendo diferentes tipos de violência.

Logo, analisando diferentes processos sociais e lugares de fala e localizando os saberes, a autora, grande crítica do branqueamento da produção do conhecimento e de uma esquerda mais ortodoxa, chama a atenção para a necessidade de perceber e compreender, não apenas a classe social, mas as intersecções de raça, classe e gênero em nossos estudos e práticas. Podemos compreender essas intersecções como vias que se cruzam sem sobrepôr, problematizando e contextualizando sujeitos e territórios. Há que se perceber que não se tem hegemonia de uma categoria sobre a outra.

Neste sentido, a partir da exibição do filme, questões e histórias vieram à tona: o tráfico de drogas no bairro das pipas; a prisão do irmão de um dos participantes, por seu envolvimento com o tráfico e por estar devendo aos traficantes... Batidas policiais, “atracos”, “paredões”, socos, pontapés, ameaças de morte tanto da polícia quanto dos traficantes, eram vivências cotidianas para os participantes do grupo. Também a ameaça constante de um encarceramento de suas juventudes, muitas vezes apenas por estarem caminhando na rua com outros amigos, era presente em seus dias.

Lancetti (2015) afirma que a contrafissura é uma paixão propriamente capitalística. Como uma alma, atravessa todos os territórios de existência e não se manifesta exclusivamente nos proibicionistas. Todos estamos nela como habitantes e habitados pela sociedade de controle. Todos somos vítimas deste sintoma social. Podemos perceber isso tanto na fala da coordenadora pedagógica da primeira escola visitada, como na acolhida da segunda escola ao projeto, na ideia de que viria salvar estes jovens considerados problemáticos e drogados; tanto na narrativa do filme e na condução dos pais de Neto quanto ao uso de drogas do seu filho; e, ainda nestas narrativas juvenis que revelam o quão é difícil ser jovem em um território periférico, estar na corda bamba do curto-circuito do tráfico de drogas, ser abordado e violentado pela polícia, pela escola e por serviços de saúde.

Mas, como podemos lidar com este sintoma que insiste em capturar subjetividades, invenções, criações e desejos destes adolescentes? Como tornar disponíveis espaços como o do projeto T.I.P.O Assim!, em que seja possível respirar, acolher, escutar, estar e fazer juntos? Como lidar com a contrafissura que nos habita?

Em uma certa manhã de encontro do grupo Bonde das Delícias, os jovens começaram a nos narrar histórias sobre o tráfico de drogas, a sua organização, o papel que cada um poderia ocupar neste negócio, nesta empresa. Havia a figura do aviãozinho, os meninos responsáveis por fazerem as entregas das drogas; a figura do vigia, que ficava à espreita na comunidade, cuidando todos os passos dos moradores e da polícia; e a figura do traficante, espécie de pessoa que detinha o poder maior nesta organização, mas que, ao mesmo tempo, aparentemente era um homem comum, pai da família, vivendo em sua casa. Quem mais sofria e se expunha aos riscos eram os aviãozinhos, estes mesmos meninos que tinham suas vidas em uma corda bamba, vidas de equilibristas, vidas tecidas por um fio muito próximo da morte – morte subjetiva, física, ancestral, familiar.

Os jovens do Bonde contaram ainda que, quando o tráfico dava uma trégua, quando a polícia não estava com presença e intervenção tão frequentes, a paisagem daquele bairro começava a encher-se de pipas voando pelos ares. Empinava-se pipas, deixando-se levar pelo vento, para demarcar que o clima estava mais tranquilo, fluido, leve. Desta forma, o Bonde disparou o desejo por confeccionar pipas em um dos nossos encontros. Disseram que após cozinarmos o alimento elegido para tal manhã, poderiam criar suas pipas e empiná-las no pátio do NUTRIR. Seria uma forma destas vidas juvenis lidarem com a contrafissura, com o biopoder e com a necropolítica, com este

sentimento de imediatez que atravessava suas vidas seja na escola, no bairro, no tráfico? A pipa parecia desejar voar, macia e leve, uma linha de fuga a cortar o que era estrato e estratégia de morte.

Os jovens do Bonde das Delícias, repletos de narrativas e desejos, mostraram-nos aspectos transversais em suas histórias de vidas – escola, cozinhar, Nutrir, pipas. Como grupo, conseguiram construir espaços e momentos de fala, de escuta, de criação, de invenção. Nós, como terapeutas e coordenadoras dos grupos, fomos apenas sendo guiadas por eles, auxiliando-os na constituição dos processos. Seus olhares demorados acabaram por melhorar os nossos olhares. Os jovens transformaram nossos olhares muitas vezes contrafissurados, quando nos possibilitaram perceber pipas no céu e as suas vidas poéticas desejosas de voar.

Novamente, operou-se desde um paradigma estético, a partir de atos criativos e atividades com sentidos para estes jovens e suas histórias. O limiar decisivo de constituição desse “novo paradigma estético reside na aptidão desses processos de criação para se auto-afirmar como fonte existencial, como máquina autopoietica” (GUATTARI, 2012, p.121). São processos de criação imbuídos de experiências que escapam às modelizações normativas, mas que contribuem para adaptar seus cotidianos, agenciar singularidades e mutações em seus dias. Chama-se a criatividade no cuidado terapêutico, acolhendo a diferença como produção de subjetividade.

A subjetividade não será uma interioridade fechada sobre si mesma e contraposta à margem que lhe é exterior, feito uma cápsula hermética flutuando num Fora indeterminado. Ela será uma inflexão do próprio Fora, uma Dobra do Fora. (PELBART, 2009, p.119)

É uma subjetividade que não se quer cristalizada e normatizada; pelo contrário, trata-se de uma subjetividade que se deseja o móvel, composta por descobertas e criatividade. É uma subjetividade que se dobra ao realizar o curvamento do Fora, para que seja possível viver, cuidar de si, afetar-se pelo outro e por si. Constitui a dobra, a invaginação, como autopoiese de vida.

Estarmos atentos e ligados nestes movimentos juvenis que ativam o plano do fora, seus devires e processos criativos, é importante o encontro com o respirar, o dançar, o cozinhar, o cantar, o rimar e o empinar pipas. Exige disposição para mesclar nossas práticas profissionais, reais e imaginários, com movimentos de aberturas ao

inesperado, a composições de vidas de quem estamos nos destinando ao cuidado. É preciso uma alteridade no cuidado.

Será necessária a abertura aos encontros de afecção, será necessário encontrar-se com o outro. A exclusão da alteridade é a exclusão do cuidado. Não é possível cuidar sem expor-se ao outro: uma educação do cuidado é uma educação da alteridade. Para corporizar a alteridade, há a necessidade de um compromisso com o outro. (CECCIM & PALOMBINI, 2009, p.309)

A criança, escreve Deleuze (1997), não pára de dizer o que faz ou tenta fazer: explorar os meios, por trajetos dinâmicos, e traçar o mapa correspondente, mapa que é: essencial à atividade psíquica. É preciso deixar que o devir-criança se manifeste em nós para que este cuidado possa ser cartografado com as adolescências e juventudes e, que seja da ordem da descoberta, da invenção, da experimentação. Como o vento que empina as pipas.

Foto 8



Arquivo Pessoal.

## **9 – Pedras, rimas e pipas: algumas notas finais para o cuidado em saúde mental coletiva à adolescência e juventude periférica**

A necessidade é tal que daqui a pouco inúmeros educadores vão se revelar. Eles existem. Estão um pouco desamparados no momento. Entendiam-se tanto que se poderia pensar que são imorais e antissociais. (DELIGNY, 2018, p.123-124)

Sérgio Vaz, poeta periférico, narrador das *vidas lokas* nas quebradas do povaréu e de encontros com céu, sol, sorrisos e com a poesia e sua capacidade de revolucionar cotidianos, escreve que “as pedras não falam, mas quebram vidraças” (VAZ, 2013, p.26). Sua escrita traz à memória o bairro onde os jovens apedrejaram uma instituição para serem ouvidos, para exercerem o direito à dança, ao corpo, ao funk. São pedras no meio do caminho. As pedras tensionam cotidianamente a vida e fazem ouvir e falar.

GOG, rapper, poeta e Mc – acompanhado por outro poeta e cantor da Música Popular Brasileira, Zeca Baleiro – canta o peso da palavra. São palavras que completam, apertam, acertam e libertam. Palavras musicadas e cantadas, que têm a altura exata que o pensamento alcança. Os pesos da palavra são muito bem conhecidos por adolescentes e jovens que desejaram narrar suas vidas, realidades, potências e criações a partir da música, do RAP, da batalha, do encontro, em uma REPlândia bem brasileira e repleta de rosas, versos e poesias nas calçadas.

Concomitante a isso, em um bairro que tinha fome de empinar pipas, adolescentes e jovens narravam seus desejos, medos em torno ao tráfico e à violência, por meio do alimento, da cozinha e do empinar pipas. Cozinhar e empinar pipas diziam de um respiros possíveis no bairro, momentos fluidos e tranquilos. Eram momentos em que tinham segurança para estar nas ruas, nas casas uns dos outros, nos encontros. Pipas subiam aos céus, possibilitando que sonhos pudessem ser sonhados a partir de voos poéticos e plenos de vidas. Sem fome, recheados por voos e poesias.

É pelo que estas cenas convocam – poesias, criações e invenções, a partir dos encontros vividos junto com os adolescentes e jovens – que se justifica a importância das narrativas juvenis, dessas vidas juvenis periféricas, marcadas pelo estado de

biopoder e por uma necropolítica da vida. O percurso traçado até aqui que desdobra-se e desdobrou-se cotidianamente em meu fazer terapêutico<sup>26</sup>.

Desde o início da gestação desta dissertação – vividos em momentos de espera, trabalho no CAPS AD III, leitura, gravidez, qualificação, bebê, licença maternidade, saída do trabalho, mudança geográfica, subjetiva, perdas, caminhos novos a serem traçados –, o desejo e a intenção deste trabalho sempre foi o de problematizar pensamentos, práticas e atos terapêuticos capazes de se contagiar com as experiências e invenções juvenis periféricas em contextos da saúde mental coletiva.

Os encontros que se produziram com adolescentes e jovens me trouxeram para este pesquisar. Encontros nas escolas, na assistência social, nos bairros, nas ruas, em suas casas, à medida que foram acontecendo, traziam inquietações quanto ao nosso preparo como profissionais da saúde ou da educação para estarmos juntos com estes jovens de periferia. Inquietava-me a experimentação possibilitada por essas intervenções junto aos jovens, de maneira a lançar-me em direções até então não inventadas em minha trajetória de cuidadora da saúde.

O universo é para ser experimentado e vivido. Crescer não é uma direção e sentido; é invenção de direções e sentidos. Desenvolver-se não é amadurecer e ficar adulto; é detectar potências de vida e dar-lhes existência. A criança sabe que a vida não é somente biológica e que a comunicação não é só pela palavra. A vida envolve múltiplos circuitos de conexão e múltiplas semióticas. (CECCIM & PALOMBINI, 2009, p. 308)

A constituição dos grupos em cada território, os seus acontecimentos, produziram deslocamentos de terapeutas-profissionais-adolescentes-jovens em devires – devir juvenil, devir urbano, devir periferia, devir Mc, devir gourmet, devir poeta, devir pipas. Apreendemos com os adolescentes e jovens o que era preciso e precioso no cuidado em saúde mental coletiva: estar junto, ouvir as histórias e narrativas acerca de

---

<sup>26</sup> Desdobrou-se, pois, a partir desta experiência com o projeto T.I.P.O Assim!, meu olhar e fazer como terapeuta ocupacional, estando em um CAPS AD III da cidade de Porto Alegre – RS, atentou-se para o lugar da adolescência e juventude no tocante ao cuidado em saúde mental coletiva. Adolescência e juventude entrelaçadas com o curto circuito tráfico-drogas-uso-violência. Cuidados que, muitas vezes, estão fragilizados e mesmo inexistentes nestes serviços, justificados por uma falta de formação ou preparo por parte dos trabalhadores e trabalhadoras para lidar com adolescentes e jovens. Fragilidades que gestaria e daria à luz um outro projeto, agora na zona norte de Porto Alegre, chamado projeto R.I.S.C.A.R – com o intuito de a partir da arte e do audiovisual ofertar espaços de escutar, fazer e produção de vida à adolescência e juventude. Projeto em que estes jovens grafitariam os muros do CAPS i da zona norte, conforme a Foto 8.



seus bairros, de suas experiências, dar sustento à transformação dos desejos em atos criativos.

Ao cartografar cada bairro e cada coletivo, lançando mão de mapas vivos, mapas de territórios, afetos, desejos, fomos dando corpo, junto com estes adolescentes à marca do projeto T.I.P.O Assim! na cidade. Tal como o jogo do rabisco proposto por Winnicott (1984), em que a criança não desenha só, mas o terapeuta se lança com ela em um jogo de desenhar, também nós nos lançamos junto com os jovens em desenhos pela vida.

Em nosso caso, era necessário lançar-se junto com a adolescência e juventude em seus bairros, escolas, trajetos, cidade. Era preciso descobrir suas músicas, gostos, sabores, danças, corpos, pipas, por uma ética da delicadeza (VINCENTIN, 2006) na atenção e cuidado destes adolescentes e jovens. A delicadeza, conforme refere Vincentin (2006, 1997) diz do respeito à condição peculiar da criança e do jovem: de crescimento, de constituição dos seus territórios e de seus mundos: respeito à sua diferença.

Assim, nestas considerações em processo, supostamente finais, desta escrita-experiência-dissertação, pensamos em notas necessárias para um cuidado em saúde mental coletiva com estes meninos que sentem metros<sup>27</sup>. São notas éticas, (po)éticas, notas experimentadas em um trabalho vivo com a adolescência e juventude, transformadas em danças, raps, poesias, sabores e pipas.

Essas notas trazem o tripé humano – artista, operário e revolucionário (DELIGNY, 2018, p.114) – para a cena e nos deslocam de nossos lugares cristalizados de terapeutas e trabalhadores da saúde mental. Esse tripé nos possibilita operar desde um paradigma estético – *aracnianos em caosmose*, ativando o plano do fora, estando em constante devir e curvando-se em invaginações para tornar possível respirar e sonhar junto com estes adolescentes e jovens.

Meio poetas, meio pintores, meio cantalorantes de belas músicas, meio intérpretes, exibidores de si mesmos e de marionetes, honestos com o instante, chupadores de certezas e cuspidores de questões, película viva à flor da sociedade, incontestavelmente inadaptados, inquietos com sua vagabundagem e pacientes como empalhadores de cadeiras – aí estão os companheiros de que as crianças precisam. (DELIGNY, 2018, p.124)

---

<sup>27</sup> Em alusão à poesia *Menimelímetros*, de Luz Ribeiro: “e quanto mais retinto o menino, mais fácil de ser extinto, seus centímetros não suportam nove milímetros, esses meninos sentem metros!”.

Deligny falará em educadores de presença leve, provocadores de alegria, sempre prontos a remodelar bolas de argila. São educadores à espera de serem revelados. E por que não terapeutas de presença leve e provocadores de alegria? Terapeutas maravilhados pela adolescência e juventude em revelação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)*. Tradução Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. Tradução de Iraci D. Poleti. Segunda edição, São Paulo: Boitempo, 2004 (Estado de sítio)

ANDRÉ, S.A1-B.; BASILE, O. *Fábrica de mundos*. Ferramentas conceituais para o tratamento das psicoses infantis. In: FERNANDES, M.I. et al (Org.). *Tecendo a rede*. Taubaté: Cabral Ed., 1999.

ARIÈS, P. (1979). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAPTISTA, Luis Antonio dos Santos. *A fábula do garoto que quanto mais falava sumia sem deixar vestígios: cidade, cotidiano e poder*. In: MACIEL, Ira Maria. (Org.). *Psicologia e educação: novos caminhos para a formação*. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2001. v. 1.

BARROS, D.D. *Terapia Ocupacional social: o caminho se faz ao caminhar*. Ver.Ter.Ocup.Univ.São Paulo. v.13.n.3;p.90-7, set./dez., 2004.

BASQUIAT, Jean-Michel. *Obras da Coleção Mugrabi*. Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) – Ministério da Cultura, 2018.

BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In *Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura – Obras escolhidas*. 3. ed. v.1. São Paulo, SP: Brasiliense, 1987. p.197-221.

\_\_\_\_\_. *Desempacotando minha biblioteca*. In *Imagens de pensamento*. Lisboa: Assírio & Alvin, 2004.

\_\_\_\_\_. *Passagens*. Trad. de Irene Aron. Belo Horizonte/São Paulo: UFMG/Imprensa. Oficial, 2006. Letra H.

BERTOL, C.E., SOUZA, M. *Transgressões e Adolescência: Individualismo, Autonomia e Representações Identitárias*. *Psicologia Ciência e Profissão*, 2010, 30 (4), 824-839.

BRASIL. ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069 de 13 de junho de 1990.

\_\_\_\_\_. Resolução Nº 510 de 06 e 07 de abril de 2016. Do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que define as diretrizes e normas reguladoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, DF, abr 2016.

BRUM, Mário Sérgio Ignácio. *Memórias, identidades e silêncios: a História Local em sala de aula, trabalhada com diferentes gerações*. *Revista História Hoje*, v. 4, n 7, p. 313- 333, 2015.

BUENO, Austregésilo Carrano. *Canto dos Malditos*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. Trad. Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CECCIM, R. B. PALOMBINI, A.L. *Imagens da Infância, Devir-Criança e uma formulação à educação do cuidado*. *Psicologia e Sociedade*; 21(3): 301-312, 2009.

COIMBRA, C. C.; BOCCO, F.; NASCIMENTO, M. L. *Subvertendo o conceito de adolescência*. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 57, n. 1, p. 2-11, 2005.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. trad. Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, G. GUATTARI, F. *Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia*, v. 5, trad. Bras. Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Ed. 34, 1997.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

\_\_\_\_\_. *Conversações*. Tradução: Peter Pál Pelbart. – São Paulo: ED> 34, 1992.

\_\_\_\_\_. *Crítica e Clínica*. Tradução: Peter Pál Pelbart. – São Paulo: ED 34, 1997.

\_\_\_\_\_. *Nietzsche e a Filosofia*. Trad. Antonio Manuel Magalhães. Porto; RÈS-Editora, 2001.

DELIGNY, F. *O Aracniano e outros textos*. São Paulo:n-1 edições, 2015.

\_\_\_\_\_. *Os vagabundos eficazes*. Operários, artistas, revolucionários: educadores. Trad. Marlon Miguel. n-1 edições, 2018.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

\_\_\_\_\_. A vida dos homens infames. Estratégia, poder-saber. In *Ditos e escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. p.203-222.

\_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Tradução Maria Ermantina Galvão. Segunda edição – São Paulo: Editora WMF Martins fontes, 2010.

FUCHS, Eduardo, Colecionador e historiador. In *Walter Benjamin, o anjo da história*. Org. e trad. João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

GUATTARI, Félix. *Caosmose. Um novo paradigma estético*. São Paulo: Editora 32, 2012.

GODDARD, J-C. Brazuca negão e sebento. Trad. Karai Mirim – São Paulo: n-1 edições, 2017.

GROSGOUEL, Ramón. *A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI*. Revista Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, Jan/Abr. 2016.

INFORSATO, Erika Alvarez. *Adaptação e simpatia: trajetórias críticas na clínica*. Interface Comunicação Saúde Educação. v.15.n.38. p.929-36,jul./set.2011.

LANCETTI, Antonio. *Clínica Peripatética*. 3ª. Ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2008.

\_\_\_\_\_. *Contrafissura e plasticidade psíquica*. São Paulo: Editora Hucitec, 2015.

LEVY, T.S. *A experiência do fora: Blanchot, Foucault e Deleuze*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

LONDERO, Mário Francis Petry. *A Ética da Escuta Clínica em Tempos de Biopoder*. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

LONDERO, Mário Francis Petry., PAULON, Simone Mainieri. *Uma partida em qualquer porto, um navegar por mares loucos...* Revista Subjetividades, Fortaleza, 18(3): 104-114, 2018.

LOPES, R.E., BORBA. P.L.O., CAPPELLARO, M. *Acompanhamento individual e articulação de recursos em Terapia Ocupacional Social: compartilhando uma experiência*. O Mundo da Saúde, São Paulo: 2011; 35(2): 233-238.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. 2ª edição. São Paulo: n-1 edições, 2018.

LYNC, Shola (Direção). *Libertem Angela Davis*. Sofá Digital. Documentário, 101 min, son, color, 2012.

NASCIMENTO, M.L., COIMBRA, C.M.B. Transvalorando os conceitos de juventude e direitos humanos. In *Juventude, Marginalidade Social e Direitos Humanos* (Orgs. Andrea Scisleski e Neuza Guareschi), Porto Alegre: EDIPUCSRS, 2015.

NEVES, Rosane. *Notas para uma genealogia da Psicologia Social*. *Psicologia & Sociedade*. 16(2): 12-19; maio/ago.2004.

*NUNCA Me Sonharam*. Direção: Cacau Rhoden. Rio de Janeiro: Maria Farinha Filmes - Câmera e Ação. 84 min, son., color.

OLIVEIRA, Carmen Silveira de. *Sobrevivendo no Inferno*. A violência juvenil na contemporaneidade. Porto Alegre: Sulina, 2001.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. *A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade*. *Psicol. Teoria Pesq.*, v. 16, n. 1, p. 71-9, 2000.

PASSOS, E.; BARROS, R. Por uma política da narratividade. In: Passos E, Kastrup V, Escóssia L, organizadores. *Pista do método cartográfico: pesquisa-intervenção e produção da subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 150-171.

PELBART, Peter Pál. *Vida capital- Ensaio de biopolítica*. Editora Iluminuras Ltda. - São Paulo, 2003.

PELBART, P.P. – *Da clausura do fora ao fora da clausura: loucura e desrazão* – 2.ed. – São Paulo: Iluminuras, 2009.

RANIÉRE, Édio. *A Invenção das Medidas Socioeducativas*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, 2014.

REPlândia, Coletivo. Política. In: *REPlândia*. Projeto T.I.P.O Assim! (Secretaria Municipal de Novo Hamburgo – RS). 2018.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Ed. São Paulo: Letramento: Justificando, 2017.

SILVA, C.R. LOPES, R.E. *Adolescência e Juventude: entre conceitos e políticas públicas*. Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar, São Carlos, Jul-Dez 2009, v. 17, n.2, p 87-106.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VAZ, Sérgio. *Cooperifa: Antropofagia periférica*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2008.

\_\_\_\_\_. *Literatura, pão e poesia*. 1. Ed. São Paulo: Global Editora, 2011.

\_\_\_\_\_. *Colecionador de Pedras*. São Paulo: Global Editora, 2013. (Literatura periférica).

\_\_\_\_\_. *Flores de Alvenaria*. São Paulo: Global Editora, 2016.

VINCENTIN, M.C.G. *O educador bilíngue: nas fronteiras da sexualidade e da violência*. In: AQUINO, J.G. (Org.) *Sexualidade na escola. Alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1997.

VINCENTIN, M.C., *Infância e adolescência: uma clínica necessariamente ampliada*. Rev.Ter.Ocup.Univ.São Paulo, v.17, n.1, p.10-17, jan.abr. 2006.

WALÊ, Hamilton Borges. *Teoria Geral do Fracasso*. 1 ed, Bahia: Maloqueiros, 2012.

WINNICOTT, Donald. *Natureza e origens da tendência anti-social. Privação e delinquência*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes,1999.

\_\_\_\_\_. *Consultas terapêuticas em psiquiatria infantil*. Rio de Janeiro: Imago, 1984.



## ANEXO I

UFRGS - INSTITUTO DE  
PSICOLOGIA DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Pipas Juvenis: Narrativas com Juventudes Periféricas

**Pesquisador:** Analice de Lima Palombini

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 08981219.9.0000.5334

**Instituição Proponente:** Instituto de Psicologia - UFRGS

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 3.253.472

#### Apresentação do Projeto:

O estudo pretende narrar encontros da pesquisadora com adolescentes e jovens da periferia brasileira a partir de sua experiência de trabalho em saúde mental coletiva em um CAPSI. A partir do conceito de Biopoder, do filósofo Michel Foucault, será discutida a disciplinarização e regulamentação dos corpos e da vida desses adolescentes quando atravessados pelas instituições que formam o Estado. Alia-se à cartografia à experiência da narrativa, de Walter Benjamin, para contar e ao mesmo tempo problematizar as práticas em saúde mental coletiva com experiências que possam contagiar profissionais da saúde e da educação.

#### Objetivo da Pesquisa:

Narrar os encontros com as juventudes periféricas, bem como suas criações e o que eles têm a nos contar sobre suas experiências para, a partir disso, problematizar o cuidado, as políticas públicas e o olhar que são representados na sociedade.

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Considerando tratar-se de uso de dados secundários, de outro projeto, os riscos são mínimos. Tampouco há benefícios para os participantes do estudo.

#### Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de estudo que se propõe a usar dados coletados por outro projeto realizado no mesmo cenário, previamente aprovado, do qual uma das pesquisadoras faz parte.

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600  
Bairro: Santa Cecília CEP: 90.035-003  
UF: RS Município: PORTO ALEGRE  
Telefone: (51)3308-5698 Fax: (51)3308-5698 E-mail: cep-psico@ufrgs.br

Continuação do Parecer: 3.253.472

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

O termo de uso de dados secundários está presente e contém as informações necessárias, assim como o projeto e detalhamento do método.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Os documentos apresentados no projeto indicam que este contempla os requisitos éticos indicados nas resolução CNS 510/16 para pesquisa com seres humanos.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1246573.pdf	22/03/2019 12:57:00		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo.doc	22/03/2019 12:56:16	Analice de Lima Palombini	Aceito
Outros	Cartaalteracoeseppsico.pdf	22/03/2019 12:49:51	Analice de Lima Palombini	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetopesquisapipasrev.pdf	22/03/2019 12:49:21	Analice de Lima Palombini	Aceito
Orçamento	orcamentoprojeto.docx	22/03/2019 12:48:45	Analice de Lima Palombini	Aceito
Cronograma	cronograma.docx	22/03/2019 12:48:30	Analice de Lima Palombini	Aceito
Outros	ataparecerconclusivo.pdf	26/02/2019 19:13:16	Analice de Lima Palombini	Aceito
Outros	autorizacao.pdf	26/02/2019 19:07:43	Analice de Lima Palombini	Aceito
Declaração de Pesquisadores	cartapesquisadora.pdf	26/02/2019 19:04:54	Analice de Lima Palombini	Aceito
Folha de Rosto	foihaarostomestradoandressa.pdf	22/02/2019 16:55:36	Analice de Lima Palombini	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600  
Bairro: Santa Cecília CEP: 90.035-003  
UF: RS Município: PORTO ALEGRE  
Telefone: (51)3308-5698 Fax: (51)3308-5698 E-mail: cep-psico@ufrgs.br

UFRGS - INSTITUTO DE  
PSICOLOGIA DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO



Continuação do Parecer: 1.253.472

PORTO ALEGRE, 09 de Abril de 2019

---

**Assinado por:**  
**Milena da Rosa Silva**  
**(Coordenador(a))**

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600  
Bairro: Santa Cecília CEP: 90.035-003  
UF: RS Município: PORTO ALEGRE  
Telefone: (51)3308-5698 Fax: (51)3308-5698 E-mail: cep-psico@ufrgs.br

Página 03 de 03

## ANEXO II

### NÚCLEO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA – NUMESC NOVO HAMBURGO

#### FOLHA DE DESPACHO

Título do Projeto: PIPAS JUVENIS – NARRATIVAS COM JUVENTUDES PERIFÉRICAS

Normes da acadêmica: ANDRESSA ERCOLANI DUARTE

Curso: PósGraduação em Psicologia

IES: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Ao Numesc, Para avaliação, encaminhamos o projeto acima referido. Data: <u>10/11/2018</u>  Responsável pelo Protocolo
Avaliação NUMESC: O projeto acima referido foi avaliado pela comissão do NUMESC ( ) cumpre os requisitos estabelecidos para a realização de trabalhos acadêmicos nos serviços da rede de saúde do município. <input checked="" type="checkbox"/> Recomendado ajustes. Data: <u>10/11/2018</u>  Comissão de avaliação do NUMESC
À Diretoria / Unidade: Para análise da viabilidade de realização, conforme cronograma previsto, encaminhamos o projeto acima referido. Data: <u>10/11/2018</u>  Comissão de avaliação do NUMESC
Parecer da área / unidade: <input checked="" type="checkbox"/> Autorizado ( ) Não Autorizado Data: <u>30.1.18</u>  Responsável Área / Unidade
Ao Secretário Municipal de Saúde, Para apreciação e validação, encaminhamos o projeto acima referido, que foi submetido à avaliação do NUMESC e apresenta parecer favorável e viabilidade à sua realização. Data: <u>30.1.18</u>  Dr. Paulo Roberto Luchesi Soares Coordenador do NUMESC
Parecer do Secretário Municipal de Saúde: Data: <u>30.1.18</u>  Dr. Naasom Luciano da Rocha Secretário Municipal de Saúde

Naasom Luciano  
Secretário de Saúde